



REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

REVISTA
DA
ACADEMIA
BAIANA
DE
EDUCAÇÃO

REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

A Academia Baiana de Educação é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, de duração ilimitada, fundada em 9 de setembro de 1982.

DIRETORIA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO (2002-2004)

Presidente:	Alírio Fernando Barbosa de Souza
Vice-presidente:	Leda Jesuíno dos Santos
Primeiro Secretário:	João Eurico Matta
Segundo Secretário:	José Nilton Carvalho Pereira
Tesoureira:	Maria Augusta Abdon
Diretor da Revista e da Biblioteca:	Jair de Oliveira Santos
Diretor do Museu Pedagógico:	Francisco Pinheiro Lima Júnior

REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

EDITOR

JAIR DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor e Fundador da Faculdade Castro Alves
e do Colégio Águia,
Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade Federal da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
Professor da Faculdade de Educação
da Universidade Federal da Bahia

JORGE CALMON
Professor Emérito da Universidade Federal
da Bahia

LEDA JESUÍNO DOS SANTOS
Professora da Faculdade de Educação
da Universidade Federal da Bahia

Revista da Academia Baiana de Educação, n.º 9, novembro/2003.

v. 21 x 28 cm (anual)

Editoração e Impressão: COLÉGIO APOIO
Capa: MANOELITO DAMASCENO

1. Educação – Periódicos

Correspondência:
Av. Sete de Setembro, 1839 – Vitória
Salvador-BA CEP: 40.080-001
Fone: (71) 336-7899

1.º. Academia Baiana de Educação
CDD 370.05
CDU 370.05

DISTRIBUIÇÃO, sem ônus, para sócios

SUMÁRIO

EDITORIAL: OS VINTE ANOS DA UNEB	9
Alfrio Fernando Barbosa de Souza	
ORIGEM DA UNIVERSIDADE.....	11
Élsior Moreira Alves	
POSSE DA PROFESSORA JOSELICE MACEDO DE BARREIRO NA ACADEMIA DE EDUCAÇÃO SAUDAÇÃO DA ACADÊMICA	19
Zilma Gomes Parente de Barros	
A REFORMA DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA DE 1890 NO GOVERNO VIRGÍLIO DAMÁSIO.....	25
Antonieta d'Aguiar Nunes	
PARANINFIA DA TURMA DE PEDAGOGIA DA UFBA-2000: FACULDADE DE EDUCAÇÃO	37
Leda Jesuíno	
ANTÔNIO MARTINS FILHO	42
José Newton Alves de Sousa	
CARLOS SANT'ANA	44
Rogério Vargens	
SOLEINIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO À EMÉRITA ACADÊMICA PROFESSORA OLGA PEREIRA METTING	46
DISCURSO DA SAUDAÇÃO AO PROFESOR DR. JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS NA POSSE DA CADEIRA N.º 34 DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO	50
Maria Anália Costa Moura	
DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO	55
J. Rogério C. Vargens	
DISCIPLINA X INDISCIPLINA: POR TODOS OS SÉCULOS E SÉCULOS, ASSIM SERÁ	61
Lucila Rupp de Magalhães	
A HORA DA CHAMADA	63
Lucila Rupp de Magalhães	
ESTATUTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO	67
REGIMENTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO	71
PATRONOS DA ACADEMIA	79
ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS TITULARES	81

A matéria contida nesta publicação é da responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a expressão do pensamento da Academia baiana de Educação.

OS VINTE ANOS DA UNEB

Alírio Fernando Barbosa de Souza*

Várias comemorações registraram os vinte anos de fundação da UNEB – Universidade do Estado da Bahia, legalmente acontecida a 1º de junho de 1983, mas ao que parece, comemorada festivamente no dia 13 de junho, tradição baiana para com o Santo Português, o franciscano Antônio Fernando.

A UNEB não foi a primeira universidade a comemorar pomposamente seus vinte anos. Bem antes, no final do Século XIX, numa outra sociedade e em circunstâncias bem diferentes, The John Hopkins University, em Baltimore, fê-lo como se estivesse festejando 200 anos. E razões não faltaram.

O Século XIX é a época de ouro das transformações nas instituições universitárias. Em 1810 Wilhelm Humboldt, reitor da Universidade de Berlim, promoveu a mais revolucionária mudança ao introduzir no currículo universitário as novas ciências, com destaque para a Psicologia, e a pesquisa como atividade universitária, num total desafio ao currículo medieval composto pelo *Trivium* e pelo *Quadrivium*, até então intocável.

O aplauso e a crítica à decisão de Humboldt extrapolaram a Alemanha e a Europa, atravessando os mares e ecoando nos Estados Unidos num momento em que os chamados *colonial colleges* tomavam-se universidades. A boa nova, recebida com entusiasmo pela jovem intelectualidade americana, foi duramente criticada pelos mais velhos. Dois ou três exemplos dão a dimensão da repercussão.

Na década iniciada em 1820, dois jovens professores universitários americanos (Ticknor e Everett) foram para a Alemanha para atender a um programa de doutorado. Era o prestígio do Ph.D., *Philosophical Doctor*. Retomando foram ensinar em Harvard. Foram propagandistas e iniciadores de uma revoada de americanos para a Alemanha, para o doutorado, por todo o Século XIX.

Um outro exemplo marcante é aquele de Thomas Jefferson. Após presidir os Estados Unidos, Jefferson criou a Universidade da Virgínia, seu “sonho da velhice” (*the dream of old age*), como ele costumava dizer. E o modelo da novel Universidade da Virgínia foi o modelo alemão.

A reação contrária à novidade de Humboldt veio em tons fortes. Os jornais da época de criação da Universidade da Virgínia, criticando a decisão de Jefferson por um modelo de universidade incomum, publicaram editoriais em que anunciavam a abertura da “taverna do Sr. Jefferson”, uma chistosa comparação com as cervejarias alemãs.

Mais contundente ainda foi o reitor de Yale, Jeremiah Day, em 1827. Em sua fala inaugural do ano letivo, afirmou que o *Trivium* e o *Quadrivium* eram “a mobília e a disciplina da mente”. Apesar da oposição o novo modelo prevaleceu. Na segunda metade do Século XIX praticamente todas universidades americanas aderiram, a começar por Harvard, com o longo reitorado de quarenta anos de Eliot. Ironicamente, em 1876, a Universidade de Yale conferiu o primeiro título de P.h.D. nos Estados Unidos.

O Século XIX foi também a época da vitória da pesquisa. O movimento pela implantação da pesquisa na universidade foi tão intenso que várias universidades foram criadas como “uniuniversidades-pesquisa”, dentre as quais a Universidade de Chicago, a Universidade de Stanford e The John Hopkins University.

Os vinte anos de John Hopkins University foram revestidos das mais efusivas celebrações, com a presença de reitores (presidentes) de tradicionais universidades, como Harvard, àquela altura com mais de 250 anos de existência, assim como personalidades políticas e ex-alunos famosos.

As universidades estadunidenses, particulares, não são empresas. São fundações. Como se sabe, as fundações originaram-se em Roma e são instituições de direito privado em sua origem. Fundação de “direito público” é arranjo “à brasileira”. Uma fundação não existe sem uma dotação para criá-la, nem sobrevive sem doações. É tradição norte-americana doações para criação, manutenção, ampliação ou implementação de novos ideais nas fundações universitárias. O senhor Stanford foi um bem sucedido empresário que doou sua fortuna para a criação de uma universidade, a qual leva seu nome. John Hopkins foi um próspero comerciante que, no fim de sua vida, converteu sua fortuna na universidade, também com seu nome.

Entretanto, apesar da dotação inicial e da cobrança de mensalidades e serviços, outras doações fizeram-se necessárias e até hoje o são. Muitas vezes a doação vem condicionada a uma

* Presidente da Academia Baiana de Educação, Doutor em Educação, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador.

exigência e a universidade faz a análise da relação custo X benefício. Outras vezes a criação ou continuidade de um programa requer uma mudança de comportamento institucional. E isso ocorreu em John Hopkins University, por volta de seu vigésimo aniversário de fundação, quando da instalação de sua faculdade de medicina.

Costuma-se dizer nos Estados Unidos que os reitores são malabaristas ou equilibristas, em relação ao orçamento institucional. Mesmo as *state universities*, como The Pennsylvania State University, criadas com a venda de terras devolutas (*land grant universities*), ainda que recebam alguma dotação orçamentária estadual, lutam para equilibrar seu orçamento. Como o papel do reitor é batalhar recursos, diz-se que ele administra “para fora”. A administração interna é papel do vice-reitor (*provost*).

A criação de um curso de medicina em John Hopkins University estava emperrada por falta de recursos. Essa foi a ocasião escolhida por um grupo de mulheres ricas da sociedade norte-americana para dar mais um passo no sentido da afirmação da mulher naquela sociedade. Propuseram então ao reitor Gilmore financiar o programa de medicina, desde que mulheres fossem admitidas como alunas, algo sem precedente na história da educação norte-americana. Um escândalo. Uma novidade. Venceu a novidade. Venceram as mulheres. Venceu The John Hopkins University. Vinte anos depois de criada, fatos como esse e a devoção à pesquisa fizeram da comemoração um acontecimento de imensurável magnitude.

Não é pois sem razão que a UNEB está a comemorar seus vinte anos com manifestações diversas, como aquela realizada no dia do Arquivista. Nessa manifestação realizada no dia 23 de outubro de 2003, além de festejar-se a criação do curso de Arquivista, o fundador da UNEB, prof. Edivaldo Machado Boaventura, entregou ao arquivo da Instituição os primeiros documentos escritos sobre a criação daquela Universidade, praticamente seu “registro”, sua “certidão de nascimento”. São escritos que datam 20 anos e fazem parte da história da educação da Bahia. Em vinte anos a UNEB extrapolou as unidades que compunham o CETEBA e as faculdades de formação de professores, para projetar-se por mais de 25 municípios do Estado da Bahia onde, em vários deles, sem a UNEB, não haveria previsão para a chegada da educação superior.

Vinte anos depois a UNEB apresenta o exame vestibular numericamente mais concorrido do Estado da Bahia. Não é o bastante. Ao longo desses vinte anos a UNEB tem se ajustado em torno do modelo em que foi projetada e buscado dar significado à missão universitária através do

ensino, da pesquisa e da extensão. Como consequência, a pós-graduação é o móvel retroalimentador da pesquisa. Uma universidade tem caráter conservador, continuador e inovador. Realizando-se através das funções básicas da universidade, a UNEB estará cumprindo seu papel.

ORIGEM DA UNIVERSIDADE

ÉLSIOR MOREIRA ALVES*

A – Introdução

1. Geroges Gusdorf, em seu livro “L’UNIVERSITÉ EN QUESTION”, publicado em 1964, critica, de maneira acerba, o ensino superior francês. Lamenta, de início, que a França, senão inventora, pelo menos inspiradora da Universidade, no Ocidente, tenha perdido, lentamente, o sentido e a consciência dessa instituição, da qual forneceu, no Séc. XII, o protótipo exemplar. A partir daí, diz ele, a história da Universidade francesa é a história de uma degradação inexorável, a tal ponto que, hoje, ninguém sabe o que ela seja⁽¹⁾.

Nada melhor, portanto, que uma investigação sobre as origens da Universidade, a fim de termos uma visão global, no tempo, de sua finalidade inicial, sua estrutura e qual o espírito que a impulsionava.

B – Formação das Primeiras Escolas

2. Do IV ao VI séculos, a cultura antiga desapareceu, praticamente, do mundo ocidental. Na Gália, as escolas públicas, instituídas na época romana, foram substituídas, aqui e ali, por incipientes escolas eclesiásticas, destinadas à formação dos clérigos. Esvaeceu qualquer interesse pelos estudos gerais. Corrompeu-se a língua latina, sumiram-se os livros, e “as raras pessoas, que se entregavam ao estudo, restringiam, de modo geral, a pôr em condições de ler a Bíblia e a de redigir, com auxílio de um formulário, um ato oficial”⁽²⁾. Foi na Itália, na Espanha, na Irlanda, e depois na Inglaterra, que se produziram as revivências das belas letras. Na Itália, porque a Antiguidade jamais deixou de estar presente e vívida, tendo em vista a ordem dos beneditinos, lá estabelecida, desde o Séc. VI aplicou-se em reatar a tradição; na Espanha, porque a Igreja, bem cedo, ali deitou profundas raízes, e tentou criar um ensino capaz de substituir o das escolas romanas, sendo seu esfor

ço, entretanto, interrompido pela anarquia política, depois pela invasão muçulmana; na Irlanda, enfim, tendo em vista os monastérios se beneficiaram da segurança que lhes deu a situação insular. Foi entre os escotos da Irlanda que o antigo ensino latino de humanidades conservou-se quase puro de qualquer liga, com a hierarquia das sete artes liberais, que a teologia não fez senão coroar. Os clérigos irlandeses, como missionários que eram, conduziram consigo o gosto da cultura clássica. Na Escócia, e principalmente na Inglaterra, criaram escolas, que, no fim do séc. VII, rivalizavam com as da Irlanda (escolas de Canterbury, Malmesbury, de Jarrow, onde ensinou Beda, o Venerável, e, mais tarde, a de York⁽³⁾). A Inglaterra foi o centro donde partiu a renascença européia, no tempo de Carlos Magno. A alma do movimento foi Alcuíno, formado na escola de York. Com Alcuíno e seus alunos, “são as matérias e métodos de ensino, reputados no norte da Mancha, que irrompem no reino franco”, o ciclo das sete artes romanas, a teologia e o estudo dos textos sagrados. A escola palatina serve de modelo para a criação de outra que, segundo a intenção de Carlos Magno, devem, não apenas servir para a instrução dos clérigos, mas, atender a público mais extenso. Sabe-se como os distúrbios políticos do séc. IX empecerem os frutos dessa primeira tentativa⁽⁴⁾.

Desde esse momento, todavia, o ensino medieval já se poderia considerar com fisionomia determinada. Tinha caráter enciclopédico, procurava reviver a cultura antiga, adequando-a, entretanto, à teologia. Sua missão era divulgar os conhecimentos úteis à vida da Igreja e até à vida política, isto é, procurava compreender a totalidade da ciência humana. Nota-se grande simpatia pelas letras antigas, pois os Padres da Igreja eram versados nelas e esses tiveram grande influência na formação das primeiras escolas. Mas, sobretudo, a nota dominante era o enciclopedismo, como consequência da idéia da unidade da ciência e da verdade, reflexo da unidade de Deus, e consequência, também, da convicção de que nem a ciência toda basta para formar o homem completo. Por isso, nutre-se na tradição dos compiladores antigos: Varrão, Plínio, o Antigo,

* Professor da Universidade Federal da Bahia e confrade da Academia Baiana de Educação.

⁽¹⁾ Apud Edivaldo Boaventura, UNIVERSIDADE EM MUDANÇA, p. 19.

⁽²⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 28.

⁽³⁾ Idem, p. 28.

⁽⁴⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 28 e 29.

Marciano Cappela (fim do séc. V)⁽⁵⁾. Esse mesmo caráter enciclopédico se depara nas grandes obras de Boécio (470-525): *Tratados de Dialética e De Consolatione Philosophiae*; de Cassiodoro (468-562), com *Quatro Livros das Artes Liberais*, sob o título de *De Institutione Litterarum Divinarum*; de Isidoro de Sevilha (636): *De Originibus*; de Beda, o Venerável (672-735), cujo manual de dialética foi uma das bases da escolástica. Todas essas obras foram os clássicos da Alta Idade Média⁽⁶⁾.

3. No séc. X e durante parte do séc. XV, só vamos encontrar aí um pequeno número de mosteiros esclarecidos, tais como S. Gallen e Monte Cassino. Encontramos algumas famílias intelectuais, como os discípulos de Gerbert e seus continuadores, alguns centros de estudos seculares, a exemplo de medicina, na região de Salerno, direito e administração, em Ravena, Pavia e, talvez Provença. Não se exagera muito chamando a esses centros de oásis no deserto das Letras. Os intelectuais estavam estreitamente ligados uns aos outros porque não dispunham de público algum. Eram enciclopédicos porque só tinham acesso a informações muito limitadas e estavam sempre prontos a deslocar-se, apesar das dificuldades das viagens, em busca de manuscritos e sábios, que só existiam em algumas localidades célebres⁽⁷⁾.

Para Hubert, entretanto, pode-se dizer que, ainda no séc. X e, sobretudo, no séc. XI, produziu-se, no Ocidente, uma Segunda Renascença cultural, tendo em vista a celebridade das escolas de Chartres (Fulbert, 960-1029), de Reims (Gebert, 930-1003) de Paris (Lambert), de Laon (Anselmo, morto em 1117), de Bec (Lanfranc, 1005-1089). Foi, com efeito, o momento em que a irradiação intelectual do Islã atingiu o apogeu. Os árabes traduziram, comentaram, interpretaram Aristóteles. No domínio das ciências exatas e experimentais, aclararam o saber antigo, completaram a obra dos algebristas, dos aritméticos, dos astrônomos e dos médicos gregos e até indus. A exemplo de Aristóteles, edificaram, por sua vez, vastas enciclopédias, condizentes a uma metafísica das verdades eternas. Toda essa ciência filológica, filosófica e experimental defluiu da Síria, do Egito, da Sicília, da Espanha, influenciando sobre o pensamento do Ocidente, trazendo sangue novo ao enciclopedismo de origem latina⁽⁸⁾.

Convém lembrar que, junto a todas as Igrejas, existia sempre uma escola. Como sabemos, o concílio de Latrão de 1179 tornou isso obrigação estrita, coisa que ainda podemos observar na Inglaterra, tendo em vista seu caráter conservador. Ali, sempre se encontram reunidos a Igreja, o cemitério e a escola⁽⁹⁾.

Dentro desse clima de florescimento cultural, era necessário, portanto, voltar a trabalhar sobre os livros. Numa primeira fase, estudaram-se as partes sobreviventes do "Corpus Iuris" e compilações de direito romano, anterior a Justiniano. Retomaram-se igualmente os textos e as coleções de direito canônico antigo e recente, onde a influência romana marcara as fontes eclesiásticas. Os principais centros para o estudo destas últimas encontravam-se na Lotaríngia, entre o Reno e o Mosa, e na França do Norte. As fontes laicas eram consultadas mais freqüentemente na França do Sul e na Itália⁽¹⁰⁾.

Entre os territórios, a Romagna proclamava, até pelo próprio nome, sua adesão tenaz à herança romana e bizantina. Ravenna, a antiga capital, era um dos centros onde o estudo do direito não se extinguiu. Por fins do séc. XI, um grande mestre, Irnério, fez por uma outra das suas cidades, Bolonha, o que Abelardo iria fazer por Paris, um pouco mais tarde. Irnério fundou uma escola que eclipsou todas as outras. Em 1158, quando o Imperador Frederico Barbarruiva concedeu aos estudantes e aos mestres da cidade seus primeiros privilégios, a fama internacional de Bolonha estava feita. Todos se submetiam a seus glosadores, isto é, explicadores, em matéria de direito civil, como a Graciano em matéria de direito canônico⁽¹¹⁾.

Esses mestres também se deslocavam de uma para outra região, como verdadeiros missionários no mundo cultural. Antes de findo o séc. XII, Bolonha enviava "missionários" ao estrangeiro". Placentino introduziu os métodos dos glosadores em Montpellier, onde se desenvolveu a segunda grande Faculdade de Direito. Vacário escreveu em Oxford um resumo do Código de Justiniano, pensando nos estudantes pobres, a fim de que pudessem comprá-lo sem grandes gastos e aprendê-lo em pouco tempo.

Também os estudantes se deslocavam. A Alemanha, a Espanha e a França do Norte, que não tinham ainda centros autônomos, forneceram a Bolonha numerosos estudantes⁽¹²⁾.

⁽⁵⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 29.

⁽⁶⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 29.

⁽⁷⁾ Lopez, O NASCIMENTO DA EUROPA, p. 185.

⁽⁸⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 30.

⁽⁹⁾ Pernoud, *Lumière du Moyen Age*, pág. 117.

⁽¹⁰⁾ Lopez, O NASCIMENTO DA EUROPA, pág. 189.

⁽¹¹⁾ Lopez, O NASCIMENTO DA EUROPA, p. 190.

⁽¹²⁾ Lopez, O NASCIMENTO DA EUROPA, p. 190.

Ao longo do séc. XI e, sobretudo, do séc. XII, os clérigos vagabundos tornaram-se legião. Os centros de cultura multiplicaram-se, as comunicações tornam-se mais fáceis, a sociedade abre-se mais docilmente às influências intelectuais. É a idade de ouro dos goliardos e de suas canções, a idade da voga súbita, mas fugaz, desta ou daquela escola, em que brilha um mestre mais eloqüente ou mais sutil que os outros. É também a época do segundo humanismo, mais original e mais ardente do que o humanismo carolíngio, quase tão facundo como o humanismo por excelência, o Humanismo do Renascimento. A tal ponto que se pode falar dum Renascimento do séc. XII, cuja característica é a imitação cuidadosa, mas não servil, dos melhores clássicos latinos, e a viragem decisiva, a descoberta de Aristóteles e de Ptolomeu e de Euclides⁽¹³⁾.

Há, no séc. XII, em todas as escolas do Ocidente, verdadeira efervescência de idéias e de doutrinas. Abelardo (1079-1142) trava a grande querela dos “universais” e faz a reputação da escola de Paris, para onde virão, quer formar-se, quer ensinar, todos os grandes teólogos da época e notadamente o célebre Pedro Lombardo (1100-1164), autor do “Livro das Sentenças”, o qual se tornou, mais tarde e até o séc. XV (foi editado em Nuremberg em 1474), o breviário do ensino teológico na Universidade de Paris⁽¹⁴⁾.

Apenas cinco universidades, na Europa, datam do séc. XII. Salerno, que se distinguiu por sua medicina e foi chamada “civitas Hippocrattes”; Bolonha, notável pela sua Escola de Direito; na França, Montpellier e, principalmente, Paris; na Inglaterra, Oxford⁽¹⁵⁾. Em 1167, a Universidade de Paris, temporariamente, cancelou a matrícula de estrangeiros, permitindo, assim, que estudantes ingleses se fixassem em Oxford, dando à primeira universidade britânica. Quarenta anos após, outro grupo estabeleceu-se em Cambridge, apenas oitenta milhas distante⁽¹⁶⁾. Ambas as Universidades, Oxford e Cambridge, são mais antigas que o sistema colegial, que as caracteriza. Posteriormente, fundaram-se três universidades escocesas de Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen, no séc. XV, e Edimburg, no séc. XVI⁽¹⁷⁾.

No séc. XIII, continuaram a surgir universidades na Europa Continental, as espanholas de Valencia (1208), Salamanca

(1220), Sevilha (1290), e as portuguesas de Coimbra e Lisboa (1290). Datam do séc. XIV as primeiras universidades de língua alemã. Temos, assim, Praga (1348) e Viena (1365), que, também, seguiram o modelo parisiense. Heidelberg surgiu em 1386, Erfurt em 1392, Leipzig em 1409, Rostock sem data precisa⁽¹⁸⁾.

C – Constituição da Estrutura Universitária

4. No sentido próprio do termo, a Universidade não apareceu de uma só vez, mas como resultado e consagração de uma longa e lenta evolução. As modestas escolas, que se desenvolveram nos mosteiros e nas catedrais, com a ambição de satisfazer as necessidades locais, tomaram, pouco a pouco, consciência de uma formação mais geral. Centros de estudos se formaram e tornaram-se concorridos em torno dos mestres mais famosos. Desta forma, Salerno foi, desde o séc. IX, o lugar próprio do conhecimento médico. Bolonha era a capital do Direito, bem antes que suas escolas tomassem a forma universitária. As escolas de Paris ficaram célebres antes de haver Universidade⁽¹⁹⁾.

5. Convém, inicialmente, assinalar que o uso do termo “universidade” foi posterior à constituição da entidade que passou a designar. Primitivamente, os termos empregados foram “Studium Privilegiatum e Studium Generale”. O primeiro designava um estabelecimento de ensino superior, aberto às pessoas de todas as procedências, e o segundo significava que esse estabelecimento gozava de certos privilégios, entre os quais o mais importante era o de poder conferir os graus acadêmicos⁽²⁰⁾.

6. Foi pelo fim do séc. XII que, parece, nasceram as instituições havidas como a ossatura jurídica das Universidades.

A “inceptio” foi, de começo, uma como investidura dada ao novo mestre por aquele de quem, durante vários anos, havia recebido as lições. Quando o número de escolares aumentou, e, conseqüentemente, o de mestres, o Bispo confiou ao Diretor da Escola, ao “Écolâtre”, o cuidado de escolher e nomear, concedendo-lhes a “licentia docendi”. Essa função foi geralmente preenchida pelo chanceler da Universidade. A “inceptio” tomou, então, o sentido de uma recepção na corporação dos

⁽¹³⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, ps. 30 e 31.

⁽¹⁴⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, ps. 30 e 31.

⁽¹⁵⁾ Schroeder, RENOVAÇÃO, p. 19.

⁽¹⁶⁾ Idem, Ibidem, p. 18 e 19.

⁽¹⁷⁾ Idem, Ibidem, p. 19.

⁽¹⁸⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, ps. 30 e 31.

⁽¹⁹⁾ Boaventura, UNIVERSIDADE EM MUDANÇA, p. 19.

⁽²⁰⁾ MISSÃO DO INTELECTUAL, p. 20.

mestres. Inclusive, vários conflitos começaram a surgir entre o chanceler e a corporação, levando esta última a apelar para o Papado, tendo em vista a desconfiança que nutria pela autoridade ainda mal segura, muito próxima e, aliás, muito temporal, do rei. Desde o começo do séc. XII, e por volta de 1210, quanto a Paris, aparecem bulas conferindo às corporações dos mestres seus primeiros privilégios e dão seu primeiro estatuto àquilo que cumpre chamar, doravante, de Universidade de Paris⁽²¹⁾.

As Universidades são criações eclesiásticas, prolongamentos, sem dúvida, das escolas episcopais, diferindo destas, única e exclusivamente, naquilo em que aquelas têm sua competência proveniente diretamente do Papa, e não do Bispo do lugar. A bula "Parens Scientiarum", de Gregório IX, pode ser considerada como a carta de fundação da Universidade medieval, complementada com os regulamentos editados, em 1215, pelo Cardeal Legado Robert de Courçon, agindo em nome de Inocêncio III, reconhecendo, explicitamente, aos mestres e alunos direito de associação⁽²²⁾.

O esquema da Universidade medieval surgiu, assim, da luta entre os poderes e o pessoal das escolas, que se organizou para resistir e para forçar o reconhecimento público. Foi dessa situação que nasceu o estatuto das "Universitas Magistrorum et Scholarium" de Paris, comunidade de Direito, que recebeu, em 1215, seu estatuto do Cardeal Legado Robert de Courçon⁽²³⁾. Esta "Universidade" de mestres e estudantes forma um corpo livre. Filipe Augusto tinha, desde o ano 1200, subtraído os integrantes da Universidade da jurisdição civil, ou seja, dos próprios tribunais reais; mestres, alunos e mesmo o pessoal de apoio ou ligado aos alunos, não deveriam se submeter senão aos tribunais eclesiásticos, portanto, um privilégio e consagrava, com isso, a autonomia dessa corporação de elite. Mestres e estudantes são, assim, dispensados das obrigações para com o poder central, eles administram a si próprios, tomam, em comum, as decisões que lhes dizem respeito e administram suas próprias finanças sem ingerência do Estado. Esse caráter é essencial da Universidade medieval e, provavelmente, o que a distingue mais da de hoje⁽²⁴⁾. A universidade medieval é, com efeito, um agrupamento corporativo de professores e alunos, "magistrorum" e "scholarum". Tem caráter internacional, pois é freqüentada por

estudantes de todas as nações. Os grandes professores passam de uma às outras. Os graus que concede têm valor em todos os países da Europa. A Universidade de Paris é o centro de ensino ("studium") de toda a cristandade, como o Papado é o centro espiritual e o Império, é o centro temporal. Por isso mesmo, quando dizemos que o estudo ("studium") medieval era "generale", é no sentido de que compreendia todas disciplinas, subordinadas à Teologia. A Universidade medieval não é, absolutamente, um estabelecimento escolar, um edifício destinado ao uso comum, mas uma sociedade de homens unidos por um espírito comum e voltados às mesmas tarefas. Além disso, essa sociedade não é composta exclusivamente de membros do clero secular ou regular. Conta com grande número de leigos, para explicação das matérias de natureza não teológicas. Realmente, essa mistura de caráter religioso, que a universidade medieval devia a suas origens, com o caráter leigo, que decorria de sua composição, correspondia bem à compreensão que tinha de sua formação intelectual. Era a de construir, antes de mais nada, uma filosofia cristã, que foi a filosofia escolástica. Tratava-se, portanto, de encontrar um instrumental teórico capaz de "racionalizar a fé"⁽²⁵⁾. Assim, a Universidade, na civilização medieval, correspondeu à idéia de um "studium generale", de uma totalização de conhecimentos. Era de caráter não nacional. Ocupou, na cristandade medieval do Ocidente, uma posição central. Elaborou a doutrina, definiu as significações mestras da cultura, era o pensamento do pensamento e a forma da forma⁽²⁶⁾.

7. Os estudantes mais dotados tomam naturalmente o caminho da Universidade. Fazem sua escolha de acordo com o ramo de conhecimento que lhes atrai. Isso porque cada Universidade tem um pouco de especialidade. Em Montpellier, a medicina, que, desde a data de 1181, Guilherme VII, senhor dessa cidade, deu a todo particular, qualquer que fosse e de qualquer parte que viesse, a liberdade de ensinar essa arte (a da medicina), desde que apresentasse credenciais de saber suficiente nessa área. Já Orleans era especializada em Direito Canônico e Bolonha, no Direito Romano. Entretanto, nenhuma se pode comparar a Paris, onde o ensino das "Artes Liberais" e da Teologia atrai estudantes de todas as regiões. Para aí convergem estudantes provenientes da Alemanha, da Inglaterra, da

(21) Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 32.

(22) Pernoud, LUMIÈRE DU MOYEN ÂGE, p. 121.

(23) Boaventura, UNIVERSIDADE EM MUDANÇA, p. 19.

(24) Pernoud, LUMIÈRE DU MOYEN ÂGE, p. 122.

(25) Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, ps. 32 e 33.

(26) Boaventura, UNIVERSIDADE EM MUDANÇA, p. 20.

Itália, até mesmo da Dinamarca ou da Noruega⁽²⁷⁾.

8. O desenvolvimento dessas universidades explica-se, ainda, e principalmente, pelo fato de que, desde o fim do séc. XII, a Igreja estabelecera o duplo princípio da liberdade e da gratuidade do ensino superior. Foram, pois, nesse sentido, desde a origem, instituições democráticas do tempo. Por isso, o afluxo de estudantes ricos, modestos e pobres. Os primeiros viviam em residência própria com um preceptor. Os modestos reuniam-se em grupos, muitas vezes, com seus professores. Já para os pobres, criaram-se instituições de assistência, os “hospitais”, fundadas por meio de ações beneficentes. Por causa disso, originaram-se daí os “Colégios”, que, de começo, eram simples anexos da Universidade e acabaram por absorver a vida toda da Faculdade de Artes, quando nela vieram instalar-se “repetidores” e foram organizados cursos regulares. É daí que nasceu o chamado curso secundário.

Em França, os “Colégios” tomaram o caráter particular de “pensões”, e, ao mesmo tempo, casas de ensino. Na Alemanha e Inglaterra, a separação permaneceu nítida⁽²⁸⁾. Oxford e Cambridge são mais antigas que o Sistema Colegial que as caracteriza. O Merton College de Oxford data de 1262, quase um século após a vinda de Paris dos primeiros estudantes. O mais antigo “Colégio” de Cambridge teve início em 1284⁽²⁹⁾.

D – Organização dos Estudos

9. No primeiro nível, situava-se a Faculdade de Artes, dita Faculdade inferior. Seu nome era proveniente do programa das sete artes liberais, salvas do naufrágio da cultura antiga. O ideal da “eukuklios paidéia”, o ciclo do conhecimento universitário, era o de uma cultura verdadeiramente liberal, permitindo a contribuição mútua das duas famílias, a de letras e a das ciências. As Faculdades profissionais (Teologia, Direito, Medicina) asseguravam, em seguida, a formação especializada⁽³⁰⁾. O progresso dos estudos é que trouxe essa diferenciação nas ordens de ensino. Como os estudantes se agruparam naturalmente, não só pelas “nações” de origem, mas também por faculdades, segundo seu destino, apareceram,

então as três faculdades superiores (Teologia, Jurisprudência, Medicina). Também havia a Faculdade de Artes, isto é, ensino das Belas Letras, preliminar de todos os outros estudos. A Faculdade de Artes era, ao contrário das profissionalizantes, órgão de cultura geral, desinteressada, perfeitamente análoga à dos nossos antigos liceus. Tratava-se de uma escola preparatória, para onde iam todos os adolescentes providos de conhecimentos adquiridos nas pequenas escolas independentes da Universidade ou com preceptores particulares. Essa função, aparentemente subalterna, não impediu que a Faculdade de Artes tomasse lugar preponderante na Universidade. Importância, tendo em vista o número de alunos, pois todos por ela passavam, depois, em razão de aí ensinar a “dialética”, ciência capital, no conceito do pensamento medieval. Tal a importância da Faculdade de Artes que seu Reitor era credenciado para representar toda a Universidade⁽³¹⁾.

10. O grande número de alunos da Faculdade de Artes e suas diferentes nacionalidades deram lugar à formação de grupos, conhecidos como “le nacion”, tendo em vista a reunião de estudantes e professores de um mesmo país. Cada “nação” elegia um “procurador”. A partir de 1245, os “procuradores” ficaram subordinados a um Reitor, que, de início, foi apenas o chefe das quatro nações da Faculdade de Artes. Posteriormente, a função de Reitor evoluiu, tornando-se chefe de toda Universidade.

11. Embora já houvesse organização interna, a parte material da universidade, inicialmente, não existia. Para as reuniões, as Faculdades ou “nações” usavam os claustros ou refeitórios dos conventos. As assembléias tinham lugar nas igrejas. Os professores, conforme suas preferências, ensinavam em casas particulares, em conventos ou na própria rua⁽³²⁾.

12. Já no séc. XIII, em 1272, Robert de Sourbon, capelão e confessor de São Luís, criou o primeiro “colégio” para alunos, destinado a facilitar aos estudantes pobres o estudo da Teologia. “La Maison de Sorbone” dá, assim, origem ao nome ainda famoso. Foi o “colégio” reconstituído pelo Cardeal Richelieu e, posteriormente, doado à Universidade de Paris⁽³³⁾.

⁽²⁷⁾ Pernoud, LUMIÈRE DU MOYEN ÂGE, p. 121.

⁽²⁸⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 34.

⁽²⁹⁾ Schroeder, RENOVAÇÃO... p. 19.

⁽³⁰⁾ Boaventura, UNIVERSIDADE EM MUDANÇA, p. 20.

⁽³¹⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 33.

⁽³²⁾ Schroeder, RENOVAÇÃO... p. 18.

⁽³³⁾ Schroeder, RENOVAÇÃO... p. 18.

13. A Universidade medieval, na estruturação de seus estudos, recorre às sete artes liberais, influência, portanto, da cultura antiga, com efeito, na época de Dante, como na de Aristóteles, as “artes liberais” constituem os únicos estudos julgados dignos de preparar o cidadão para a proeminência intelectual, moral e social. Para Varrão, o Douto amigo de Cícero, as artes liberais compreendiam: gramática, lógica, música, aritmética, geometria, astronomia, medicina, arquitetura. No entanto as duas últimas matérias, manchadas de certa proporção de trabalho manual, vêm-se eliminadas na idade imperial. No limiar da idade bárbara, Cassiodoro admite apenas sete artes liberais. É verdade que, nos princípios do séc. XII, quando as escolas recomeçam a florescer, um filósofo místico, Hugo de Saint Vitor, terá palavras de elogio para as outras sete especialidades que, no seu conjunto, constituem a ciência “adulterina” da mecânica: vestuária, armaria (compreendendo arquitetura), navegação, agricultura, caça, medicina, teatro. Mas, já era tarde demais. O currículo cristalizara-se em torno do núcleo das sete artes liberais. O que eles não ensinam dever-se-á, de futuro, aprender na loja do mestre artífice ou nas escolas técnicas de nível superior⁽³⁴⁾.

Mesmo amputado da técnica e das belas artes, o programa universitário permanecia vasto e sugestivo. Na base, as três artes literárias do “trivium”: gramática (elementos de conversação e composição latina; retórica (estilística aplicada à redação de cartas, de documentos e, por vezes, de poemas em latim); lógica ou dialética (raciocínio metódico, debates oratórios e, por extensão, iniciação filosófica). Após os cursos do “trivium”, cursos “triviais”, isto é, elementares, vêm as quatro artes científicas do “quadrivium”: aritmética, geometria, astronomia, música (ou antes, musicologia, pois se tratava de teoria matemática das frequências e dos intervalos, iniciando-se, habitualmente, por reflexões gerais, sobre a harmonia das esferas). Por fim, o estudante estava apto a enfrentar a rainha do saber: a Teologia, se, contudo, preferia dedicar-se ao estudo da Justiça Divina, no seu pálido reflexo terrestre, podia aperfeiçoar-se em Direito Canônico e Civil. Ou, então, o estudante podia baixar a vista, deixando a saúde da alma para se consagrar à saúde do corpo, nesse caso, dedicando-se à Medicina⁽³⁵⁾. Para se entender a distribuição das disciplinas entre o “trivium” e o “quadrivium”, é preciso ter em mente o que expõe o “De Nuptiis Mercurii et Philologiae” de

Marciano Cápela. O “Trivium” compreende as ciências do homem, conforme esquema traçado por Varrão (gramática, retórica, dialética). O “quadrivium” compreende as ciências da natureza (geometria, aritmética, astronomia e música). Nesses dois grupos e disciplinas, o “trivium” domina o “quadrivium” e representa a cultura formal e lógica do espírito, enquanto as ciências mais especiais do “quadrivium”, reservadas a poucos, têm por objeto fornecer os conhecimentos que o pensamento da Idade Média estava em condições de conceber. A gramática é, pois, nesse sistema, a disciplina mestra, “origo et fundamentum artium liberalium”, como já dizia, no séc. IX, Rábano Mauro. Os gramáticos Oelius Donatus, Nonius Marcellus (IV séc.), Macróbio (V séc.) e Priscianus (VI séc.) foram os primeiros professores da Idade Média⁽³⁶⁾.

14. Qual era a organização do regime escolar e do próprio ensino? Era tudo dominado pelo sistema dos graus e dos exames que lhes davam acesso. Em Paris, a antiga “licencia docendi” se decompõe em atos sucessivos. A mestria “maîtrises” antiga “inceptio” se distingue desde logo. A licença, propriamente dita, não é concedida senão após exame prestado perante os “mestres” da Faculdade. Por outro lado, o acesso aos estudos, que levam à licença, é aberto por cerimônia de cunho especial, a “détérminance” (defesa de tese, disputa pública), que toma, pouco a pouco, caráter de exame e é tomada obrigatória. Ao todo, a vida escolar da Universidade é assinalada por três provas sucessivas, intermediárias entre o exame propriamente dito e o rito cerimonial: a defesa de tese, a atribuição da “licentia docendi” e a mestria. A defesa de tese se transforma no bacharelado e a mestria, no doutorado⁽³⁷⁾.

E – Notas Essenciais da Universidade Medieval

15. As escolas do Ocidente nasceram sob a pressão das necessidades sociais e, em particular, das necessidades eclesiásticas. Desenvolveram-se, progressivamente, até construir as grandes Universidades do séc. XIII. Nelas, o ensino se organizou, principalmente, em função de um conceito da vida espiritual, a gravitar em torno do teocentrismo fundamental. Repousa menos na consideração da natureza e mais na do homem, de suas faculdades e de sua essência. Aplica-se, sobretudo, em desenvolver, no homem, suas funções abstratas e formais, que melhor exprimem, segundo parece, a

⁽³⁴⁾ Lopez, O NASCIMENTO... p. 370 e 371.

⁽³⁵⁾ Lopez, O NASCIMENTO... p. 371.

⁽³⁶⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 30.

⁽³⁷⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 35.

característica de ser racional e pensante e que mais lhe importam à salvação da alma. Assim se constituiu a pedagogia escolástica, cujo principal efeito, a ela sobrevivente, foi dotar o espírito humano de sólida armadura lógica, a que nada, realmente, substituiu, quando essa pedagogia entrou em decomposição⁽³⁸⁾.

16. Do sentido espiritual dado à educação, decorre que não se trata mais de transmitir à criança certo número de talentos intelectuais determinados, como “ornamento estético” ou “aparelhagem útil para a vida”. O cristianismo, ao contrário, passou a preocupar-se, sobretudo, em, por meio da inteligência e da sensibilidade, atingir o que há de profundo no homem, fazendo verdadeiramente obra de educador, exercendo ação duradoura, produzindo, enfim, certa atitude da alma, certo “habitus” do ser moral. A educação se preocupa em preparar, de certo modo, a conversão da alma. Comparando essa pedagogia com a moderna, diz Durkheim que nossa concepção do fim educacional, na cultura secundária, não teria mudado, desde então. Segundo ele, apenas secularizou-se. Teria mudado os meios empregados, mas o esquema abstrato do “processus” educativo não variou. Para ele, em educação, trata-se sempre de descer às profundezas da alma, coisa que a Antiguidade não tinha consciência⁽³⁹⁾.

Aplica-se à Universidade medieval, no que diz respeito à educação, de maneira bem adequada, o terceto:

*“Considerate la vostra Semenza
fatti non foste a viver come bruti
ma per seguir virtute e conoscenza”.*
Dante, Inf. XXVI, 118-120

17. Há um outro modo de encarar a universidade medieval, imprescindível para a apreensão de seu exato conceito. É a consideração do espírito que dominava superiormente toda sua estrutura: o espírito de universidade. Salvo juízo mais competente, parece que a essência da Universidade medieval incluía uma tríplice universalidade: universalidade de comunidade, universalidade de ciência e universalidade de sabedoria⁽⁴⁰⁾.

Dentro de uma visão cristã, são principalmente três as exigências dessa universalidade de sabedoria, elemento imprescindível para a estrutura básica da universidade: fundamentação filosófica da formação universitária; respeito à

dignidade humana entre professores e estudantes; vivência da sabedoria cristã⁽⁴¹⁾.

Concluimos, pois, que o primeiro elemento necessário para a conceituação da universalidade, segundo sua gênese histórica, é o elemento comunitário, a comunhão de vida dos estudos⁽⁴²⁾.

18. É importante ressaltar o elemento formal apontado, aquele que caracteriza de modo original a instituição, isto é, o desenvolvimento do movimento corporativo. Realmente, as universidades foram, antes de tudo, corporações ou comunidades de estudo. Quando, num local, já destinado à instrução, certas circunstâncias favoreciam o encontro de estudantes e professores de nível superior, surgia uma “universitas”, isto é, uma comunidade ou principalmente de estudantes, ou principalmente de mestres, ou de ambos juntamente. A Universidade de Paris foi, inicialmente, uma corporação de mestres, mas, pouco depois, passou a denominar-se “universitas magistrorum et scholarium Parisiensium” de Bolonha, ao contrário, foi uma corporação de estudantes e, principalmente, de estrangeiros, aos quais cabia a eleição do Reitor. Podemos, pois, concluir que a formalidade, a nota característica da universidade medieval está na verdadeira comunhão de vida de estudos, numa comunicação pessoal e última do saber, nos vários ramos⁽⁴³⁾.

19. O ensino medieval oferece o interesse excepcional de constituir, em si mesmo, um todo orgânico coerente e, ainda, de ser a origem de todo o sistema pedagógico dos tempos modernos. Sua hegemonia não foi realmente comprometida, senão à medida que se organizou um ensino realista, científico, leigo, destinado à totalidade da população das nações do Ocidente. Em França, muitos traços espirituais e até materiais das instituições pedagógicas se explicam ainda como reminiscências do regime medieval⁽⁴⁴⁾.

20. Analisando a universidade medieval pelo prisma do séc. XX, muitas pessoas procuram condená-la, tachando-a de erudita e teórica. Não sejamos, contudo, demasiadamente severos para com esses eruditos. Se considerarmos que, em 1824, a Faculdade de Artes de Paris apenas contava 120 professores e, talvez, menos de

⁽³⁸⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 26.

⁽³⁹⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 27.

⁽⁴⁰⁾ Missão do Intelectual, p. 127/128.

⁽⁴¹⁾ Idem, p. 135.

⁽⁴²⁾ Idem, p. 127.

⁽⁴³⁾ Missão do Intelectual, p. 126/127.

⁽⁴⁴⁾ Hubert, HISTÓRIA DA PEDAGOGIA, p. 25.

2.000 estudantes, é lícito admirarmos que, de tão restrito grupo, hajam nascido idéias tão variadas e tão profundas. Não há dúvida de que a ausência de preocupações de ordem utilitária favoreceu o despertar de seu espírito. Demais, como formular um juízo eqüitativo sobre o valor prático dos estudos medievais, se apenas se considerarem as disciplinas relativas ao raciocínio e visando o céu?⁽⁴⁵⁾.

REFERÊNCIAS

1. BOAVENTURA, Edivaldo – **Universidade em Mudança**. Salvador, 1968.
2. HUBERT, René. **História da Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo, Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1976.
3. PADIM, Cândido (O.S.B.). **Conceito e Objetivo da Universidade**, in Missão de Intelectual, Rio de Janeiro, Agir, 1952.
4. SCHROEDER, Orlando Borges. **Renovação do Ensino Superior**. Florianópolis, Imp. Univ. de Santa Catarina, 1969.
5. LOPEZ, Robert S. **Nascimento da Europa**. São Paulo, Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, 1965.
6. PERNOUD, Régine. **Lumière du Moyen Age**. Paris, Bernard Grasset, s.d.

⁽⁴⁵⁾ Lopez, O NASCIMENTO DA... p. 372.

POSSE DA PROFESSORA JOSELICE MACEDO DE BARREIRO NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

SAUDAÇÃO DA ACADÊMICA ZILMA GOMES PARENTE DE BARROS

Nenhum momento poderia ser mais propício para a chegada da Professora Joselice Macedo de Barreiro à Academia Baiana de Educação, do que este início de setembro, quando as cores da primavera, anunciada no nosso calendário, se tornam mais vivas, combinando tons e misturando texturas.

É bem verdade que aqui, em Salvador, diferentemente do que ocorre em outras regiões, os jardins florescem o ano inteiro: são buganvílias, belas-emílias, alamedas, hibiscos, ixoras, alpinias, helicônias, estrelitzias e tantas outras que tingem canteiros, cercas, muros e alambrados, com variados matizes, que vão do róseo ao sulfurino, do azulado ao lilás, do amarelo pálido ao dourado rutilante, do suave carmesim ao rubro sangüíneo.

Essas espécies vicejam durante todo o ano, substituindo, ininterruptamente, o franizado das pétalas que fenecem, por nova floração, apresentando-se aos nossos olhos extasiados, como se perenes e imorredouras fossem.

É dessa forma que vejo e sinto, aqui e agora, a presença de Joselice Macedo de Barreiro, ou simplesmente Joselice, a professora, a mestra, a educadora, ontem, hoje e sempre.

Não são só meus olhos de admiradora e meu coração de amiga que assim a definem.

Lícia Regina Moreira de Souza, ex-aluna, assistente e companheira de estudos, faz um depoimento lírico e cheio de emoção:

De braço dado atravessamos o arco-íris mergulhado em rios de águas claras e transparentes, como espelho de nossas alegrias e esperanças. Às vezes as águas eram turvas e revoltas, mas atravessamos...

.....
...aprendi com a Professora Joselice a construir a minha própria riqueza.
.....

Claiz Passos, sua ex-aluna e colega de Departamento, afirma:

Joselice marcou a minha carreira. Os incentivos recebidos dela foram a mola propulsora da minha formação acadêmica e carreira profissional.

Obrigada, Joselice, eu e outros alunos e colaboradores devemos muito a você - Parabéns!

Celina Araújo Scheinowitz, também ex-aluna, guarda uma recordação muito carinhosa de Joselice e conta:

...assim a tratávamos, em 1956 e 1957, creio, no Colégio N.S. Auxiliadora, dirigido por Anfrísia Santiago, onde me ensinou Latim. A quebra no tratamento rígido que dávamos aos demais professores se justificava porque imitávamos a colega Moema Parente, hoje Augel, cujas irmãs eram colegas e amigas de Joselice. A professora, no entanto, fingia colocar uma distância entre a mestra e os alunos, mas não conseguia. Acabou convidando-nos para participar de um trabalho que fazia com os jovens do Colégio Severino Vieira, onde também ensinava. Foi maravilhoso! Os encontros se realizavam na Biblioteca Monteiro Lobato, no jardim de Nazaré e, juntamente com Moema e Celeste Aída, pudemos constatar a generosidade e o poder de liderança da professora Joselice junto aos jovens, aos quais fazia pensar e discutir sobre temas em evidência no momento, levando-os a desenvolver a reflexão e o espírito crítico. Moema chegou a escrever uma peça de teatro para o grupo, que foi encenada. Uma faceta desconhecida da professora Joselice, aparentemente rígida e com a emoção contida, como muitos a vêem, mas no fundo uma grande riqueza e generosidade, segundo estou podendo testemunhar.

Igualmente ex-aluna e assistente, Sumaia Sahade Araújo sintetiza, de forma poética, o que a Professora Joselice significou na sua carreira:

Primeiro professora; segundo, mestra e terceiro, amiga; essa foi a ordem cronológica, mas, principalmente, visão profética, abrindo caminhos e trazendo estrelas para iluminar e indicar as trilhas a serem seguidas.

De fato, a trajetória profissional da Professora Joselice faz deste instante o corolário de toda uma existência dedicada ao exercício contínuo do magistério, galgando, por mérito próprio e por persistente aplicação, os degraus da carreira acadêmica.

Bacharelou-se e licenciou-se em Letras Neolatinas, na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia (1945,1946), integrando a sua segunda turma.

Durante seu curso, foi aluna destacada de mestres da estatura de Hermano Santana, Carneiro Ribeiro, Heitor Froes, Raymond Van der Hagen, José Higinio Tavares de Macedo – seu extremoso pai e meu inesquecível professor de Latim – Raul Batista, Hélio Simões, Maria Luigia Magnavita Galeffi – nossa querida D. Gina – Hélio Ribeiro, Aurélio Laborda e, nas disciplinas de formação pedagógica, Edith Gama e Abreu, José de Magalhães Neto, João Mendonça, Renato Mesquita.

Na inexorabilidade do tempo que ceifa vidas e ensombreia rostos, a Professora Joselice conserva, até hoje, os mesmos traços que a distinguiram dentre seus companheiros de geração.

Leda Jesuino, sua contemporânea na Faculdade, ao fazer seu depoimento sobre nossa homenageada declarou:

... Como está presente, na minha memória, a imagem da jovem morena de cabelos pretos, que junto aos seus colegas, já era considerada uma promessa.

.....
E a professora Maria Luigia Galeffi lembra-se da discípula, afirmando:

Sua vivacidade e inteligência fizeram-na sobressair entre os demais colegas de sua turma, como que prenunciando a carreira docente vitoriosa que iria abraçar.

Foi ainda como aluna do curso de Letras que a Professora Joselice começou a lecionar e durante vários anos deu aulas de Francês e Latim nos colégios Ipiranga, Nossa Senhora das Mercês, Sofia Costa Pinto, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora do Carmo, Colégio de Aplicação.

Já formada, inscreveu-se e foi aprovada no primeiro concurso público organizado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, então sob o comando do notável educador Anísio Teixeira, para provimento de cargos de magistério nas escolas oficiais, sendo a única candidata ao ensino de Francês, com licenciatura.

Na rede de escolas estaduais, atuou nos Colégios Severino Vieira e Central, onde também participou do projeto especial das Classes Experimentais, coordenado pela

Professora Leda Jesuino, que se constitui em uma das mais respeitáveis e inovadoras experiências pedagógicas já empreendidas em nosso Estado.

As qualidades didáticas da Professora Joselice também foram demonstradas em cursos preparatórios para o vestibular, conforme pode ser comprovado pelos excelentes resultados obtidos por seus alunos.

Consuelo Pondé de Sena, nossa companheira da Academia, registra esse bom desempenho ao afirmar:

... Ao escutar a primeira aula de Joselice, agradou-me a sua maneira de transmitir conhecimento na mais bela de todas as línguas do universo, a segura orientação que imprimia ao seu curso particular, ministrado na residência de seus pais, em esguio sobrado na Avenida Sete de Setembro, trecho de São Pedro.

Posso dizer que lucrei muito com seus ensinamentos e com sua orientação, especialmente com seu desempenho didático incomparável, pois Joselice é um professora nata.

.....
Mas foi nos cursos de Letras, como Assistente Voluntária de Latim, que a Professora Joselice iniciou sua brilhante carreira no magistério universitário.

Fazia o meu segundo ano do curso de Letras Anglo-Germânicas, quando tive o privilégio – ainda que por pouco tempo – de ter sido sua aluna. Guardo na memória a impressão que causou, por sua segurança, competência e excepcional capacidade didática. Sua presença carismática, desde então, vem descobrindo vocações e direcionando jovens estudantes que, com sua orientação e apoio, compõem expressivo grupo de talentosos professores, dentre os quais, lembro-me dos nomes dos que vieram a juntar-se a ela na docência universitária: Lícia Regina Moreira de Souza, Claiz Passos, Maria Emiliania Passos, Suzana Longo Sampaio, Sumaia Sahade Araújo, Serafina Pondé, Ivone Novis.

Data dessa época – e já se passaram quatro décadas – a minha amizade por Joselice, nascida da admiração e do respeito e fortalecida pela identidade de valores morais que ambas tanto prezamos e pela convergência de propósitos e ideais, que ambas sempre perseguimos, ao longo de nossas vidas.

Na obra intitulada “Die Wahlverwandschaften”, o grande escritor

alemão Goethe, cujos duzentos e cinquenta anos de nascimento o mundo inteiro comemorou recentemente, fala-nos das “afinidades eletivas”, como responsáveis pela aproximação e distanciamento das pessoas.

Não são poucas, entre nós, as afinidades que nos têm aproximado, cada vez mais, ao longo da nossa caminhada. Creio que é por isso que neste instante, me sinto dominada por tão grande emoção.

Vocacionada, inicialmente, para o ensino de Francês e Latim, a Professora Joselice aprofundou sua formação através de cursos de aperfeiçoamento em Literatura Contemporânea (1951) e Fonética Francesa (1952), na Universidade de Paris e na Universidade do Brasil (1951), tendo feito curso de Etruscologia e de Antiguidade Itálica (1961), na Universidade para Estrangeiros, em Perugia.

Realizou, também, importantes estágios no Centro Nacional de Estudos Pedagógicos da Universidade de Paris, em Sèvres, nas classes do Liceu Experimental (1951, 1961); no Centro de Pesquisas e de Estudos para a difusão do Francês (CREDIF) do Ministério de Educação Nacional (1963); na Maison des Sciences de l'Homme, na Universidade de Paris (1976); de Tradução Automática, na OTAN, em Veneza (1963).

Foi, porém, durante seu doutoramento na Universidade de Paris, que a Professora Joselice se sentiu, definitivamente, atraída pelos estudos lingüísticos. Assim, foi sob a orientação do famoso foneticista André Martinet, que obteve, com segurança e brilho, em 1963, o grau de Doutor.

Seu retorno ao Brasil coincidiu com a implantação do novo currículo no Curso de Letras, aprovado pelo antigo Conselho Federal de Educação, em 1962, através do qual o ensino de Lingüística tornava-se obrigatório.

Embora fosse a única titulada especificamente para ministrar a nova disciplina, a Professora Joselice foi contratada como Professor Assistente e teve que percorrer todos os degraus da carreira universitária, submetendo-se, com sucesso, a concurso para Professor Adjunto em 1970 e, posteriormente, para Professor Titular, em 1971.

A presença da Professora Joselice no quadro docente do Curso de Letras assinala um momento de rutura entre dois períodos da história do ensino das Letras entre nós.

No Brasil, o ensino superior das línguas e das literaturas só teve início com a criação, a partir da década de 30, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Essa nova unidade foi concebida, inicialmente, como um centro de altos estudos sobre as chamadas áreas básicas do conhecimento e, por isso, deveria funcionar como eixo de integração das demais faculdades. Nela se cultivaria o chamado saber desinteressado e se desenvolveria a pesquisa, sem a preocupação de sua aplicação prática¹.

Foi dentro desse espírito que Isaías Alves – o grande patrono da cadeira que ora passa a ser ocupada pela Professora Joselice – plasmou, na Bahia, a Faculdade de Filosofia, que, no dizer de Thales de Azevedo², estaria

Comprometida a percorrer, em busca da verdade, um longo caminho, que se não descobre hoje em uma ciência, mas, em todas as ciências; em uma cátedra, mas em várias cátedras, em diligente cooperação; por uma inteligência, peregrina que fosse, da amplitude e flexibilidade da de Aristóteles, mas por grupos de inteligências esclarecidas e humildes, capazes de confessar as próprias deficiências e de se ajudarem das luzes dos comungantes do ideal.

Como a nossa tradição de educação superior era de faculdades profissionais, essa nova Unidade só conseguiu atrair alunos quando passou a assumir a formação de professores para o ensino médio e este foi seu grande mérito: ter viabilizado, em todo o território nacional, onde foram sendo implantadas, a profissionalização do exercício do magistério³.

Para auxiliá-lo nessa tarefa de integração, Isaías Alves convocou os nomes mais significativos que pontificavam na vida intelectual baiana da época. Eram médicos, advogados, engenheiros, padres e ex-seminaristas, bem como professores de outras faculdades que aceitaram o desafio de trazer para a atividade docente os questionamentos

¹ DURHAM, E.R. A reforma da universidade, 1987, apud BARROS, Zilma G.P. de. A universidade no Brasil. In: Anais do Seminário: O diálogo e a cooperação entre as universidades do Mercosul. Itajaí, SC: ACFE/UNIVALI, 1995.

² AZEVEDO, Thales. Missão Nacional e humana da Faculdade de Filosofia. Universitas (12-13), Salvador: UFBA, maio/dez. 1972.

³ DURHAM, E.R. op.cit.

que se propunham desenvolver no tratamento de temas lingüísticos e/ou literários⁴.

Embora não se tenha dedicado à área das Letras, mas, sim, estando envolvido intelectual e profissionalmente, com questões da Administração Educacional, integra esse contingente de pioneiros, congregados por Isaías Alves para a criação da Faculdade de Filosofia, o ilustre educador Antonio Pithon Pinto, antecessor da Professora Joselice nesta Academia, a quem rendo, neste instante, sincera homenagem.

Por mais cultos e bem intencionados que tenham sido – e devemos louvar e enaltecer o notável trabalho que desenvolveram – todos, com exceção da Professora Gina, que era Doutora em Pedagogia e tivera sua formação na Itália, todos, repito, eram autodidatas nas disciplinas que passaram a lecionar e não tiveram a oportunidade de aprofundar os conhecimentos específicos, em centros mais avançados.

Essa afirmação não deve ser entendida como crítica. Ao contrário, justamente pelo fato de não terem podido aperfeiçoar-se em universidades com mais longa tradição de altos estudos na área humanística, esses Mestres – nossos Mestres – fizeram um trabalho notável, desvendando caminhos ainda não trilhados antes, com denodado esforço para superar deficiências e vencer as limitações do meio.

Todos aqueles que freqüentaram os cursos da Faculdade de Filosofia nas décadas de 40 e 50 – e a Professora Joselice e eu fazemos parte desse grupo – todos somos imensamente gratos a cada um dos Mestres que contribuíram decisivamente para a nossa formação, mostrando-nos os caminhos que viemos a percorrer no desempenho de nossa vida acadêmica.

Caberia, portanto, às primeiras gerações por eles formados a tarefa de prosseguir seus estudos, em cursos para pós-graduados, entrar em contacto com as teorias mais modernas, conhecer as novas tendências, familiarizar-se com as metodologias emergentes, trazendo de volta, para a sua Casa de Formação, sua “Alma Mater” os ensinamentos hauridos lá fora, para

repassá-los, reinterpretá-los ou redirecioná-los no trabalho diuturno com seus alunos.

A Professora Joselice, juntamente com os Professores Antônio de Barros, Cláudio Veiga, Luiz Angélico da Costa, Nilton Vasco da Gama, Zilma Parente de Barros, (desculpem a falta de modéstia de me incluir, neste grupo), dentre outros – somente para lembrar os que fizeram curso de graduação entre nós e pós-graduação em universidades estrangeiras – inauguraram uma nova etapa na história da docência superior na área de Letras, na Universidade Federal da Bahia, tornando possível institucionalizar a atividade de pesquisa, estabelecer suas interligações com o ensino nos diferentes níveis, inclusive viabilizando a implantação da pós-graduação “*stricto sensu*” e, ultrapassar os muros da Universidade para levar à comunidade múltiplas atividades de extensão.

Permitam-me que destaque, neste momento de reverência, gratidão e saudade, a figura impar, nesse cenário educacional, do Professor José Higino Tavares de Macedo. De formação científica na área da medicina, de cujo curso era docente, Dr. Macedo trazia sólida formação humanística, iniciada em seus tempos de seminário. Graças a esses conhecimentos, que foram sempre aprofundados ao longo de sua existência, disseminou, nas mentes dos seus jovens alunos o culto pelos valores da Antigüidade Clássica, da qual todo o mundo ocidental é herdeiro. Com a mente aberta para as novas tendências dos estudos clássicos, não se restringiu à repetição das regras gramaticais que enclausuram o idioma, mostrando-se sensível a transmitir uma visão histórica da evolução da língua latina, estabelecendo seus liames com as línguas românicas. Através do enfoque moderno de seus ensinamentos, seus alunos puderam perceber o esplendor daquela cultura da qual somos caudatários.

Com a implantação da Reforma Universitária, decorrente da Lei 5.540, de 1968, novas e importantes funções passaram a ser desempenhadas pelos docentes, extrapolando suas atividades de ensino e pesquisa.

Dentro desse novo contexto, a Professora Joselice não poderia ter deixado de dar, também, a sua valiosa e competente colaboração.

Assim, chefiou o Departamento de Lingüística, Teoria da Literatura e, História da Literatura e posteriormente, o de Fundamentos para o Estudo das Letras.

⁴ BARROS, Zilma G.P. de. A pesquisa em Letras na Universidade Federal da Bahia. *Universitas* (19), Salvador: UFBA, 1978.

Exerceu, com firmeza e serenidade, a função de Coordenadora do primeiro Colegiado do Curso de Letras, órgão criado com a Reforma Universitária e responsável pela organização do novo currículo, em um momento conturbado da vida acadêmica, quando os espíritos oscilavam entre a perplexidade diante do novo e a resistência à mudança das antigas estruturas, já estratificadas e defasadas no tempo.

A Professora Joselice foi, ainda, representante da sua Unidade no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade e Vice-Diretora do Instituto de Letras.

Emprestou, igualmente, sua competente colaboração como docente do Mestrado em Educação, desde a sua criação em 1972, nele permanecendo por quase dez anos. De 1975 a 1977 foi vice-coordenadora do seu Colegiado e juntamente com o Professor Edivaldo Boaventura ajudou a reestruturar o currículo do Mestrado nas áreas de Ensino e Ciências Sociais aplicadas à Educação. Um dos aspectos inovadores foi o seminário por ela liderado sobre Linguagem e Educação, que veio a tornar-se importante linha de pesquisa. Posteriormente, em 1976, foi decisiva a sua participação para implantar e consolidar o Mestrado em Letras, no qual foi a coordenadora da área de Estudos Lingüísticos.

Foi marcante a sua presença na concepção – sempre inovadora e precursora das mais modernas tendências, quer no âmbito dos estudos de Lingüística Aplicada ao ensino da Língua Vernácula e das línguas estrangeiras, quer no campo educacional, propriamente dito – de projetos especiais, que ajudou a implementar, com sucesso e grande repercussão para a melhoria do ensino nos seus diferentes níveis, tais como, o redimensionamento pedagógico das funções do Colégio de Aplicação, a proposta de criação do Colégio Universitário, o desenvolvimento das Classes Experimentais do CECIBA, no Colégio Central da Bahia, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino – PREMEM, o Programa de Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas, financiado pela Fundação Ford, envolvendo o treinamento, em serviço, de professores de ensino médio de escolas públicas da Capital e do interior do Estado.

Depoimentos de participantes desses projetos, como as Professoras Lícia Regina Moreira de Souza, Claiz Passos, Maria Anália Costa Moura, Maria Emilian Passos, Maria José Passos, dentre outros, destacam o seu *entusiasmo e espírito de liderança, traduzido na*

capacidade de formar grupos de trabalho, motivar pessoas, distribuir tarefas e demonstrar confiança na sua execução.

A nossa homenageada galgou, finalmente, a administração superior, exercendo o cargo de Coordenadora Central de Pesquisa e dos Cursos de Pós-graduação, na Pró-reitoria de que foi titular o professor Heonir Rocha, durante o reitorado do Professor Luiz Fernando Macedo Costa, a frente da Universidade Federal da Bahia (1979 – 1983).

Fora do âmbito da Universidade Federal da Bahia, foi Professora Visitante no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Mais recentemente, após sua aposentadoria, vem participando de atividades docentes junto ao Centro de Pós-graduação Olga Mettig, da Faculdade de Educação da Bahia e, retornando à Universidade Católica de Salvador – onde já havia lecionado na década de 60 – também atua em programas de pós-graduação.

Não pode deixar de ser lembrado, nesse breve relato de sua vida profissional, o importante papel que desempenhou na esfera estadual.

Como Assessora do então Secretário de Educação, Professor Luiz Navarro de Brito – de saudosa memória e cujo desaparecimento precoce enlutou a intelectualidade baiana – a Professora Joselice coordenou – com a colaboração de jovens, brilhantes e promissores professores, por ela próprios escolhidos – dentre os quais, lembro-me, de Lícia Regina Moreira de Souza, Terezinha Teixeira Guimarães, Lícia Borba Pedreira, Terezinha Moreira, Joselita Castro Lima, Ivira Iracema Alves, para citar apenas alguns nomes – a implantação das Faculdades de Educação de Feira de Santana, de Alagoinhas, de Vitória da Conquista e de Jequié – que vieram a ser o núcleo polarizador da formação das atuais universidades estaduais.

Posteriormente, veio a dirigir a principal Divisão do Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento da Secretaria Estadual de Educação e também coordenou, no Instituto Anísio Teixeira, então sob a competente direção do Professor Hildérico de Oliveira, trabalhos de pesquisa educacional para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas de primeiro grau, culminando sua trajetória com marcante e diligente participação no Conselho Estadual de Educação da Bahia.

Ao longo de todo esse laborioso período de atuação na área educacional, a Professora Joselice vem desenvolvendo profícua atividade intelectual, resultante de seus estudos e inquietações, quer sob a forma de relatórios de pesquisa, artigos, em periódicos, comunicações em congressos e reuniões científicas, bem como conferências, palestras e outras modalidades de produção acadêmica, num volume tão significativo de trabalhos que fugiria ao escopo desta saudação resenhá-los ou mesmo elencá-los.

Não bastassem todas essas atividades que bem justificam a sua eleição unânime para esta Academia e que a consagram como grande educadora, não posso deixar de revelar sua mais recente inquietação intelectual: o interesse pelo estudo das línguas e literaturas galega e catalã.

É bem provável que nessa nova aventura do seu sempre jovem espírito, tão ávido por desvendar o ainda não muito conhecido ou divulgado, tenham prevalecido razões de natureza mais afetiva do que intelectual, uma forma diferente de declaração de amor a José Enrique Barreiro, seu "cavallero andante".

Entre tantas e tão múltiplas facetas, a Professora Joselice desvela-se, deixando à mostra os dois pólos propulsores de sua existência: de um lado, a aluna sempre sedenta de mais saber e do outro, a compulsiva necessidade de partilhar o que aprendeu com o próximo – no caso, suas discípulas, que a acompanham, refazendo, sempre juntas, o caminho de Santiago de Compostela, num processo contínuo que a Professora Maria Anália Moura chamaria de "concrecer".

Senhoras e Senhores

Nas palavras de um sábio oriental Osho-Zen⁵, encontrei a melhor forma de concluir esta saudação a Joselice Macedo de Barreiro, professora, mestra, educadora, ontem, hoje e sempre.

Um mestre funciona como um agente catalisador, cuja simples presença estimula...

É como quando o sol nasce pela manhã e os pássaros imediatamente começam a cantar. Eles surgem voando de todos os lados, celebrando e dando boas-vindas ao novo dia, através das canções. O sol não age diretamente sobre eles, mas algo acontece; o ambiente que cria faz com

que os pássaros se sintam vigorosos, batam asas e cantem.

Também as flores começam a desabrochar...

O sol não se dirige a cada flor, forçando-a a abrir-se, pelo menos, não de uma forma direta; entretanto, os seus raios dançam ao seu redor, dando-lhe calor e encorajando-a delicadamente. As flores têm de ser tocadas de uma forma suave; se forçar suas pétalas a se abrirem, não resistirão. Você conseguirá fazer com que se abram, mas, ao mesmo tempo, morrerão. O sol simplesmente cria o clima, no qual elas podem desabrochar. Um desejo interior surge e dentro delas, algum instinto misterioso entra em sintonia com o calor do sol. E as flores se abrem e começam a exalar sua fragrância.

Exatamente como o trabalho do mestre...

Ele não pode entregar a você aquilo que conhece, mas pode criar um certo campo de energia, no qual suas pétalas irão abrir-se, as suas sementes serão encorajadas a brotar e você criará coragem suficiente para dar o salto, através do qual o milagre tornar-se-á possível.

Seja bem vinda à Academia Baiana de Educação, querida Joselice, a esta Casa que sempre foi sua e se sente engrandecida com a sua presença.

Salvador, 1.º/9/1999

⁵ OSHO-ZEN. The special transmission. Apud Shinyashiki, R. *A revolução dos campeões*. São Paulo: Editora Gente, 1995, p. 17.

A reforma da educação secundária de 1890 no governo Virgílio Damásio

Antonietta d'Aguar Nunes*

Ensino secundário oficial na Bahia

Em 1836 a lei provincial nº 33, de 19 de março, criou o Liceu Provincial da Bahia, que começou a funcionar no ano seguinte, 1837, e recebeu estatutos em 1841, modificados em 1849. O Liceu reunia em um só lugar várias das *aulas maiores* que existiam em Salvador, capital da província. Os alunos se matriculavam por disciplinas, e algumas delas tinham muito poucos alunos. A aprovação nas disciplinas do Liceu não era, porém, suficiente para se poder entrar diretamente nos cursos superiores; para isto era preciso submeter-se antes aos exames 'preparatórios' em cada faculdade que se desejava cursar.

Em 1860 uma reforma concebida pelo Diretor Geral de Estudos, João José Barbosa d'Oliveira¹, reorganizava o ensino secundário oficial na Bahia, mas ela recebeu seu regulamento somente em 22 de abril de 1862. Apenas com esta reforma de 1862 as antigas *aulas maiores* foram extintas; começou-se a seguir uma lista de disciplinas no Liceu, já com uma seriação. E, a partir de então, o Liceu em Salvador passou a ser o único lugar onde se poderia obter educação secundária pública em toda a província da Bahia.

Em 22 de fevereiro de 1870, outra reforma determinava que o Liceu formaria um curso com 15 disciplinas, formando bacharéis em Letras ou em Ciências. Desde 1871 era professor concursado das disciplinas Física e Química do Liceu provincial, Virgílio Clímaco Damásio, também docente da Faculdade de Medicina.

Uma outra reforma educacional, de 27 de setembro de 1873, incluía como disciplina do Liceu o Desenho linear e de imitação e

exigia a defesa de uma tese para a obtenção do Bacharelado. Os professores do Liceu foram nesta ocasião proibidos de participar das bancas de exames preparatórios, o que provocou uma progressiva diminuição de alunos no Liceu.

A Resolução nº 1.561 de 28 de junho de 1875 determinava as formas de execução do Regulamento de 1873. Havia dois cursos: de Letras e de Ciências, mas os alunos podiam ainda se matricular por disciplina isolada. Apenas para obter o diploma de Letras, de Ciências ou o Bacharelado, era necessário fazer todas as disciplinas determinadas.

Podia-se considerar também como ensino secundário público na Bahia o que era dado na Escola Normal, que preparava professores para o ensino primário. Esta Escola foi criada por lei igualmente em 1836, mas as aulas começaram apenas em 1841, porque dois professores foram enviados à França para aprender a organizar uma Escola Normal e o ensino primário do estado. Até 1850 este curso Normal teve apenas alunos do sexo masculino; neste ano foi instituída a Escola Normal de Senhoras, com internato. Depois de 1873, as duas escolas normais passaram a ter, cada uma delas, uma escola primária anexa, para que os alunos pudessem se exercitar nas aulas primárias sob a supervisão de um professor.

Ensino secundário em escolas particulares

Antes da existência do Liceu Provincial, havia em Salvador, segundo Manuel Querino (1955:107), as Aulas Régias (maiores) de Latim, Filosofia, Retórica, Grego e Matemáticas, mas os candidatos à matrícula dos cursos superiores iam fazer os estudos preparatórios no Colégio dos Órfãos de São Joaquim que, único na época, admitia alunos externos mediante módica contribuição. Mais tarde, paralelamente ao ensino público, passou a haver alguns outros estabelecimentos privados onde os alunos podiam fazer o curso secundário e estudar as disciplinas dos Exames preparatórios. Muitos deles tinham internatos, o que facilitava a matrícula de alunos vindos do

* Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia, Professora de História da Educação na FAGED/UFBA
antonietaan@terra.com.br

¹ Pai de Rui Barbosa

interior do Estado. Esta comodidade, talvez, levava à existência de um número bem maior de alunos nas escolas particulares do que no Liceu Provincial.

O Almanaque de Silva Serva para a Bahia, no ano de 1845, listava cinco “casas de educação” particulares, onde se podiam estudar também as *Aulas maiores*: a do padre José Joaquim Mendes de Moura Alves, no Berquó; a de Francisco Magliola, no Maciel de Baixo; a do padre Francisco Pereira de Souza, na ladeira do Baluarte; o colégio Primavera, do Rangel, no Areal de Baixo e o Colégio Inglês, dirigido pelo reverendo George Gahume, no Campo Grande. O mesmo Almanaque lista o endereço de 19 outros professores de Aulas maiores isoladas, na cidade do Salvador. Em 1855 o prof. Francisco Pereira de Almeida Sebrão fundou o seu colégio Sebrão (depois chamado de S. João), que rivalizava com o Ginásio Baiano (depois chamado S. José), do renomado educador Abílio César Borges (barão de Macaúbas), fundado em 1858.

Outras instituições privadas de ensino secundário foram ainda fundadas na Bahia durante o Império: em 1862, o colégio Sete de Setembro, do prof. Luís da França Pinto de Carvalho, no Coqueiro da Piedade; em 1871 o colégio S. Pedro de Alcântara (antigo Pedro II), no Maciel de Cima; em 1880 o colégio Florêncio, do respeitado educador negro, Manuel Florêncio do Espírito Santo, no Areal de Baixo; em 1884, o colégio Carneiro, do prof. Ernesto Carneiro Ribeiro, de início na rua do Genipapeiro e, em 1885, os dois colégios: São Salvador, do prof. Adolpho Frederico Tourinho, no Berquó, e o colégio Oito de dezembro, da professora Adélia Franklin da Conceição Lima, no Areal de cima.

No ano de 1875, a distribuição da instrução pública na província da Bahia era:

Tipo de escola (Bahia – 1875)	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
Primária Pública	308	11.853	120	4.864	428	16.717
Primária Privada	14	718	12	492	26	1.210
Liceu de Artes e Ofícios	-	-	-	-	1	104
Orfanato S. Joaquim	-	-	-	-	1	82
Secundária pública	-	-	-	-	3	448
Secundária privada	-	-	-	-	13	2.293
(Total Geral)	322	12.571	132	5.356	472	20.854

Fonte: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução pública no Brasil*, 1889; p.168

Em 5 de janeiro de 1881 a reforma educacional do presidente Antonio de Araújo de Aragão Bulcão² (logo depois 3º barão de São Francisco, liberal da ala agrária, mais conservadora) procurava adaptar às condições baianas o famoso “Decreto do Ensino Livre” do ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho (decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, sobre o qual, pouco mais tarde, Rui Barbosa deu os seus renomados Pareceres), válido para o município neutro [Rio de Janeiro, capital do Império] (Ver NUNES, 2000[b]). Este Decreto foi considerado demasiadamente avançado para a época, e por isso vários presidentes de províncias, mesmo militantes do partido liberal, adaptaram-no às condições locais, moderando várias de suas recomendações. Foi, na Bahia, o chamado “Regulamento Bulcão”.

No que se refere ao ensino secundário, dava ênfase às línguas vivas (inglês e francês, acrescentando o alemão e o italiano) e à Geografia, História e Elementos das Ciências Naturais (Botânica, Zoologia, Física, Química e Mineralogia) como matérias de estudo.

Esta reforma criou os lugares de adjuntos às cadeiras do liceu e determinou que os lentes de Física, Química e História Natural e o professor de Desenho passassem a lecionar na Escola Normal, porque suas aulas não tinham ouvintes; restabeleceu o bacharelado e determinou que o Diretor do Liceu seria exercido por um de seus professores (FARIAS/MENEZES, 1937; 19).

O Liceu continuava, porém, sendo um instituto de letras e ciências com 13 disciplinas, onde se podia matricular por disciplinas isoladas, o que o tornava um local de preparação para os exames de entrada nos cursos superiores. Isto era também feito, e em maior escala, pelas instituições particulares. Por este ato, o Estado admitia ainda que não

poderia construir, sozinho, todas as escolas e colégios necessários para a população crescente em idade escolar, e estimulava que qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, pudesse abrir estabelecimentos primários ou secundários e dar aulas.

Antecedentes republicanos em nosso estado

Com a criação do Partido Republicano no Rio de Janeiro em 1870, idéias republicanas - que já haviam sido aventadas na Bahia desde a chamada Revolução dos Búzios ou dos Alfaiates em 1798, ou nos levantes federalistas de 1831, 32 e 33, e no movimento conhecido como Sabinada em 1837 - voltaram a circular, e alguns clubes e grupos republicanos se formaram nesta província.

Em 1872 organizou-se na Bahia um clube Republicano sob a direção de Henrique A. dos Santos, contando com a participação de Frederico Lisboa, jornalista que neste ano editou *O Horizonte*, jornal republicano e emancipacionista (BOEHRER, s/d; 151 e PASSOS, 1956:79), mas o grupo permaneceu fraco e de pouca repercussão, em breve se extinguindo. Já *O Pequeno jornal*, de César Zama, em notícia assinada por um antigo republicano, conta que fora em 1869 que dois jornais: *Democrata* e *Horizonte* existiam, nos quais o dr. Frederico Lisboa, Balthasar da Silveira, Paulo Marques, Eduardo Carigé, cônego Rodrigo e Paulino Gil lutavam em favor da propaganda republicana (*O Pequeno Jornal*, 18/04/1890:3).

Em 1878 foi criado em Salvador um clube Republicano de que teria sido presidente o dr. Manuel Teixeira Soares, ex militante do partido Liberal; foi este clube, porém, também de pouca duração (*A República Federal*, 28/10/1881:1). *O Pequeno Jornal* (18/04/1890:3) conta que em 1878 Eduardo Carigé, Pamphilo da Santa Cruz, Frederico Lisboa, Aquino Fonseca, Lélis Piedade e muitos outros continuaram a propaganda republicana nas colunas do jornal *A Tribuna*.

A partir de 1885 formaram-se clubes e grupos republicanos em diversas cidades do interior da província da Bahia: Lençóis, Rosário do Orobó (hoje Itaberaba), Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Cachoeira, Purificação dos Campos (hoje Irará), Aldeia (hoje Aratuípe) e Santo Antônio da Barra (atual Condeúba) (DANTAS JR., 1941:100 e AMARAL, 1923:320). Também em Bom Jesus dos Passos, em reunião presidida por Deocleciano Ramos, se fundou em dezembro de 1888 um clube

republicano (*A República Federal*, 9/12/1888:3).

Em Salvador organizou-se igualmente um grupo republicano, ao qual aderiram muitos acadêmicos de Medicina. No dia 10 de junho de 1888 instalou-se o Clube Republicano Federal, no Grêmio Literário, onde se reuniram quase todos os sócios e muitos outros cidadãos não declaradamente republicanos. Aí resolveu-se fundar um jornal para difundir as idéias republicanas federativas e ter um meio de defesa quando fossem atacados. De fato, em 2 de julho de 1888, data magna baiana, os republicanos lançaram o jornal hebdomadário *A República Federal*, órgão do Clube Republicano Federal de Salvador. (*A República Federal*, 28/10/1888:2, AMARAL, 1904:8 e NUNES, 2000:23). A partir de 22 de novembro de 1889, já no regime republicano vigente, portanto, ele passou a ser jornal diário e a pertencer ao jornalista Virgílio de Lemos. Tornou-se o órgão de divulgação oficial do estado da Bahia até abril de 1890, quando rescindiu o contrato que tinha firmado para a publicação dos atos e expediente do governo do Estado (*O Pequeno Jornal*, nº 56, 10/04/1890:1).

Em janeiro de 1889, o Clube Republicano Federal de Salvador foi transformado em Partido Republicano da Bahia (P.R.B.). Em sessão do dia 3, o Conselho Federal Republicano procedeu à eleição de sua mesa, que ficou assim constituída: Presidente, dr. Manuel Teixeira Soares, Vice-presidente, dr. Virgílio Clímaco Damásio, 1º secretário dr. Deocleciano Ramos; 2º secretário Cosme Moreira de Almeida, tesoureiro dr. Silvino Moura, vogais Virgílio de Lemos e Manoel Teixeira da Cunha (*A República Federal*, nº 30, de 20/1/1889:4).

Nos meses de maio e junho de 1889 os republicanos reuniram-se em congresso em que se aprovou a lei orgânica do partido e elegeu-se um conselho federal republicano efetivo composto pelos doutores Virgílio Damásio, Teixeira Soares, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira de Almeida e José Antonio de Freitas, e os cidadãos Luiz Barreto e Ludgero José de Souza. Neste congresso, por sugestão de Deocleciano Ramos, foi também escolhida a bandeira do partido, formada de quatro listas horizontais, brancas e vermelhas, alternando-se as cores, tendo no ângulo superior esquerdo um quadrado azul que leva no centro um triângulo branco. As três cores: vermelho, branco e azul, lembravam as da Revolução francesa, o triângulo branco no quadrângulo azul, a bandeira dos inconfidentes mineiros; a disposição em listras assemelhava-se à da

bandeira dos Estados Unidos da América do Norte (BARROS,1918;170). Depois de proclamada a república, esta ficou sendo a bandeira do estado federado da Bahia.

Com a sua organização, e depois da edição do jornal semanal *A República Federal* e do congresso realizado, o partido republicano foi procurando adquirir novos membros, mas isto se deu lenta e paulatinamente, não chegando ele a contar com o apoio da grande massa popular.

A aclamação da república na Bahia

Nos primeiros tempos do novo governo republicano no Brasil, iniciado a 15 de novembro de 1889, enquanto ainda não se fazia uma eleição para escolher os constituintes que elaborariam a lei magna do novo regime, o país foi administrado por um Governo Provisório presidido por Manuel Deodoro da Fonseca, que nomeou seus ministros (entre os quais o baiano Rui Barbosa, ministro da Fazenda) e, em caráter igualmente transitório, os governadores para os estados.

Neste novembro de 1889, Virgílio Clímaco Damásio, destacado líder do partido republicano, foi o aclamador da República na Bahia - junto com o coronel Frederico Cristiano Buys e o médico Deocleciano Ramos - no dia 16 de novembro às 16 horas, reafirmada no dia 17 às 13 horas, já com a adesão do comandante das armas (general Hermes Ernesto da Fonseca) e das classes dominantes locais.

O local onde se deu esta aclamação nos dois dias, a praça em frente ao forte de São Pedro, ficou de então em diante sendo conhecida como Largo da Aclamação. A província da Bahia, portanto, não proclamou, prognosticando como nuncio, o novo regime político, mas aclamou, reconhecendo publicamente, a nova forma de governo. Foi uma das últimas províncias a acatar a república, só o tendo efetivamente feito no dia 17 de novembro.

Nesta ocasião, Virgílio Damásio dirigiu uma proclamação ao povo baiano sobre o novo regime político, tranquilizando a todos e afirmando que os encargos da província seriam respeitados e os funcionários públicos conservados em seus lugares.

Também foi ele quem, provisoriamente, assumiu o governo do recente estado, vez que Manoel Vitorino Pereira, indicado pelo Governo Provisório da República, hesitou em fazê-lo. No dia 18 de novembro, perante a Câmara Municipal de Salvador presidida por Augusto

Álvares Guimarães, Virgílio assumiu o cargo de governador provisório do estado, contando na solenidade com a presença de Manuel Vitorino. Logo em seguida, telegrafou às várias Câmaras Municipais do estado comunicando o novo regime de governo e a sua posse como governador. No dia 19, noutro telegrama circular endereçado às Câmaras, Virgílio Damásio afirmava estar o governo republicano definitivamente constituído, que a Câmara Municipal de Salvador já prestara sua fidelidade ao novo regime e convidava as diversas câmaras dos municípios baianos para que fizessem o mesmo.

Embora o Conselho Republicano da Bahia houvesse telegrafado ao Governo Provisório solicitando que mantivesse Virgílio Damásio no cargo, o órgão gestor nacional preferiu insistir com Manuel Vitorino para que assumisse o poder, o que ele finalmente anuiu em fazer no dia 23 de novembro, quando, na mesma Câmara Municipal de Salvador, tomou posse do governo que lhe transmitiu Virgílio Damásio, empossado na mesma data no cargo de vice-governador.

A reforma Manuel Vitorino

O governador Manuel Vitorino Pereira (ativo militante do Partido Liberal em sua ala urbana durante o Império e partidário do federalismo) fez uma reforma da instrução pública logo a partir dos dias 30 e 31 de dezembro de 1889, tendo-se baseado muito nos pareceres que Rui Barbosa emitira sobre o "Decreto do Ensino Livre" de Leôncio de Carvalho.

No dia 30 de dezembro de 1889 baixou um ato criando um Fundo Escolar com que se pudesse prover de recursos o serviço da Instrução Pública, e no dia 31 outro ato, mais extenso, reformando a instrução primária e secundária do Estado. A 10 de janeiro de 1890 dois novos atos: um estabelecendo a obrigatoriedade escolar para as crianças dos 6 aos 13 anos de idade e o outro de criação do serviço de Higiene escolar.

Para que a reforma pudesse se basear em dados reais e atualizados, no dia 15 de janeiro foi baixado outro ato, desta vez estabelecendo a realização, em todo o estado, de um recenseamento escolar.

Em 20 de janeiro foi regulamentado o imposto de capitação para a formação do Fundo Escolar; em 24 de janeiro um ato nomeava o engenheiro Luís Augusto de Souza Baiana como adido à repartição de Obras Públicas para os trabalhos de construção de

prédios escolares e organização dos institutos técnicos. No dia 28 deste mês outro ato garantia juros de 6% ao ano sobre o capital de dois mil contos para a construção de prédios escolares públicos e, por fim, a 9 de abril, constituía-se um Conselho Superior de Ensino, um dos integrantes do qual era o dr. Virgílio Clímaco Damásio (NUNES,2003,p.111).

O ensino secundário, segundo a reforma do dia 31 de dezembro de 1889, seria dado em duas instituições públicas complexas, uma para cada sexo, com quatro institutos que eram comuns aos dois sexos (Institutos: Médio preparatório; Normal do professor primário; Normal de Desenho, e Instituto de Biologia e Higiene elementar) e outros seis específicos para os homens (Bacharelado em Ciências, Bacharelado em Letras; Artes Liberais; Comércio; Artes mecânicas e ofícios e Instituto Industrial) e três para as mulheres (Normal de Música; Técnico em Contabilidade, escrita mercantil e serviços telegráficos; Técnico de Trabalho doméstico). Como deveria ser cada curso, o número de disciplinas e os programas adotados, dependeria de um regulamento ulterior (que não chegou a ser feito). Estes Institutos teriam dimensões, laboratórios e bibliotecas necessários, com a sua dotação suficiente, o que refletia a preocupação de Manuel Vitorino com a higiene escolar, a qualidade do ensino e com a possibilidade não só de sua criação, como também da sua manutenção continuada

(NUNES,2000[c];388/9)

Considerado radical em muitos de seus atos, e não se sentindo apoiado pelo presidente da república, Manuel Vitorino foi forçado a se demitir no dia 25 de abril de 1890, tendo no dia seguinte assumido o poder o novo governador, Hermes Ernesto da Fonseca (filiado ao partido conservador durante o Império e, coincidentemente, irmão mais velho do presidente Manuel Deodoro). Este, quatro dias depois de empossado, anulou todos os atos educativos do seu antecessor (exceto o Recenseamento escolar) e voltou ao Regulamento Bulcão de 1881.

A reforma do governo Hermes Ernesto da Fonseca (ou: a reforma Sátiro Dias de 1890)

Hermes Ernesto da Fonseca, que manteve Virgílio Damásio como vice-governador, preocupado com a situação financeira do estado e visando a breve regularização do seu ensino público emitiu a 30 de abril, por sugestão do Diretor Geral da

Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias (médico, político liberal da ala agrária no Império, nomeado originalmente para este cargo pelo último presidente da província da Bahia, José Luís de Almeida Couto e conservado no posto pelos governos Manuel Vitorino e Hermes da Fonseca), o seguinte Ato:

O marechal governador deste Estado, tendo atenção às circunstâncias dos cofres públicos, resolve suspender, até ulterior e oportuna deliberação, a execução do ato de 31 de dezembro último e dos regulamentos complementares pelos quais foi reformada a instrução pública deste Estado, mandando que continue em vigor o Regulamento de 5 de janeiro de 1881; convido, entretanto que se conclua o recenseamento escolar a que se está procedendo, para servir de base a qualquer reforma que porventura se tenha de fazer sobre este ramo do serviço público. Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia, 29 de abril de 1890 Hermes Ernesto da Fonseca. (APEB,Cx1761doc1755 p.223, ato este que foi publicado no dia seguinte e leva a data oficial de 30 de abril).

É importante lembrar que, desde o governo do último presidente da província da Bahia, o liberal (da ala agrária) José Luís de Almeida Couto, de quem Sátiro Dias era o diretor de Instrução Pública, a Assembléia Legislativa decretara e o presidente sancionara a lei nº 2.752, de 5 de setembro de 1889, mandando proceder em toda a província, por paróquias, ao recenseamento escolar. Devia-se organizar mapas especiais por paróquia, identificando a população em idade escolar, para a criação das escolas de ensino primário elementar, e mesmo elementar médio ou elementar superior [estas só nas cidades], necessárias (Leis e Resoluções da Província da Bahia,1889;407/8). Pela mudança de regime político, esta lei não chegou a ser cumprida, mas um dos Atos de Manuel Vitorino desencandeara a realização do Recenseamento Escolar, que deveria, então, ter continuidade e ser aproveitado para futura distribuição das unidades escolares no estado.

No dia 14 de julho de 1890, Sátiro de Oliveira Dias apresentou ao governador Hermes da Fonseca uma exposição e proposta sobre a instrução pública do Estado da Bahia, em que se justificou por ter sugerido a suspensão dos atos reformativos de Manuel Vitorino e o retorno à vigência do regulamento de 5 de janeiro de 1881. Neste relatório, porém, embora criticasse e a julgasse radical, também declarava sua admiração pela qualidade da reforma proposta por aquele governador, da

qual, aliás, aproveitou várias idéias na outra que propôs a seguir ao marechal Hermes. Defendeu ainda neste documento, com ênfase, muitos pontos do Regulamento Bulcão³, embora o considerasse passível de melhoras. Julgava que seu principal demérito foi o de não ter sido efetivamente posto em prática, não se observar o seu programa nas escolas primárias tanto por não ter a maioria dos professores as devidas habilitações para tanto, quanto por não haver o governo dotado as escolas com os materiais necessários ao ensino por processos intuitivos. Sátiro Dias baseou-se sobretudo no Regulamento Bulcão para a sugestão de reforma educacional que apresentou na presente ocasião ao marechal Hermes, embora tivesse endossado vários atos de Manuel Vitorino, sobretudo os mais técnicos como o Recenseamento, o Fundo Escolar e o Regulamento de Higiene Escolar, que Sátiro seguiu integralmente.

No dia 18 de agosto de 1890, portanto, Hermes Ernesto da Fonseca - acatando a sugestão do seu diretor de Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias - fez uma reforma educacional, que acabou valendo sobretudo para o ensino primário e as escolas normais, que formavam os professores primários. O ensino secundário permanecia como desde 1881, embora tivessem sido criadas no Liceu, por este Regulamento de 18 de agosto, as cadeiras de Alemão, Grego, Italiano, Corografia e História do Brasil, Escrituração mercantil, Contabilidade e noções de Direito comercial que, porém, não chegaram a ser providas.

Hermes Ernesto da Fonseca, por grave doença, precisou ir ao Rio de Janeiro com seu médico, a tratamento de saúde. Na esperança de breve recuperação do seu irmão, o presidente Manuel Deodoro da Fonseca não nomeou, na ocasião, outro governador para a Bahia. Virgílio Damásio assumiu o poder na qualidade de vice-governador em exercício, a partir de 16 de setembro de 1890, permanecendo até 31 de outubro do mesmo ano; apenas um mês e meio.

Os atos de Virgílio Damásio de 23 a 27 de outubro de 1890 reformando o ensino secundário

Professor concursado do Liceu

³ Daí levantarmos a hipótese de que, tendo sido Secretário daquele governo por 6 meses antes da emissão deste Regulamento, possa ter Sátiro Dias pessoalmente colaborado na sua concepção e redação.

Provincial desde 1871, Virgílio Damásio certamente achou que era necessário reformar o ensino secundário, por terem sido insuficientes as modificações recomendadas pelo Regulamento de 18 de Agosto, razão pela qual, nos dias 23, 24 e 25 de outubro baixou vários atos referentes a este nível de ensino:

- O primeiro deles, em 23 de outubro, extinguiu o antigo Liceu e criava o Instituto Oficial do Ensino Secundário (APEB cx1761doc1756p.236-8)

- Outro desta data baixava um Regulamento para o Instituto Oficial de Ensino Secundário com 15 capítulos, 110 artigos, uma tabela dos vencimentos de professores e empregados do Instituto, e um Apêndice onde se transcreviam os artigos do Regulamento de 18 de agosto que o presente Ato mandava vigorar e que são referidos em seus artigos (APEB cx1761doc1756p.238 a-269).

- Um terceiro, ainda deste dia 23, e "em vista do que determinou o art. 4º do Regulamento de 23 do corrente mês e ano⁴", determinava a transferência dos professores do extinto Liceu para o novo Instituto, especificamente os das disciplinas: para Língua Francesa o dr. Manoel Devoto; para a de Língua Inglesa o sr. Guilherme Pereira Rebello; para a de Cosmografia, Geogenia, Geodésia, Geografia física e Climatologia o prof. Aureliano Henrique Tosta; para a de Linguística e Gramática Geral e Comparada o dr. Ernesto Carneiro Ribeiro; para a de Geografia Política e História, Estatística e Etnografia, dr. Odorico Otávio Odilon; para a de História Universal o dr. Jerônimo Sodré Pereira; para a de Física e Meteorologia, o sr. Virgílio Clímaco Damásio; para a de Desenho o prof. Francisco Rodrigues Nunes. (APEB cx1761doc1756p.233).

- Ainda neste dia 23 e "tendo em vista o disposto no art. 5º do Regulamento do corrente mês e ano⁵", nomeava professores vitalícios para as cadeiras do Instituto Oficial de Ensino Secundário que não foram preenchidas por antigos lentes do Liceu, e que nesta data não estavam postas em concurso, na forma do

⁴ Art. 4º - Os ex-professores do Liceu, à exceção dos que forem aposentados, serão transferidos para o Instituto a fim de regerem as mesmas cadeiras que lecionavam naquele estabelecimento ou outras conforme mais conveniente for.

⁵ Art. 5º - Para as cadeiras do Instituto que não ficarem preenchidas por lentes do antigo Liceu fará o governo, desta vez, as respectivas nomeações ou contratos; excetuando somente aquelas para cujo provimento já se abriu concurso na forma do Regulamento de 18 de agosto do corrente ano.

Regulamento de 18 de agosto do corrente ano: Para a cadeira de Psicologia, Lógica pura e aplicada e História dos métodos e dos sistemas filosóficos, o dr. Luiz Anselmo da Fonseca; para a cadeira de Sociologia, Moral e noções de Direito pátrio privado e público o dr. Leovigildo Ypiranga do Amorim Filgueiras; para a de Economia Política, Direito Mercantil e História do Comércio Dr. Augusto Ferreira França; para a de Geologia e Paleontologia, Botânica, Zoologia, o farmacêutico Adolpho Diniz Gonçalves; para a de Língua italiana, o cônego dr. Emílio Lopes Freire Lobo; para a de Língua Alemã o prof. Luiz Oscar Müller; para a de Língua grega, o dr. João Gustavo dos Santos; para a de Língua nacional, o prof. Raymundo Bizania; para a cadeira de Literatura Universal comparada e particularmente a do Brasil o dr. Constância Antonio Alves; para a de Estética, História das Artes, Retórica e Poética, José Virgílio de Lemos; para a cadeira de Corografia e História do Brasil, biografia dos brasileiros célebres, dr. Cosme Moreira de Almeida; para a cadeira de Química e Mineralogia o sr. José Olympio de Azevedo; para a de Elementos de Anatomia e Fisiologia Humanas, e de Antropologia, Biologia Geral, o dr. Braz Hermenegildo do Amaral; para a de Contabilidade e Escrituração Mercantil, o prof. João Joaquim dos Santos Sá Filho (APEB cx1761doc1756p.232 a). Este ato foi bastante criticado por levar a nomeações de professores sem terem sido precedidas pelo recomendável concurso público.

No dia 24, o vice-governador em exercício aposentou professores do extinto Liceu com mais de 30 anos de serviço: o de Filosofia, Sebastião Pinto de Carvalho, e o de Retórica Poética e Literatura nacional, Joaquim Emygdio dos Santos, reconhecendo os bons serviços que prestaram (APEB cx1761doc1756p.271 e NUNES, 2003, p. 225 notas 5 e 6).

No dia 25 de outubro, três atos tratavam especificamente do Museu de História Natural existente no antigo Liceu: o primeiro determinava ser conveniente incrementá-lo e resolvia: "1º Considerar diretor do mesmo (Museu) o lente daquela aula no atual Instituto Oficial do Ensino Secundário; 2º Criar para auxiliá-lo no trabalho indispensável para conservar, restaurar, ordenar e aumentar o dito estabelecimento um lugar de vice-diretor o qual substituirá o diretor nos seus impedimentos; 3º diretor do Museu fica arbitrada a gratificação especial e *pro labore* de seiscentos mil réis por ano; 4º Ao vice-diretor ficam arbitrados os vencimentos de dois contos de réis por ano, dos quais dois terços como ordenado e um terço

como gratificação". (APEB cx1761 doc1756p.274); o segundo resolvia que de então em diante fosse o Passeio Público considerado anexo à cadeira de História Natural do Instituto Oficial do Ensino Secundário, tendo por Administrador o respectivo lente, que, como tal, nenhuma gratificação perceberá, continuando, porém, tudo o mais como até agora (APEB cx1761doc1756p.275 e cx1778doc1807p.168); o terceiro ato nomeava para vice-diretor do Museu de História Natural, cargo criado por ato desta data, o dr. José Valeriano de Souza (APEB cx1761doc1756p.273 e cx1778doc1807p.167)

No mesmo dia 25 reabriu-se a inscrição para Geometria e Trigonometria, modificada na passagem do antigo Liceu para o Instituto de Ensino Secundário (APEB cx1761doc1756p.286).

Ainda neste dia 25 foram nomeados: o professor Aureliano Henrique Tosta como Secretário do Instituto Oficial de Ensino Secundário (APEB cx1761doc1756p.288 e cx1778doc1807p.166); Jovino Dias de Sá Barreto para Bedel deste Instituto, e Francisco José Correia e Domingos Afonso Nogueira para guardas do mesmo estabelecimento (APEB cx1761doc1756p.281).

No dia 27 de outubro, tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento de 23 do corrente mês e ainda de acordo com o de 18 de agosto deste ano, o vice-governador em exercício nomeou para o lugar de inspetor do Instituto Oficial de Ensino Secundário o professor Austríliano Francisco Coelho (APEB cx1761doc1756p.290 e cx1778doc1807p.175)

Doze atos, portanto, entre os dias 23 e 27 de outubro, tratando da questão do Ensino Secundário desde seus aspectos mais gerais, como a extinção do Liceu e criação do Instituto Oficial de Ensino Secundário e o Regulamento proposto para o Instituto, como os mais práticos, de transferir professores do antigo Liceu para o novo Instituto, aposentar os que tinham mais de 30 anos de serviço, revitalizar o Museu de História Natural (cujo diretor passou a ser o professor de Geologia e Paleontologia, Botânica e Zoologia, Adolfo Diniz Gonçalves), reabrir concurso de Geometria e Trigonometria em função da mudança do conteúdo destas disciplinas e nomeando cargos administrativos: Secretário e Inspetor do Instituto, um bedel e dois guardas.

A reforma proposta por Virgílio Damásio

Para termos uma idéia concreta das inovações introduzidas no curso secundário pelo Regulamento de 23 de outubro, nada mais elucidativo do que fazermos uma tabela comparativa das três reformas aqui mencionadas: O Regulamento Bulcão, a Reforma Sátiro Dias de 1890 (ou o Regulamento de 18 de agosto deste ano) e o:

Regulamento de 18 de agosto deste ano) e o Regulamento Virgílio Damásio de 23 de outubro, relacionando não só as disciplinas que comporiam o curso secundário segundo como cada uma delas, como as exigências que faziam para conceder, ao final do curso o grau de bacharel aos alunos que preenchessem todos os requisitos necessários

Disciplinas lecionadas no Liceu/ Instituto Oficial do Ensino segundo três diferentes Reformas educacionais		
<u>Regulamento Bulcão – 5/01/1881</u> (art. 218) - Aprovados em todas as matérias, os alunos defendiam tese para se tornarem bacharéis	<u>Regulamento Sátiro Dias de 18/08/1890</u> (art. 206) - O aluno que completasse este programa de estudo receberia o grau de bacharel	<u>Regulamento Virgílio Damásio, de 23/10/1890</u> (art. 11) - Os alunos podiam cursar o bacharelado em Ciências, o em Ciências e Letras, ou o Curso Comercial.
1ª - Gramática e versão da língua latina	2ª - Gramática, tradução e versão da língua latina	2ª - Língua latina – gramática, versão recíproca
2ª - Latinidades	---	---
3ª - Gramática Filosófica e suas aplicações	1ª - Gramática Filosófica em sua aplicação à língua portuguesa	1ª - Língua nacional: gramática, exercícios de redação; caligrafia teórica e prática
		16ª - Elementos de Lingüística,; gramática geral e comparada
4ª - Francês	3ª Francês: gramática, tradução e versão; exercícios de conversação	3ª - Língua francesa- gramática, versão recíproca, conversação.
5ª - Inglês	4ª - Inglês: gramática, tradução versão; exercício de conversação	5ª - Língua inglesa – gramática, versão recíproca, conversação
6ª - Retórica, Poética e Literatura Nacional	14ª - Retórica, Poética e Literatura Nacional	22ª - Estética, História das belas artes, Retórica e Poética.
		23ª - Literatura universal e comparada e particularmente a do Brasil
7ª - Geografia e História antiga e média	8ª Geografia geral e Cosmografia	17ª - Geografia política e histórica; estatística e etnografia.
		12ª - Cosmografia: geogenia, geodésia, geografia física e climatologia
8ª - Geografia e História moderna	10ª - História antiga, da idade média e moderna	18ª - História Universal
9ª - Filosofia (noções gerais)	11ª - Filosofia, compreendendo noções gerais de H. da Filosofia	15ª - Biologia geral; Psicologia, lógica pura e aplicada,; história dos métodos e sistemas filosóficos.
10ª - Aritmética e Álgebra	12ª - Aritmética e Álgebra	8ª Aritmética (estudo completo), álgebra elementar. Aplicações.
11ª - Geometria e Trigonometria	13ª - Geometria e Trigonometria	9ª - Geometria plana e do espaço, trigonometria, elementos de geometria descritiva, mecânica elementar. Aplicações.

12ª - Elementos de Botânica e Zoologia	16ª - Ciências naturais: elementos de Botânica, Zoologia; noções de Anatomia e Fisiologia Humanas	13ª Elementos de Geologia e Paleontologia; Botânica e Zoologia em geral e em suas aplicações à agricultura e à zootecnia
		14ª - Elementos de Anatomia e de Fisiologia humana e de antropologia em geral e em suas aplicações à higiene.
13ª - Elementos de Física, Química e Mineralogia	17ª Elementos de Química, Física e Mineralogia	11ª Química (mineral e orgânica) e mineralogia em geral e em suas aplicações às artes e indústrias, particularmente a metalurgia
		10ª - Física em geral e em suas aplicações às artes; meteorologia.
	5ª - Alemão: gramática, tradução e versão	6ª - Língua alemã: gramática, versão recíproca, conversação
	6ª - Italiano: gramática, tradução e versão	4ª - Língua italiana - gramática, versão recíproca, conversação
	7ª - Grego: Gramática e tradução	7ª - Língua grega – gramática, versão recíproca
	9ª - Corografia e História do Brasil	19ª - Corografia e História do Brasil; biografia dos brasileiros célebres.
		20ª - Sociologia; moral; noções de direito pátrio, público e privado.
Disciplinas lecionadas no Liceu/ Instituto Oficial do Ensino segundo três diferentes Reformas educacionais		
<u>Regulamento Bulcão – 5/01/1881</u>	<u>Regulamento Sátiro Dias de 18/08/1890</u>	<u>Regulamento Virgílio Damásio, de 23/10/1890</u>
		21ª - Economia política, Direito mercantil e História do Comércio
AULAS PRÁTICAS:		
		1ª - Desenho linear, perspectiva, desenho de imitação
		2ª - Música vocal e instrumental
		3ª - Ginástica Geral.
		4ª - Contabilidade e escrituração mercantil.

Conclusão

Sendo professor catedrático de Física e Química do Liceu Provincial, por concurso, desde 1871, e tendo muitas vezes participado como examinador dos Exames Preparatórios da Faculdade de Medicina, onde também lecionava, Virgílio Damásio sentia na prática quais eram as reais necessidades de conhecimentos dos alunos tanto para sua formação geral quanto para o ingresso em cursos superiores de estudos. Assim, quando fez a reforma do ensino secundário que não julgava suficientemente contemplada na reforma Sátiro Dias de 1890, teve a preocupação com introduzir novas disciplinas teóricas, algumas outras teórico-práticas e ainda aulas sobretudo práticas, item este que não

existia nas reformas anteriores.

Os professores do antigo Liceu, agora Instituto Oficial do Ensino Secundário, orgulhosos por ter um de seus membros como governador e pela reforma por ele feita em sua instituição, mandaram colocar no Salão Nobre da instituição um retrato de corpo inteiro deste mestre.

Em seu curto período de governo, Virgílio Damásio também se preocupou, segundo Oliveira (1992:258), com a reformulação dos estudos de Medicina Legal na Faculdade de Medicina, onde igualmente lecionava. E as diretrizes de ensino introduzidas por ele teriam exercido influência sobre os eminentes professores daquela Faculdade: Nina Rodrigues e Oscar Freire. Não tivemos, porém acesso à documentação referente à sua atuação

na Faculdade de Medicina, por isto nos limitamos a tratar aqui da sua reforma do ensino secundário, que preparava os futuros alunos da Faculdade, merecendo, portanto, ser cuidadosamente considerada.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ALMANAQUE CIVIL POLÍTICO E COMERCIAL DA CIDADE DA BAHIA PARA O ANO DE 1845. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1998. 447 p e mais 16 de índice.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)** (escrito originalmente em francês, Rio de Janeiro: Leuzinger Ed., 1889) Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC/ Brasília, D.F.: INEP/MEC, 1989. 365 p.

AMARAL, Braz do. **Recordações históricas.** Porto: Tipografia Econômica, 1921. 337 p.

AMARAL, Braz do. **História da Bahia do Império à República.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 378 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB) – Seção Republicana – Secretaria de Governo – Caixa 1761 – Documento 1755 - Livro com originais manuscritos de Atos do Governo – 1890. 302 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB) – Seção Republicana – Fundo: Secretaria do Governo – Série : Atos do Governo, 1890. Caixa 1761 - Documento 1756. 465 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB) – Seção Republicana – Secretaria de Governo – Série : Atos do Governo, 1890. Caixa 1778 - Documento 1807 1ª seção – Instrução Pública. 298p. (as 97 primeiras de Atos de Hermes Ernesto da Fonseca)

A REPÚBLICA FEDERAL Redator chefe Virgílio de Lemos; redatores M. Rosentino e Cesar Muniz; gerente Deolindo Cesar Paim. Tipografia e redação à rua de Santa Bárbara nº 2, 2º andar, Salvador, 28 de outubro e 9 de dezembro de 1888.

BARROS, Francisco Borges de. **À margem da história da Bahia** in ANAIS DO APEB, ano 2, 1918, pp. 5-115.

BOEHRER, George C.A. **Da Monarquia à República - História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889).** Trad. de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s/d. 300 p.

DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. "A propaganda republicana", conferencia realizada no IGHB em 13 de novembro 1939 in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 67, 1941 p.91-118

DIAS, Sátiro de Oliveira. **Exposição e proposta sobre a instrução pública do Estado da Bahia.** Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1890. 70 p. (exemplar microfilmado a partir do original na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. **Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século 1837-1937.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. 434 p.

Leis e Resoluções da Província da Bahia de nºs 2.615 a 2.754 votadas no ano de 1889. Bahia: Tip. E Encadernação do Diário da Bahia, 1889. 566 p. + VIII de índice.

NUNES, Antonietta d' Aguiar. "Educação na Bahia no séc. XIX: algumas considerações" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 93, jan/dez 1997 pp 165-203

_____. "A reforma da educação baiana em 1881: o Regulamento Bulcão" in revista *Gestão em Ação* v.2 nº 2, jul/dez 1999, pp. 71-84.

_____. "O início da república na Bahia: surpresa, tensões, acomodações" in MATTÁ, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia republicana - governadores e interventores.** Salvador: UCSAL, 2000 pp. 23-28.

_____. "Política educacional na Bahia por ocasião da implantação da República: dois projetos em conflito, 1889-1895" in *Revista ESTUDOS ACADÊMICOS*, Ano 2 nº 1. Salvador: Faculdade Ruy Barbosa, jan/jun 2000[a], pp. 31-38.

_____. "Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do séc. XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa" in *Revista da FAGED* (Faculdade de Educação da UFBA) nº 4, 2000 [b], pp.11-25.

_____. "O primeiro projeto de reforma

educacional republicana na Bahia: os Atos de Manuel Vitorino Pereira" in revista *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* n° 28, v.8 jul/set 2000[c], pp. 373-395.

_____. "O primeiro governador da Bahia republicana e seu projeto de reforma educacional" in MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia Republicana - Construindo a nossa história recente**. Salvador: UCSAL, 2001; pp.45-56.

_____. "A contenção dos ideais republicanos em educação na Bahia: a Reforma Sátiro Dias de 1890" in *Revista da Academia Baiana de Educação*, vol. 2, n° 7, setembro de 2001, pp.15-19.

_____. "A tentativa de universalização do ensino básico na Bahia com a proclamação da república" in *Revista da FAGED* n° 5, jan-jun 2002, pp. 91-105.

NUNES, Antonietta d' Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal**. Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 2003. 2 vols. 541 p. (Tese de Doutorado)

OLIVEIRA, Eduardo de Sá e. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernente ao ano de 1942**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. 441 p.

O PEQUENO JORNAL. Redator-chefe Dr. Cézar Zama. Redatores: Eduardo Carigé e Cerqueira Lima. Administrador - Miguel Santos. Salvador, Bahia, dias 10 e 18 de abril de 1890.

PASSOS, Alexandre. **Manuel Vitorino e o desencanto político**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956. 229 p.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss. Salvador: Progresso, 1955. 348 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: Ed.UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.

RESUMO

O objeto de estudo do trabalho é a reforma do ensino secundário efetuada por Virgílio Damásio, professor do antigo Liceu Provincial e da Faculdade de Medicina, quando

esteve, como vice-governador em exercício, à frente do governo do Estado da Bahia em 1890. Trata-se de uma reforma pouco conhecida ou referenciada que, além de introduzir novas disciplinas teóricas no ensino secundário, criou algumas teórico-práticas e outras aulas práticas, não existentes anteriormente. Inicia falando como era o ensino secundário oficial na Bahia no Império, quando o Liceu Provincial foi criado reunindo as antigas aulas maiores criadas com a reforma pombalina. Relata a reformas no ensino do Liceu ocorridas em 1860/62 proposta por João José Barbosa d'Oliveira (pai de Rui Barbosa), que era o Diretor Geral dos Estudos e que extinguiu as antigas aulas maiores elaborando uma lista de disciplinas a serem seguidas no Liceu, já com uma seriação estipulada. Fala da Reforma de 1870 que determinava a formação, no Liceu, de bacharéis em Letras ou em Ciências, reorganizada pela reforma de 1873 que exigia a defesa de uma tese para obtenção do Bacharelado e proibia os professores do Liceu de participarem das bancas de exames preparatórios à Faculdade de Medicina da Bahia. Cita-se que também podia ser considerado ensino secundário o ministrado nas Escolas Normais oficiais (duas, uma para homens, outra para mulheres) que preparavam professores para o curso primário e mencionam-se as escolas particulares que ministravam o curso secundário. Apresenta-se uma tabela da distribuição da instrução pública na província da Bahia em 1875, com número de escolas e de alunos, onde se pode bem comparar a importância relativa não só do ensino secundário como, neste, a proporção de alunos matriculados nas escolas públicas e nas particulares, que abrigavam cinco vezes mais alunos do que a soma dos que estavam matriculados no Liceu oficial e nas duas escolas normais também públicas. Fala-se a seguir da reforma de 1881 (conhecida como Regulamento Bulcão) que reorganizou todo o ensino na província, inclusive o secundário, e vigorou até a proclamação da República. Mas, apesar de extintas as isoladas aulas maiores desde 1862, o aluno ainda podia se matricular no Liceu Provincial por disciplinas isoladas, como preparação para os exames de entrada no curso superior, o que enfatizava o caráter predominantemente propedêutico deste nível de ensino. Para situar a importância de Virgílio Damásio como governador, e devido ao pouco conhecimento que normalmente se tem a respeito de como se deu a república na Bahia, o trabalho faz uma pequena digressão mencionando os antecedentes republicanos e a

aclamação deste novo regime de governo na Bahia. Fala da primeira reforma educacional após a república, realizada pelo governador Manoel Vitorino Pereira, que reestruturava o ensino secundário, mas que não chegou a ser posta em prática pela saída deste governador após apenas cinco meses no poder e a anulação de seus atos educacionais pelo governador seguinte. E trata da segunda reforma republicana, realizada no governo Hermes da Fonseca por indicação do diretor de Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias (neste posto desde o último governo provincial de José Luís de Almeida Couto), em 18 de agosto de 1890, que se referia sobretudo ao ensino primário e às escolas normais que formavam professores para este nível de ensino; quanto ao ensino secundário, não houve novidades nesta reforma, que retomava substancialmente para ele o que estava estipulado no Regulamento Bulcão de 1881, acrescentando apenas as disciplinas Alemão, Italiano (línguas vivas) e Corografia e História do Brasil. São relacionados a seguir todos os atos de Virgílio Damásio quando vice-governador em exercício referentes ao ensino secundário, elaborando-se por fim um quadro comparativo da situação das disciplinas do ensino secundário nas três reformas que entraram em vigor: o Regulamento Bulcão de 1881, a reforma Sátiro Dias de agosto de 1890 e, por fim, o Regulamento Virgílio Damásio de outubro de 1890. As fontes consultadas foram basicamente os textos das leis que estabeleceram as reformas mencionadas, a série de Atos do governo de 1890, manuscritos no Arquivo do Estado, e as fontes secundárias encontradas que se referiam ao tema. O trabalho conclui que Virgílio Damásio, sendo professor catedrático de Física e Química do Liceu Provincial por concurso desde 1871, e tendo algumas vezes participado como examinador dos Exames Preparatórios da Faculdade de Medicina, onde também lecionava, sentia na prática quais eram as reais necessidades de conhecimentos dos alunos tanto para sua formação geral quanto para o ingresso em cursos superiores de estudos. Assim, quando fez a reforma do ensino secundário que não julgava suficientemente contemplada na reforma Sátiro Dias de 1890, teve a preocupação com introduzir novas disciplinas teóricas, algumas outras teórico-práticas e ainda aulas sobretudo práticas, item este que não existia nas reformas anteriores.

PARANINFIA DA TURMA DE PEDAGOGIA UFBA-2000

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Leda Jesuíno*

"É melhor olhar as estrelas no céu
que a lama nos caminhos". **
(Álvaro de Bastos)

É este, sem dúvida, um momento singular do novo milênio que se inicia, eivado de reflexões que mergulham no vasto campo das interfaces entre a educação e as ciências que lhe dão sustentação básica como a sociologia, a antropologia e, sobretudo, a psicologia, e também com a filosofia, deparando-se no contexto atual em que está inserida com as complexas elucubrações da bioética.

A Pedagogia adentra-se, fortemente, no campo da psicologia e não é sem razão que uma análise etimológica da palavra desemboca nos profundos conceitos de Freud, de Erich Berne e Yung, ao enfatizar a criança que existe no adulto que somos.

A palavra Pedagogia tem raízes gregas. **Paidós** significa criança e se assemelha a **podós** que significa pé.

A correlação existente entre **paidós** (criança) e **podós** (pé) e a Pedagogia demonstra claramente que um pedagogo é um especialista que cuida dos pés do ser humano e cuidar dos pés de alguém significa cuidar da criança que está nele, representando a face profunda e pura do homem; significa estar atento às raízes, pois, se as raízes são saudáveis, a árvore é sadia. Algumas vezes, diz Jean-Yves Leloup¹, o filósofo, psicólogo e grande terapeuta da Universidade da Paz, "somos jardineiros, muito atentos à flor e ao fruto, mas esquecemos as raízes, que são os pés. É por lá, talvez, que deveremos começar os nossos cuidados".

Ao pedagogo, cabe sem dúvida cuidar do educando, fazê-lo reencontrar a inocência do prazer físico, psicológico e espiritual, para que o fenômeno ensino-aprendizagem se processe num sadio equilíbrio entre o racional e o emocional, entre o pensar, o sentir e o fazer. Este é o princípio da motivação.

Em geral, não é o que acontece. A defasagem entre essas três facetas da personalidade humana leva-as a se conflitarem, tomando o ser humano fragmentado, dividido e angustiado. Ao pedagogo, a responsabilidade de educá-lo, para que, de pés firmes, possa caminhar, obedecendo sem vacilações ao comando de sua mente, sem deixar de ouvir, mediante um auscultar profundo, o seu coração.

Não é sem razão que Jesus lavou os pés de seus discípulos. Não foi apenas uma demonstração de humildade. Ele o fez para que, ao tocar-lhes os pés, eles se fortificassem primeiro para sustentá-los e soerguê-los depois. "E Jesus seguiu uma antiga tradição espiritual quando era uma obrigação requerida pelo Deus do agradecimento e da compaixão que fossem os pés lavados da sujeira dos caminhos. Jesus o fez num gesto de cura e de amor" e Madalena lavou os pés de Jesus por muito amá-lo e os enxugou com seus cabelos. A terra e o céu se uniram no amor verdadeiro². Para Paul Diel, o pé é o símbolo da nossa força. É o suporte que temos para permanecermos eretos. É a nossa raiz na terra. Amar alguém é cuidar dos seus pés. Os cabelos captam as mensagens do divino.

É o grande Pablo Neruda quem escreve: "Quando não posso contemplar teu rosto, contemplo os teus pés. Mas se amo os teus pés é só porque andaram sobre a terra e sobre o vento e sobre a água até me encontrarem"³.

Eu vos passo essas informações para que fique bem caracterizada a importância da área de atuação que foi por vós escolhida: a Pedagogia. Neste ramo de conhecimento humano, é imprescindível o que Jung chamou de **conjunctio**, uma conjunção, a união dos opostos, uma integração entre a cabeça e os pés, pois do mesmo modo que os cabelos são como antenas que nos permitem captar mensagens do etéreo, os pés representam nossas raízes na terra.

Segundo os místicos, há traços de Deus na humanidade, por meio dos pés, como se "o céu tivesse um pé sobre a terra". Em muitos templos,

* Vice-presidente da Academia Baiana de Educação, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

** Álvaro de Bastos, in Anais da Academia Nacional de Medicina, v. 156, n. 1, p. 47-48. 1996.

¹LELOUP, Jean-Yves. *O corpo e seus símbolos*. 3.12A 12ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.34.

² Paul Diel, apud LELOUP, op. cit., p.30.

³ NERUDA, Pablo. Os teus pés. *A Tarde*, Salvador, jan. 2000.

estão as impressões dos pés de Buda, como em Meca estão as de Moisés, e, na pequena mesquita, Capela d'Assunção, estão as impressões dos pés de Cristo, como se o Céu tivesse um pé na terra, como nos diz Leloup.

Eu vos passo estas informações também para que haja uma reflexão profunda e sincera das vossas posições neste momento significativo do aqui e do agora, quando a mim cabe a responsabilidade de paraninfar, escolhida que fui por vós, eu entre tantos ilustres mestres que de perto tiveram o privilégio de conviver convosco no dia-a-dia, me escolhestes, numa rara e expressiva homenagem que, ao me surpreender, me comove. Colocam-me, assim no elevado plano de Paraninfa – que significa protetora, madrinha, aquela que tem a obrigação de proteger. Nesta circunstância, proteger significa, na minha ótica, percorrer convosco alguns caminhos que vos possibilitem refletir para que, na vida profissional, algumas diretrizes representem segurança, afeto, fortaleza, e possam significar luzes de alerta, semáforos talvez que orientem e auxiliem a difícil jornada profissional que virá, por certo, sempre impregnada de questionamentos, de indecisões e de muitas e variadas encruzilhadas. Não é este o papel do paraninfo?

E será nestes momentos problemáticos em que as decisões devem e precisam ser tomadas com rapidez que a voz do paraninfo, já distante no tempo, é verdade, talvez seja ouvida com a nitidez com que foi assimilada no grande dia da colação de grau. Espero, sinceramente, que assim seja, que se firmem nos vossos corações e nas vossas mentes alguns conceitos que a experiência constrói e a vida sedimenta.

A concepção dos problemas com os quais nos preocupamos e a maneira pela qual os formulamos dependem mais da nossa filosofia e visão de mundo do que de nossa ciência. Esta é uma verdade que, se bem compreendida, vos levará ao caminho da incessante busca do que é essencial nos fatos acidentais e episódicos da vida quotidiana, para priorizar o que verdadeiramente vos fará **pessoas felizes e não apenas** profissionais de sucesso. Aos educadores cabe a tarefa de oferecer ao corpo e à alma do educando tudo o que eles podem receber, o que significa explorar as suas potencialidades. É um conceito de seis séculos antes de Cristo, ainda atualíssimo.

No entanto, para que isso aconteça no educando, é necessário que seja o educador uma pessoa ajustada a si mesma e ao mundo que o cerca, o que significa ter paz interior e conquistar o prêmio que Kant, o magnífico filósofo de Königsberg, aconselhava: age de tal maneira que suas ações possam ser seguidas por toda a humanidade. Portanto, como já percebestes, eu vos quero encontrar na estrada da vida, pessoas harmônicas,

tendo descoberto o sentido das próprias vidas, já tendo respondido a vós mesmos por que e para que estão no mundo, e sentindo que todo o viver tem um significado especial.

Com esse alicerce psicológico, podereis todos penetrar mais firmes no portal da Pedagogia, e sentir o quanto podeis atuar no âmbito da educação. Com uma clara concepção do mundo e da vida, a ciência virá como instrumento coadjuvador e imprescindível. Os conceitos científicos que ireis adquirir na psicologia, na antropologia, na sociologia e na biologia vão passar pelo crivo da visão filosófica que cada um de vós formar do mundo. Os alemães usam uma expressão muito citada que é "Weltanschauung" que é visão global do mundo e, a depender desta, pode o homem escolher conscientemente o seu próprio destino. E a escolha é a nossa grande felicidade, o poder da opção que nos torna livres neste grande supermercado que é o mundo em que vivemos.

Para ter, porém, a liberdade de escolher precisareis sempre, meus caros afilhados, assumir uma posição filosófica que pode ser a do **realismo** materialista, adotada pelos mecanicistas, afirmando que o livre-arbítrio é uma ilusão e a mente humana, u'a máquina. São eles os seguidores do matemático britânico Alan Turing⁴ que afirmou ser possível ao homem construir uma máquina de silêncio que manterá uma conversa com qualquer ser humano e será capaz de ter o livre-arbítrio. Teoria esta refutada pelo físico laureado Richard Feynman.

A máquina poderá ter um infundável número de programas que imitem perfeitamente nosso comportamento, mas seria ela consciente? Como explicar a criatividade matemática, a telepatia e a percepção extra-sensorial? Por si só, elas colocam em dúvida a capacidade deste supercomputador que substituirá a mente humana.

Contrariamente a essa posição filosófica e científica, podereis optar pelo idealismo monista que começou com o mito da caverna de Platão e, hoje, se associa à ciência moderna, a física quântica, num excepcional encontro da filosofia, da ciência e das tradições espiritualistas do Oriente. A depender da vossa posição diante do mundo, sereis livres para seguir Rogers, Skinner, Piaget, Vigotsky, Montessori, todas as teorias, métodos e técnicas da Pedagogia que sejam coerentes com a vossa concepção filosófica da vida. A depender desta, o educando aparecerá, aos vossos olhos, de modo diferenciado. E vos parecerá um ser caracterizado pelo mecanicismo, ou seja, uma esplêndida máquina pensante a qual o educador poderá manejar e deverá, por isso, conhecê-la nos seus mais diversos aspectos, uma vez que é uma

⁴ Apud GOSWAMI, Amit. **O universo autoconsciente**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1993. P.40.

máquina pensante, um computador inteligente. Nessa perspectiva, no educando, o livre-arbítrio é uma miragem e a consciência, um epifenômeno.

Mas, em outra ótica, o educador estará numa percepção idealista, diante de um ser consciente, dotado de livre-arbítrio, um ser integrado de espírito e matéria. Esta percepção é apoiada pela mecânica quântica que revolucionou a ciência contemporânea em torno do cérebro – mente – consciência, que apresentou a concepção da unidade na diversidade e mudou os paradigmas do pensamento científico e filosófico antes separatista, fragmentado e materialista, que substituiu os conceitos cartesianos e newtonianos sobre a natureza do universo.

A escolha é vossa. Nela se pautará o vosso comportamento porque nele estarão introjetados os valores que sinalizarão a vossa caminhada, sobretudo nas noites obscuras e tempestuosas dos conflitos humanos.

Do vosso posicionamento consciente e filosófico, dependerá vossa conduta científica e, sobretudo, ética, o que refletirá na vida profissional dentro do campo da Educação, em que vossa responsabilidade será cobrada por todos os segmentos da sociedade. Como já percebestes, não estou preocupada com os vossos conhecimentos pedagógicos propriamente ditos. Sei que de vossos mestres hauristes o suficiente para motivar, avaliar, sensibilizar, manejar uma classe, aplicar técnicas inovadoras.

Sobre esses assuntos, centenas de cursos vos prepararão e milhares de livros estarão à disposição de vossa curiosidade científica. Quanto se tem escrito sobre as perspectivas da Educação, sempre privilegiando os aspectos de ordem política, econômica, social e, sobretudo, enfatizando o ângulo tecnológico da Educação do futuro!

Poderia falar-vos das diferentes abordagens magistralmente elaboradas por Kilpatrick, Fernando de Azevedo, Peter Buchman (sociedade sem escolas), Nérici, Anísio Teixeira, Isaías Alves, Walnir Chagas, Newton Sucupira, e tantos outros. Ou mesmo discurrir sobre as novas diretrizes curriculares e as inovadoras experiências de aprender dormindo, da transversalidade, da interdisciplinaridade, dos intrincados óbices de uma avaliação contínua para tomada de decisões. Mas o desafio do momento é pensar na formação de uma nova geração de educadores que seja capaz de transformar o mundo em que vivemos, e não reproduzi-lo, “transformar informação em conhecimento, conhecimento em sabedoria, sabedoria em arte de viver, de amar, de conviver, de trabalhar, de interrogar o mundo e tornar-se cada vez mais um ser integral, uma vez que hoje, por quase todo o planeta, há uma humanidade

robotizada, vivendo num cativeiro sutilmente construído e tão cheio de atrativos materiais que as pessoas não se dão conta do quanto perderam de sua essência cósmica”.

Sobre a estrutura filosófica que vos embasa e o “vosso estar no mundo”, eu me debruço neste instante, para vos alertar do quanto é importante o abraçar uma posição ética, com o discernimento necessário para que não se turve a lente do vosso olhar diante da paisagem tão estranha quanto bela do mundo que vos cerca.

Numa sociedade hedonística e pragmática em que nos situamos, vossa conduta vai definir os caminhos da Educação. Não consigo me furtar ao desejo de ponderar convosco algumas reflexões muito bem colocadas no admirável livro de Amit Goswami, um dos mais importantes físicos da atualidade, **O Universo autoconsciente**⁵, já citado anteriormente. Nossa ciência desacreditou e comprometeu valores e a ética – adverte o físico e filósofo indiano. Parece que é essencial reconhecer o estabelecimento da ética e de valores como atividades científicas autênticas. Para ele, a visão de mundo da física quântica exige ética e valores. É uma interpretação idealista da mecânica quântica e baseia-se no princípio da inseparabilidade. Somos nós e o Universo – uma parte contém o todo; o todo contém a parte e, na parte, está o todo, base da teoria holográfica. A ética terá que refletir a busca da **felicidade do homem**, que consiste em solucionar os conflitos internos de seus valores.

Acredito que não é só no utilitarismo que domina a psique ocidental, no qual a felicidade está na razão direta do prazer, riqueza, glória, sexo e poder, que vale a pena se envolver. Nessa teoria ética, a intuição que guia o nosso **Self**, nosso Eu Profundo, não existe, e a voz interior, o “**daimon** socrático”, não funciona, como também está excluída a moral de Kant, o imperativo categórico. São deterministas os seus seguidores.

Desejo encontrar-vos na estrada da vida, felizes, harmoniosos, com o vosso Eu interior, com o **Self** e com o mundo, livres de tabus e preconceitos, certos de que amar ao outro é amar a nós mesmos, porque nós e o outro somos **um**, e ferir os outros é ferir o nosso **Self**. Para Gandhi, a ética tem de ser uma prática espiritual com raízes interiores puras.

Certa vez, uma mulher trouxe a filha pequena à presença de Gandhi, com um pedido simples:

Diga à minha filha para não comer bombons. Isso é ruim para os dentinhos dela. Ela o respeita e o obedecerá.

Gandhi, porém, recusou-se a atender ao pedido e disse:

Volte dentro de três semanas. Verei o que poderei

⁵ GOSWAMI, Amit., op. cit., p.297.

fazer.

Quando a mulher voltou, três semanas depois, acompanhada da filha, Gandhi pôs a menininha em seus joelhos e, suavemente, instruiu-a: – Não coma bombons. Eles são ruins para seus dentes.

– BAPU, o senhor sabia que elas tiveram de andar durante horas para vir vê-lo e as fez andar toda essa distância duas vezes em três semanas. Por que não deu aquele conselho simples à menininha quando elas vieram aqui pela primeira vez?

Gandhi ri:

– Há três semanas, eu não sabia se eu mesmo podia deixar de comer bombons. Como eu poderia defender um valor se eu mesmo não o praticasse?

A ética não é uma abstração acadêmica, mas uma das maneiras de ajudar a preservação não só das profissões como da espécie. Nunca estivemos tão direcionados à educação ambiental, a compreender que o indivíduo está cômico da mútua interdependência e do inter-relacionamento com seu meio ambiental.

Quando Voltaire afirmou que, se os homens fossem a grande criação de Deus, a terra não seria tão insignificante no Universo, talvez não vislumbrasse que o grande desafio deste milênio fosse o estudo sistemático do problema das relações dos extraterrestres com os seres humanos. Nos Estados Unidos, já 200 clínicas se dedicam ao tratamento de pessoas que se dizem seqüestradas por discos voadores. Um alerta para o paradigma antropocêntrico do mundo hodierno.

É a “voz interior” que vos dirá se a busca da felicidade estará nos contínuos prazeres transitórios ou num viver estável, com as dificuldades do serviço. Este é o dilema que o grande Tagore resolveu:

“Dormi e sonhei que a vida era alegria. Acordei e vi que a vida era serviço. Agi e, olhem só, serviço era alegria”⁶.

Espero encontrar-vos sempre com “a mão em concha”, o Koan indiano que lerei agora:

“Se vai à fonte beber água, se vai com apego, enfiará a mão na água e irá retirá-la bem fechada, com isto espremendo toda a água para fora da mão. Quando levá-la à boca, não terá nenhuma água para beber.

Se for com desinteresse, com desamor, irá tirar a mão toda aberta, dedos estendidos e, assim também, não conseguirá água alguma, pois ela escorrerá por entre os dedos abertos. Mas, se for com desapego e com amor, retirará a mão em concha, cuidadosamente e com isto tira toda água que desejar.

Assim devemos viver a vida, a mão em concha, sem esmagar nem abandonar, mas com muito amor”.

E, por todo o sempre, estareis diante das escolhas e, nesta situação, convém lembrar do conselho de Deepak Chopra⁷, o guru da América: “Toda vez que fizer uma escolha pergunte: quais serão as conseqüências desta escolha? Esta escolha trará satisfação e felicidade a mim e aos outros que serão afetados por ela?”

E, a depender das escolhas, estará traçada a vossa trajetória existencial e, dentro dela, a posição tomada na área educacional. Não importa se ireis atuar na macro ou na microeducação, se será na sala de aula ou nas reuniões de planejamento, se na alfabetização ou na pós-graduação, se no ensino regular ou no supletivo, se dentro ou fora da escola, se no sistema ou fora dele, se no ensino público ou privado, se na educação comunitária ou educação especial, ou rural, nos programas da mídia, na educação à distância; em qualquer segmento do vasto campo educacional, o vosso posicionamento dependerá da visão que tiverdes da Realidade.

Se adotardes uma nova visão, uma Visão Holística e Integral do Universo, visto como uma unificada teia de inter-relações, sem separação entre o observador e o observado, substituindo a Visão Mecanicista Newton-cartesiana do mundo, no momento em que a visão estática for substituída pela visão holográfica, o educando não vos parecerá u’a máquina biológica pensante, mas um ser humano bio-psico-sócio-espiritual que, diante de certas circunstâncias, pode funcionar como campo ilimitado de consciência, transcendendo matéria, tempo, espaço e causalidade linear.

Compreendereis que matéria e energia são permutáveis: tempo linear e espaço tridimensional foram substituídos pelo quadridimensional **continuum** de espaço-tempo, e o processo objetivo não é mais separado do seu observador. O cognitivo terá uma importância relativa, e a racionalidade, que é importante, constituirá apenas uma parcial e relativa visão da realidade última.

Então, o educando sois vós e vós, o educando, e haverá lugar para trabalhar com a Educação Emocional porque ireis entender que a mente está localizada não só no cérebro, mas também no coração. Vosso coração se encherá de alegria e compaixão e dele fluirão os ensinamentos energizados por vossa mente aberta, clara, tranqüila, porque ela compreendeu o sentido da totalidade do Universo e, mais do que isso, porque aceitou a tese de que a desigualdade social só

⁶ TAGORE, Rabindranath, apud GOSWAMI, op. cit., p.309.

⁷ CHOPRA, Deepak. *As sete leis espirituais do sucesso*. São Paulo: Best Seller, 1994. p.47.

minora quando o egoísmo não mais fizer parte do **modus vivendi** do homem. E, também, que as tensões devem ser resolvidas não pelo conflito e, sim, pela harmonia.

Em 2000, que a UNESCO consagra como Ano Internacional da Cultura e da Paz, é importante lembrar-vos de que as guerras começam dentro das mentes e no coração dos homens, e que é nas vossas mentes e nos vossos corações que deve ser construída a defesa da paz.

Cada vez mais os educadores compreendem que os conflitos familiares estão fazendo com que surjam problemas de conduta e aprendizado. Na Alemanha, Hellbrugze⁸ estimulou a “pedagogia terapêutica” porque estão cada vez mais fracas as fronteiras entre a Educação e a terapia.

Enfim, o princípio de Pestalozzi não pode ser por vós esquecido: “guiar e deixar crescer”. E, para que possais guiar, é necessário fazer o compromisso de Ir Além, que Pierre Weil⁹, o psicólogo e terapeuta da Universidade da Paz, tão bem expressou:

“Ir além do duelo unidade x diversidade, desvelando a diversificada unidade; ir além das fronteiras beligeras entre nações, entre os estados do mundo criar federações; ir além da raiva que fere os outros e a si mesmo, mostrando empatia aos que nos frustram a esmo. Ir além sempre, não importa a escola psicológica, se behaviorista e cognitiva, significa evitar as respostas preconcebidas e ter como meta a criatividade”.

“Temos – nos diz Goswami¹⁰ – que permanecer abertos a possibilidades mais expansivas, sem tomar automaticamente, como um ato de condicionamento clássico, o atalho de uma fórmula ética pré-fornecida. Dar às pessoas meios de descobrir soluções milagrosas em situações difíceis... Quando a lógica é insuficiente para fornecer uma solução ética, ela só pode ser aplicada por um **salto quântico criativo**”. Um encontro com o **Self**, é o que nos quer dizer Goswami.

Anseio por vos encontrar crendo em vós mesmos e podendo compreender a humildade de um dos seres mais expressivos deste século, que soube ser humilde na sua grandeza e pacífico dentro de uma guerra, político sem politicagem, por entender que necessitava mudar a mentalidade antropocêntrica da humanidade, que leva ao solipsismo, por um novo paradigma biocêntrico, valorizando a manifestação da vida em todos os níveis e, com ela, a Mente e a Psique. É Mahatma Gandhi, o Homem que nos deixou este Credo:

“Creio em mim mesmo; creio nos que trabalham comigo; creio nos meus amigos; creio na minha família; creio que Deus me emprestará tudo que necessito para triunfar, contanto que eu me esforce para alcançar com meios lícitos e honestos; creio nas orações e nunca fecharei os meus olhos para dormir, sem pedir antes a devida orientação a fim de ser paciente com os outros e tolerante com os que não acreditam como eu acredito; creio que o triunfo é resultado de esforços inteligentes, que não dependem de sorte, de magia, de amigos, companheiros duvidosos ou de meu chefe; creio que tirarei da vida exatamente o que nela colocar.

E, assim sendo, serei cauteloso quando tratar os outros, como quero que eles sejam comigo.

Não caluniarei aqueles de quem não gosto; não diminuirei meu trabalho porque os outros o fazem; prestarei o melhor serviço de que sou capaz, porque jurei a mim mesmo triunfar na vida, e sei que o triunfo é sempre resultado do esforço consciente e eficaz.

Finalmente, perdoo os que me ofendem, porque compreendo que às vezes ofendo os outros e necessito de perdão.”

⁸ Apud WERNICKE, Carlos. Educação holística e Pedagogia Montessori. *Meta*, UNIPAZ, ano 1, n.2, 1999. p.45.

⁹ WEIL, Pierre. Ir além. *Meta*, ano 1, n.2, 1999. p.47.

¹⁰ GOSWAMI, Amit, op. cit.

ANTÔNIO MARTINS FILHO

José Newton Alves de Sousa*

O Prof. Dr. Antônio Martins Filho, falecido há meses em Fortaleza-CE, onde residia, era Membro Correspondente da Academia Baiana de Educação. Entregou-lhe o respectivo diploma o Prof. Hernando José de Almeida Gouveia, então presidente do sodalício.

Viera ele a Salvador a fim de receber o diploma de Doutor honoris causa, que lhe fora outorgado pela Universidade Federal da Bahia. O Magnífico Reitor Germano Tabacof designara-me para, na qualidade de chefe do Departamento de Estudo de Problemas Brasileiros, fazer, em nome da instituição outorgante, o discurso de praxe.

Honrado e agradecido pela incumbência, memória sensível e renovada, mas, sobretudo, atenta aos valores do homenageado, procurei cumprir, do melhor modo, o que, no particular, me fora confiado.

A solenidade de entrega, perante o Conselho Universitário e convidados, realizou-se no dia 18 de agosto de 1985, no auditorium do Palácio da Reitoria. Recebido o diploma, o novo doutor honorário usou da palavra, pondo em destaque um assunto pelo qual vinha lutando com muito empenho – a autonomia das Universidades Federais. No final, concitou a UFBA, sob o eficiente comando de seu Reitor Magnífico, a liderar essa luta.

Recentemente, o chão de Fortaleza acolheu-lhe o corpo. Sua memória, porém, é inseparável. Tinha ele fibra de lutador, de herói e de bravo, que, emergindo de uma pobreza honrada, vivida em terras caririenses, principalmente em Crato, o Prof. Martins Filho atuou em diferentes lugares, com dignidade e altivez, sempre a cultivar, com dignidade grandes idéias e grandes ideais.

Sua obra maior, a Universidade Federal do Ceará, de que foi eleito e nomeado Reitor, consecutivamente, da fundação até seu quarto mandato.

Das informações que eu recebia, a partir da década de 50 e oriundas de Fortaleza, destacava-se o esforço de intelectuais e professores do ensino superior objetivando a criação de uma Universidade na capital cearense. Desde 1942 residi eu em Salvador onde, em 1945 e 1946 concluíra, respectivamente, o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais, como integrante

da turma inaugural da Faculdade de Filosofia da Bahia, fundada pelo eminente educador Isaías Alves de Almeida e hoje integrante da Universidade Federal da Bahia.

O ano de 1951 passei-o no Crato, atendendo a um aceno de Mons. Francisco de Holanda Montenegro, Diretor do Colégio Diocesano, onde eu, em 1941, concluíra o curso ginasial de cinco anos. Ali lecionaria, como de fato lecionei, no referido Colégio Diocesano, no Colégio e Escola Normal Santa Teresa de Jesus e na Associação dos Empregados no Comércio do Crato.

Em 1952, voltei para Salvador, continuando o magistério em diversos estabelecimento de ensino, inclusive no Educandário Pio XII, que eu próprio fundara.

Enquanto isto, algo de extraordinário emergia na Terra da Luz, a irradiar uma singular e forte luminosidade. É que, depois de muita luta, perseverança e determinação, era criada a Universidade do Ceará. No cimo da pirâmide combativa, o Prof. Dr. Antônio Martins Filho, catedrático da Faculdade de Direito.

A Universidade fora, realmente, sua obra magna.

Não contente, porém, com uma realização de tal vulto, enfrentaria outros combates, sempre vitorioso, como incentivador e criador de Universidades. Os livros "O Universal pelo Regional – definição de uma política universitária" - Imprensa Universitária, 1966 – (323 páginas) e "O outro lado da História" (Edições Universidade Federal do Ceará, 1983 – 442 páginas) registram, ordenadamente, o itinerário de exemplar administração do Prof. Dr. Antônio Martins Filho à frente da Universidade que, incontestável líder, ajudara a criar.

Concluído o quarto e último mandato, foi-lhe conferido o título de Reitor Agregado. Apesar de nascido em 1904, até perto da morte ia diariamente à Reitoria, onde existe a Sala dos Ex-Reitores, dotada de todos os requisitos de ambiente e apoio administrativo. E elegeu uma área que tanto lhe tocava e fascinava o nobre e superior espírito – a Imprensa Universitária, laboratório de cultura e comunicação. Entre suas realizações nesse campo, registre-se a Coleção Alagadiço Novo, de que era coordenador e que já ostenta perto de trezentos títulos, abrangendo ciências, educação, letras e artes.

* Professor aposentado da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, confrade da Academia Baiana de Educação.

Dele muito aprendi e a ele sempre grato hei-de-ser.

x x x

Em dezembro de 1959, enviou-me um telegrama, através do qual me convidava para ir a Fortaleza, onde trataríamos da possível fundação, em Crato, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Passagem aérea fora-me colocada à disposição.

Na Reitoria da Universidade, tivemos um primeiro e importante encontro.

Retornei a Salvador, certo de que dialogara com um desses empreendedores que não cultivam mediocridades.

No início do ano seguinte, nova passagem e um convite: "Venha para a fundação da Faculdade de Filosofia". Fui e, voltando, fá-lo-ia já como diretor e como técnico de educação.

Quatro mandatos consecutivos ali exerci, buscando a implantar e consolidar a Faculdade de Filosofia do Crato, que nascia agregada à Universidade do Ceará.

Durante as reuniões do Conselho Universitário pude, mais de perto, apreciar o estilo de vida e de comando do Prof. Antônio Martins Filho, que me apoiou em todas as iniciativas que tive por necessário adotar, como Diretor de uma escola de nível superior pioneira, a única dessa categoria então existente no interior do Ceará.

Anos depois, uma comunicação do Prof. Martins Filho fazia-me ciente da criação da Universidade Regional do Cariri, sediada em Crato. Lembrei-me de que, certo dia, ele presente, em companhia do Governador Virgílio Távora, de outras autoridades estaduais e municipais, se havia realizado um monumental desfile pelas ruas principais da cidade, pedindo, com muito entusiasmo e confiança, uma Universidade para o Cariri cearense.

Mais uma vez, o que era aspiração e promessa, ia, sob a liderança do Prof. Antônio Martins Filho, concretizar-se em bela realidade. Criava-se a Universidade Regional do Cariri, hoje Fundação Universidade Regional do Cariri. Martins Filho seria o Reitor e eu o Vice-Reitor, ambos *pro-tempore*.

Residindo em Salvador, ia periodicamente a Crato, com permissão dos Magníficos Reitores das Universidades em que trabalhava, a Federal da Bahia e a Católica do Salvador, para cumprir o que me competia fazer como Vice-Reitor *pro-tempore*.

Alcançado, com êxito, o término dessa fase inicial, encerramos nossos mandatos. Para dar continuidade à importante obra, foi nomeado o Prof. José Teodoro Soares, que, anos depois,

dirigiria, competentemente, a Universidade do Vale do Acaraú, com sede em Sobral.

Sempre que eu ia a Fortaleza, já sem *ônus* administrativo em relação à Universidade Regional do Cariri, levava como obrigação de agradabilíssimo cumprimento, uma visita ao querido amigo, mestre e conterrâneo Antônio Martins Filho e à Universidade Federal do Ceará.

Não mais existindo entre os vivos, permanece, fulgurante e bendita, a sua memória.

Salvador, outubro de 2003.

Carlos Sant'Anna

ROGÉRIO VARGENS *

Inteligente, culto, fluente e dotado de uma didática nata, o jovem professor encantava os alunos do Colégio da Bahia, famoso Central, ou os vestibulandos do Curso Andes, no Edifício Itaípe, ao ensinar a Física, percorrendo a História e enaltecendo as grandes figuras da Ciência - do talento de Arquimedes à mecânica de Newton, passando pelas astronomias de Galileu e de Copérnico. Não há quem tendo sido seu aluno, como eu, não guarde desses dias as melhores lembranças.

Na Universidade Federal da Bahia, onde se graduou em Medicina no ano de 1955, distinguido pela condição de orador da turma, foi aluno exemplar, o que lhe valeu a prestigiosa láurea da Medalha Manoel Victorino.

Como líder estudantil, presidiu o Grêmio do Colégio da Bahia e o DCE da UFBA, quando já revelava sua grande inclinação para a política e, pela postura e conduta, já despertava a admiração dos seus contemporâneos. O Reitor Edgard Santos, ao ser nomeado Ministro, não hesitou em convidar o jovem líder, que aliás lhe fazia oposição, para sua posse no Rio de Janeiro. Sant'Anna, também, não vacilou: foi e saudou o Ministro Reitor, como sempre, em brilhantíssima oração.

Fiel à sua vocação docente, tornou-se professor do Departamento de Pediatria, integrando a equipe do ilustre Professor Hosannah de Oliveira, de quem teria sido o mais brilhante sucessor, não houvesse o destino lhe reservado outros caminhos.

Nascido em Salvador, em 12.8.1931, Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna percorreu uma brilhante carreira. Ao alcançar seu primeiro mandato parlamentar, como Deputado Estadual, foi convocado pelo então Governador Roberto Santos para a Secretaria de Educação e Cultura, onde firmou conceito pela sua grande capacidade de liderança e realização.

Eleito Deputado Federal, engajou-se no processo de redemocratização ao lado de Tancredo Neves. Vivenciou assim, ativamente, os grandes momentos da construção da "Nova República". Sua escolha para Ministro da Saúde foi uma decisão pessoal de Tancredo, que lhe dedicava revelada admiração. A resposta demonstrou o acerto: como Ministro e, posteriormente, como Constituinte deu contribuição imprescindível à estruturação do Sistema Único de Saúde, iniciativa que viria ter grande repercussão social.

Como parlamentar já conceituado e orador fluente, num dos momentos mais importantes e delicados da vida contemporânea nacional, durante a elaboração da Carta Magna, exerceu, como Líder do Governo, uma das mais destacadas atuações da Assembléia Nacional, quando muito se valeu de sua extraordinária capacidade de articulação, tolerância e convencimento.

Designado Ministro da Educação pelo Presidente Sarney, encontrou aquela casa prejudicada pela troca freqüente de Ministros. Retomou o diálogo com o Conselho de Reitores, bem como, o investimento nas instituições federais de ensino. Dinamizou e deu rumo ao Ministério.

No exercício desse cargo, deu especial atenção à Universidade Federal da Bahia. Por mais de uma vez, reuniu-se com o seu Conselho Universitário e discutiu com os Diretores as necessidades de cada uma das unidades acadêmicas. Viabilizou recursos para a recuperação de toda a planta física e seu reaparelhamento e, da mesma forma, tornou possível novos e importantes investimentos, como a informatização, a construção do Pavilhão de Aulas Alceu Hiltner, do Ambulatório Professor Magalhães Netto e das sedes próprias para o Instituto de Letras e para a Escola de Dança - velhos sonhos da comunidade acadêmica.

Mesmo após deixar o Ministério, continuou apoiando a Universidade. São exemplos as gestões que favoreceram a incorporação da Fazenda de Entre Rios e do Hospital Pediátrico que, a seu pedido, foi denominado Hosannah Oliveira, em homenagem ao velho mestre. A sua simplicidade permitiu que, atendendo a um apelo nosso e depois de exercer tão elevados cargos, se dignasse colaborar com o cotidiano da instituição durante vários meses, no

* Professor aposentado e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia, Conselheiro e ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação.

período compreendido entre o término do seu mandato como Deputado Federal e o seu retorno para Brasília.

Ainda como parlamentar, presidiu a Comissão de Educação da Câmara, oportunidade em que se deu a discussão e elaboração do primeiro projeto sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Distrito Federal, onde passou a residir, soube igualmente aproveitar o seu talento: aí foi Secretário de Governo e Secretário da Saúde. Na Capital da República foi, ainda, Chefe de Gabinete da Presidência do Congresso Nacional.

Pelo agravamento dos males que o castigavam, faleceu em Brasília no dia 4 de julho de 2003.

Se como homem público há tanto o que admirar, igualmente elogiável foi sua vida pessoal. Viúvo, ainda muito cedo, dedicou-se aos sete filhos com carinho e atenção redobrados. De correção inatacável, foi muito querido pelos parentes e amigos.

A inteligência, a retidão de caráter, a probidade administrativa, a lealdade e a ética, foram traços marcantes de sua personalidade.

Com a Bahia e o Brasil ficou uma grande dívida. Com os amigos ficou a saudade e, com todos, o exemplo.

SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO EDUCADOR DO ANO À EMÉRITA ACADÊMICA PROFESSORA OLGA PEREIRA METTIG

Cerimonial – Acadêmico Astor de Castro Pessoa
Discurso - Acadêmica Maria Augusta Abdon

Roteiro da Cerimônia

1. Apresentação do coral Olga Mettig, com os integrantes da Faculdade Livre da Terceira Idade, sob a regência do Maestro Alcides Lisboa;
 2. Composição da mesa Diretora do evento:
 - Acadêmico Alírio Fernando Barbosa de Souza, Presidente da Academia Baiana de Educação;
 - Acadêmica Lêda Jesuíno dos Santos, Vice-Presidente da Academia Baiana de Educação;
 - Acadêmico Marcelo Augusto Rocha, Diretor Geral das Faculdades Integradas Olga Mettig FAMETTIG;
 - Acadêmica Maria Augusta Cruz Abdon, Oradora que proferirá o discurso de saudação à Educadora do Ano, Acadêmica Emérita Olga Pereira Mettig;
 - Professor Milton de Almeida Rabelo, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação da Bahia;
 - Professor Francisco Sena, Presidente da Fundação Cultural Gregório de Matos;
 - Professora Liliana Mercury, representante do Presidente do Egrégio Conselho Nacional de Educação e Magnífico Reitor da Universidade Católica do Salvador, Professor José Carlos Almeida Silva;
 - Emérita Acadêmica Olga Pereira Mettig, homenageada com o título de Educador do Ano pela Academia Baiana de Educação;
 3. Abertura do Ato Solene com a palavra do Presidente da Academia Baiana de Educação, Acadêmico Alírio Fernando Barbosa de Souza;
 4. Programação musical sob a responsabilidade da professora Carmem Mettig Rocha, Diretora do Instituto de Educação Musical – IEM;
 - Bach – Gounod – Ave Maria
 - Loyd Weber – Tema do Fantasma da Ópera
 - Violino – Paulo André Mettig Rocha
 - Piano – Carmem Mettig Rocha
 - Moritz Moskowski (arranjo G. Gurllitt) – Valsa Brilhante I
 - Piano a 4 mãos – professoras Lenita Silva e Vera Varandas
 5. Discurso da Acadêmica Maria Augusta Abdon, saudando a Emérita Acadêmica Olga Pereira Mettig, homenageada com o Título de Educadora do Ano, com a participação do Acadêmico Astor de Castro Pessoa;
 6. Flores entregue pela funcionária Anita Garcia, representando todos os seus colegas.
 7. Pronunciamento da Emérita Acadêmica Olga Pereira Mettig, agradecendo o título de Educadora do Ano, concedido pela Academia Baiana de Educação, com a participação da professora Rosa Levita;
 8. Encerramento da solenidade com a palavra do Presidente da Academia Baiana de Educação, Acadêmica Alírio Fernando Barbosa de Souza;
 9. Hino Nacional Brasileiro;
 10. Coquetel oferecido pela Emérita Acadêmica Olga Pereira Mettig, no prédio da Faculdade de turismo da Bahia.
- “Cultive suas visões e os seus sonhos,
como se fossem filhos de sua alma; são as
plantas de suas realizações”.**

Exmo. Sr. Prof. Alírio Fernando de Souza
Presidente da Academia Baiana de Educação
Exma. Sra. Profa. Leda Jesuíno dos Santos
Vice-Presidente da Academia Baiana de Educação
Exmo. Sr. Prof. Milton Rabelo
Vice Presidente do Conselho Estadual de Educação
Exmo. Sr. Francisco Sena
Presidente da Fundação Gregório de Matos
Exmo. Sr. Dr. Marcelo Augusto Rocha
Diretor Geral das FAMETTIG
Confreiras, confrades, senhores, senhoras,
senhorinhas, familiares da homenageada D.
Olga Pereira Mettig – Acadêmica Emérita.

Numa bela manhã de segunda-feira, como soe acontecer, dirijo-me ao gabinete da Presidente da Associação Cultural e Educacional da Bahia, desta vez para informá-la da decisão da reunião da diretoria da Acadêmica Baiana de Educação, ela teria sido eleita a Educadora do Ano, por unanimidade de seus ilustres pares.

Relutou a nossa emérita confreira, argumentou não ter merecimentos para tal honraria. Desanimada, aconselhei-me com D. Leda Jesuíno que achou conveniente deixar que o tempo cobrisse este período e mais tarde retornar a comunicação.

Mais adiante, no tempo, 6 meses depois, a nossa querida Olga foi vencida pela nossa argumentação.

Pensei melhor, disse ela, aceito o título condicionando a saudação a ser feita por você Maria Augusta. Você me conhece, a vida e a obra, convivendo mais comigo do que qualquer outra academia.

Que fazer diante da exigência da mestra maior?

Falar com D. Olga é sempre fácil e agradável. Não nos falta assunto.

Mas saudá-la, com a presença da intelectualidade acadêmica, é tarefa complexa e de grande responsabilidade.

Mergulhei no passado e tentei fazer uma retrospectiva.

Em 1º de abril de 1959, (século passado) procurando a diretora, conduzida gentil e carinhosamente por Helena Barreto Araújo, entreguei um bilhete que dizia assim: Olga, a portadora, Maria Augusta, recém-formada,

gostaria de um espaço para lecionar no seu Colégio. Veja o que pode fazer por ela, será ótima aquisição – acredite – Assinava este significativo bilhete – Leda Jesuíno.

Ao ler o bilhete D. Olga esboçou aquele seu sorriso de afirmação.

Retornei a residência de meus pais alegre e feliz e, informei: Viva! Viva! Consegui meu 1º emprego no Colégio Nossa Senhora do Carmo.

Leda Jesuíno, sempre iluminada e iluminando, orientou o meu caminho.

D. Olga abriu espaço para minhas inquietantes experiências educacionais – O Colégio Nossa Senhora do Carmo. Foi o 1º laboratório de minhas experiências, como professora, como orientadora educacional.

Entendam, agora porque ambas, D. Leda e D. Olga são meus eternos ídolos.

D. Leda acredita e repete sempre esta máxima que eu também gosto:

“Não há caminhos, há caminantes”.

De profa de História do Brasil e Psicologia Educacional passei para a ser Orientadora Educacional.

O Colégio Nossa Senhora do Carmo – 1º colégio particular que implantou o serviço de Orientação Educacional, seguindo o exemplo do Colégio de Aplicação onde tive a oportunidade de estagiar.

Após a conclusão do 1º curso de pós-graduação em Orientação Educacional pela UFBA, coordenado e ministrado pelo prof. João Mendonça, após o curso de Especialização em Orientação Educacional pela Universidade de San Diego – Califórnia – EUA e de crescimento vocacional e pessoal pela Universidade Laval – Quebec – Canadá, participação em congressos nacionais, internacionais, dei expansão aos meus conhecimentos na área, a minha imaginação fértil e criativa.

A minha capacidade de liderar, às vezes, compulsivamente, diretiva, por vezes, confesso. Com tempo tento melhorar.

No SOE do Colégio Nossa Senhora do Carmo e do Colégio Estadual da Bahia (Colégio Central), encontrei-me. A orientação Educacional foi a grande paixão da minha vida.

Por mais técnica de que dispõe um gabinete de Orientação Educacional carece de participação de toda comunidade escolar.

Então, encontrei apoio irrestrito de D. Olga, a participação efetiva de Helena Araújo (tia Helena), Ligia Loderllo Magalhães, Helia Magalhães Sodré, Rosa Levita, todos os professores, família, etc.

O acreditado Colégio Nossa Senhora do Carmo crescia, crescia, e, devido às solicitações de matrícula, estendeu-se para o turno vespertino, desta vez muito bem administrado, pela Profa. Olga Mettig Filha, "a nossa Olguinha" e coordenado pedagogicamente por Neuza Pereira. Articulados harmoniosamente – Direção – Supervisão, Orientação, professores, família, comunidade, realizamos um trabalho eficiente, atualizado e dinâmico, sempre preocupados com o desenvolvimento biopsicossocial dos nossos queridos alunos.

O empenho didático das professoras Olga Mettig e Ligia Lordello Magalhães chegou ao máximo, publicando 32 livros didáticos, de alto nível, adotados na capital e interior da Bahia e alguns estados do Brasil.

Bachelard disse em um de sus sábios ensaios que:

"Não se encontra o espaço é preciso construí-lo sempre" e, assim, a profa. Olga fundou, e vem construindo continuamente, sem interrupção os espaços para Associação Cultural e Educacional da Bahia e outras Instituições.

D. Olga, querida amiga, vivenciei de perto a realização de seus sonhos, e admirei sempre a sua vontade férrea para atingir os objetivos desejados.

"Em cada alma foi depositada a semente de um grande futuro, mas a semente nunca germinará, muito menos atingirá a maturidade, se não se tornar útil e não desenvolver a prática".

Essa assertiva foi uma prática em sua vida.

Nesta trajetória contou com a participação efetiva de seus familiares – Marcelo, Carmem, Olguinha e demais profissionais, a saber – Ligia Lordello Magalhães, Carlos Alberto Pedreira de Cerqueira, Belchior Maia de Atayde, Elvira Pereira de Atayde, Maria de Lourdes Marque e Leda Jesuino dos Santos. Vale ressaltar o

desempenho do tripé das habilitações que sustentaram a Faculdade de Educação por muitos anos, Maria Anália Costa Moura – Supervisão Educacional, Maria Augusta Cruz Abdon – Orientação Educacional, Hermano Gouveia Neto – Administração Escolar. Não esquecemos o brilhantismo das aulas de psicologia do inesquecível prof. Antonio Rodrigues.

Seus assessores de hoje também estão envolvidos no desenvolvimento de suas realizações.

Olho-me novamente e vejo-me transportada para o passado na história da luta de uma mulher um lugar ao sol.

Estudiosos que têm dedicado anos de pesquisa ao tema, acreditam que a energia e matéria no mundo inteiro são controladas pela Lei da atração. E por meio desta mesma Lei Universal da atração as pessoas aproximam-se e aproximaram-se dela com os objetivos idênticos da homenageada, focalizando o consciente sobre seus objetivos, até que o subconsciente apanhe o esboço deste objetivo, transformando-os em realização e, desta maneira seus assessores mais diretos e grandes colaboradores contribuíram para dar evasão a sua personalidade criativa, inventiva e, sobretudo produtiva. Liderando sempre com suavidade e firmeza, reciprocamente obteve de seus assessores boa vontade, interesse e grande entusiasmo.

Trabalho, muito trabalho, sacrifício e autocontrole norteiam o desempenho de suas atividades, contribuindo para que suas realizações ocupem hoje um lugar de reconhecido destaque e credibilidade no cenário nacional.

(2 minutos de silêncio).

O homem e a sua obra não podem ser dimensionados com palavras. É necessário mais que isso, é impositivo que se vivencie, o seu trabalho, quando isto é possível, e este é o caso.

2º momento

Esta iluminada mulher nasceu na heróica cidade de Cachoeira, filha de Ricardo Vieira Pereira e Georgete Motta Pereira. De cujo casal nasceram 9 filhos, 4 homens e 5 mulheres que ocuparam significativos cargos na nossa sociedade.

1º - Anarolino Teodoro Pereira – comerciante em Cachoeira – Prefeito, eleito 3 vezes.

2º - Ricardo Vieira Pereira – sacerdote e professor – estudos realizados em Roma no período de 10 anos – mais tarde, contraiu matrimônio com Ivirnice Maria Maracajá.

3º - Augusto Públio Pereira – médio, político, deputado em várias legislaturas, substituiu várias vezes o governador Otávio Mangabeira.

4º - Baronísia Mota Pereira Correa da Silva.

5º - Georgete Motta Pereira de Araújo – nossa querida Nola Araújo, escritora, poetiza.

6º - Zulmira Pereira Dias Lima – grande funcionária do SESI.

7º - Olga Pereira Mettig, a nossa homenageada.

8º - Antonio Vieira Pereira – diplomou-se em Direito e professor do Colégio Estadual da Bahia, dirigiu o Colégio Severino Vieira, escritor e poeta.

9º - Rosa Pereira Levita – Técnica em Educação, Superintendente do Ensino, Conselheira de Educação, coordenou os cursos primário, normal e adicional do Colégio Nossa Senhora do Carmo e membro da Associação, Mantenedora das Faculdades Integradas Olga Mettig. Futura Presidente do Rotary Clube Bahia Leste.

D. Olga contraiu matrimônio com o Engenheiro Agrônomo Gustavo Ernesto Mettig. Foram agraciados com duas filhas Olga e Carmem Maria – Olga licenciada em Línguas Anglo-germânicas, e Carmem Maria em Música e Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional. Ambas eternas colaboradoras. Carmem Diretora do IEM e Olga Assessora do Pós-Graduação.

A nossa homenageada foi presenteada por um genro-filho Marcelo Augusto, hoje seu assessor de alto nível e competência, baluarte imprescindível de sua obra. Um homem de inteligência múltipla, personalidade criativa e dinâmica com habilidade diversas que concretiza ideais de realizações.

Seus netos tão queridos:

Paulo Guilherme e Kyara, Paulo Roberto, Paulo Sérgio e Heliana, Paulo Márcio, Paulo André, Carlos Gustavo e Alexandra, todos encaminhados profissionalmente, demonstram

sensibilidade e grande admiração pela vovó Olga.

E suas bisnetas? Ah! Suas bisnetas Rafaela, Luiza, Gabriela e Marina, estão sempre renovando sua alegria de viver em plenitude.

Olga Mettig fez o curso Fundamental em Cachoeira e no Colégio Nossa Senhora da Soledade – Na Escola Normal, concluiu a formação de professora.

Continuando seus estudos já exercendo a função de Diretora do Colégio Nossa Senhora do Carmo, fez sua formação Universitária, obtendo diploma de Bacharel e Licenciatura em Pedagogia pela UFBA. Na cadeira de História, de Filosofia teve como mestra Leda Jesuíno.

Sua vida foi inteiramente voltada para Educação, lecionou, administrou, fiscalizou colégios oficiais ao longo de 31 anos.

No seu convívio diário, admirando-a cada vez mais seu jeito de ser; simples, cordial, organizada, pontual, atenciosa, e, sobretudo amiga.

Concluo minha saudação com o pensamento do grande estadista Abraão Lincoln.

“Gosto de ver uma mulher orgulhosa de sua pátria e gosto de vê-la viver de tal forma que a pátria se orgulhe dela”.

Convido esta assembléia a saudá-la de pé, como merece.

DISCURSO DA SAUDAÇÃO

AO PROF. DR. JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS

NA POSSE DA CADEIRA Nº 34 DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Maria Anália Costa Moura*

Ilustre Prof. Dr. José Rogério da Costa Vargens.

Em nós é distinta a honra de saudá-lo, recepcionando seu ingresso nesta Academia Baiana de Educação, ao assumir a Cadeira de nº 34, tendo como patrono o Prof. Paulo Fábio Dantas.

Declaramos-lhe que será preservado, em singular refúgio de nosso ser, sob eflúvios de surpresa e gratidão, o significado da escolha e do convite.

Aqui nos encontramos para, na mensagem desta saudação, resgatar lembranças, transmutando-as em recordações, valores seletivos liberados de emoções e sentimentos que nos tomam testemunhas de nossa própria jornada. Lembranças são marcos no desenvolvimento das sendas que percorremos, a fim de que se realize o sentido da espiral da ipseidade, para a qual todos estamos designados. Lembranças decorrem de ecologias cognitivas. O recordar emerge do coração, porque o coração sabe o que a mente desconhece... É a recordação que sempre prevalece, pois é embalada pelos cânticos da alma. As lembranças decorrem de uma exploração no nosso eu interior, como verdadeira pesquisa do centro existencial, onde se aninham nossos valores essenciais.

Lembranças e recordações são dádivas do tempo – nosso relógio infinito.

E, aqui, estamos festendo o tempo, compreendido como amigo e colaborador, inspirador e motivador de tudo que é realizado, na missão peregrinadora do ser, quer nas glórias, quer e nas perdas, a tudo transcendendo, configurando thématas em que fluem os eventos e se desdobram os instantes da vida.

É o tempo que celebramos, neste momento tão expressivo e que a todos envolve como uma jornada conjunta de reconstrução de lembranças e recordações que, talvez, quem sabe, permita-nos reencontrar tesouros que nos façam reinterpretar nossa história existencial.

E, na tessitura deste texto que é seu, ilustre Confrade, consideramos, no possível de nossos limites, no desafio e no estímulo, o compromisso de revisitar, em seus roteiros pessoais e profissionais, os passos mais determinados e os movimentos mais profundos em que soube efetivar seu direito de existir e de viver, na busca da autoconscientização e da auto-realização. E, sobretudo, no de reconhecer esses roteiros como oportunidade de oferecer o que sempre resguarda no coração.

O ilustre Acadêmico Prof. Dr. Rogério Vargens vem das plagas ornamentadas e enriquecidas pelo fruto de ouro – o teobrama – manjar das deuses, o famoso gerador do conceituado chocolatl dos astecas, cujo sabor inusitado ainda suscita a dinâmica dos neurotransmissores, distensionando-os nas intempéries existenciais a que somos todos submetidos, no empenho pela sobrevivência.

De formação acadêmica na Engenharia Civil, pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Rogério Vargens conquistou o título de Especialista mediante Concurso Público regulamento por Lei Portuguesa, sob apresentação de Tese original no Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC, em Lisboa (1972). É Mestre em Mecânica das Rochas, nos termos do Parecer CFE/72.

Possui, também, Especialização em Economia Rodoviária, IPR/UFBA (1970). E em Administração e Organização de Educação e Técnica e Treinamento Industrial.

Seu histórico profissional inclui, como experiências e cargos mais relevantes, com interesse para a área de Educação:

Diretor do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (do qual foi fundador), primeira instituição planejada e construída para esta finalidade, no âmbito do Governo Federal (MEC), atual CEFET, de 1975 a 1977;
Titular da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia de 1977 a 1979;
Diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, de 1979 a 1984;
Membro dos Conselhos Superiores da Universidade Federal da Bahia, de 1979 a 1992;
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação da Universidade Federal da Bahia, de 1996 a 1998;
Reitor da Universidade Federal da Bahia, 1988 a 1992;

* Professora Universitária e Membro Titular do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Salvador/Bahia.

Membro Titular do Conselho Estadual de Educação, desde 1991;

Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação, de 1996 a 1997;

Presidente do Conselho Estadual de Educação. 1998 a 2002;

Presidente do Fórum nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, de 1999 a 2000;

Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação, em Segunda gestão, desde março de 2002;

Professor adjunto do Departamento de Ciência e Tecnologia dos Materiais, da Escola Politécnica da Universidade Bahia (aposentado).

Mantém participação em Instituições Profissionais como:

ISRM – Internacional Society for Rock Mechanis;

ABMS – Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia de Fundações (Membro Representativo);

CBRM – Comitê Brasileiro de Mecânica das Rochas;

ABENGE – Associação Brasileira de Ensino de Engenharia.

Pelo desempenho profissional inspirou reconhecimento justo formalizado nas HONRARIAS com as quais tem sido dignificado e aqui exemplificadas como Ordem do Mérito da Bahia; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Presidente Antonio Carlos; tendo sido indicado para compor o Conselho Nacional de Educação, em 2000 e 2002.

Prof. Dr. José Rogério da Costa Vargens, o privilégio de conhecê-lo remonta a tempos medianamente distantes. Iniciava-se a década de 1980, quando assumimos a diretoria de Unidades de Ensino da Universidade Federal da Bahia.

O ilustre acadêmico, sob sinais de inquestionável talento, era o novo diretor da Escola Politécnica. Nós, a diretora da Faculdade de Educação. Era o tempo da consolidação e do aprimoramento da reforma universitária.

Nas sessões regulares e fecundas do Conselho Universitário, sob o reitorado do saudoso e brilhante Reitor Prof. Dr. Luis Fernando de Macedo Costa, compartilhamos envolvimento dialógicos, em situações de nítida dedicação e responsabilidade colaborativa. Ensaivávamos, naquela época, no entusiasmo de um novo começo, as mais adequadas soluções alternativas para o repertório de questões que se nos eram apresentadas. Estivemos, assim, mergulhados em marcante ciclo de nossa evolução humana e interpessoal e, evidentemente, nos convertimos em colegas solidários, resistentes e disponíveis ante os enigmas e esperanças dos processos

educacionais.

Então, os alinhamentos descontínuos da teia da vida e os impulsos da roda do tempo designaram nosso reencontro, no espaço/tempo do Conselho Estadual de Educação.

E aquele jovem, dinâmico e polêmico Professor Engenheiro, a quem o passar do tempo eximiu de suas marcas, permanecendo jovem representalizou-se, agora, como Presidente do Conselho Estadual de Educação, mais determinado do que antes, ágil, célere no pensar e no fazer, crítico das generalidades e dos detalhes, salvo aspectos referenciados à fundamentação... para o que procura garantir coerência ética, segundo afirma, de modo persistente.

Hoje, neste excepcional entardecer solene do dia vinte e cinco de setembro do ano 2002 a esta ambiência festiva, o ilustre Acadêmico Professor Engenheiro Rogério Vargens veio para estar compensado e ser feliz, para se fazer ouvinte daquilo que bem o sabe, porém jamais teria como dispensável, pelo gosto de ouvir o que se pode traduzir do bom e do belo, como ressonâncias de suas expectativas idealizadas e favoravelmente realizadas. Assim, o que se segue é sugerido pelo nosso olhar, nossa percepção interpretativa, buscando expressar na visibilidade e sonoridade das palavras, como rede de conexões entre o que se fez passado e o que está a ser alcançado, neste momento presente, visando à insinuante síntese de caminhos sincrônicos. Trata-se de um estilo de *apresentar o outro a si mesmo* (Leminski, 1983), e ao nos olharmos, uns aos outros, identificamos imagens, clarões de pensamentos e sentimentos, ações concretizadas, auferimos sonhos acalentados, esperanças desveladas que consubstanciam dimensões arquetípicas. São estas dimensões arquetípicas que investem energia ao perfil que caracteriza nosso caríssimo novo Confrade, Prof. Dr. Rogério Vargens e que se expressam como:

***Coragem de ser
Coragem de decidir
Coragem de criar
Coragem de realizar-se***

Coragem vem do latim cor, cordis, coração, é uma energia ética que se impõe e se manifesta na extensão da existência humana e, essencialmente, na estrutura do ser. É a mais importante das virtudes, dos valores humanos, constituindo o seu ancoradouro.

O ser é o que tem como problema a existência humana, no mundo, cuja expressão-guia é o pensar. Pensar é ser. O ser é simplesmente porque é, porque aparece e se presentifica. O pensamento que pensa, se faz

aurora do ser. No pensamento e por ele, o ser nasce e se deixa conhecer.

O ser é o Eu que se realiza no despertar da consciência para tornar-se naquilo que verdadeiramente é. – sua aspiração essencial, encontrar-se a si mesmo. Acenando para uma nova educação, Jacques Delors ressaltou quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser, como conquista gradativa da renovação transdisciplinar integrativa e holística na direção do aprender a ser, sendo. *O ser mostra na medida do pensamento que procura estar, no amor à luz, mas, para ver e contemplar a realidade. É intento da ontologia* (Buzzi, 1999).

Coragem é a auto-afirmação do ser essencial de alguém, a despeito de desafios, ansiedades, inseguranças e perdas. A coragem gera alegria, que é expressão emocional do **sim** ao verdadeiro ser, próprio de uma pessoa.

Coragem é o esforço que preserva seus ideais, seus posicionamentos, sua dialética, confrontações.

A coragem de decidir se define na busca da autoconsciência e da auto-realização.

A coragem de tomar decisões sempre nos beneficia com a possibilidade de seguir os caminhos escolhidos.

A tomada de decisões, como a própria vida, é um processo e – mais importante – é um processo filosófico e um processo psicológico. Consiste num aprendizado para assumir responsabilidades, num momento existencial. A coragem de tomar decisões implica mudança, transformação, alteração de rumo.

Decidir é uma das realidades mais difíceis de ser assumida, por isso é, também das mais grandiosas.

Se houver coragem para decidir-se agir, apoiando-se no que for importante, haverá a certeza de que se está escolhendo o que é essencial, porque no sistema dinâmico da vida, quando assumimos mudanças, estamos construindo bases para nossa felicidade.

Somos as nossas escolhas que respondem aos nossos valores mais importantes, aqueles que envolvem a autoconsciência, a liberdade e a auto-estima, a partir dos significados que a eles atribuímos.

Quando Sócrates instigava seus discípulos para que procurassem conhecer-se, sabia que a experiência mais estimulante e compensadora é a de explorar o âmago do próprio eu. Ali, no centro do ser, está o cerne do próprio poder pessoal e da capacidade de decidir a vida.

Entretanto, nossa redenção parece estar no fato de que, ao assumirmos a responsabilidade pelo que somos, no presente, tendemos à

capacidade de determinarmos quem somos, no futuro.

Mas, será mesmo que temos o poder de decidir o rumo de nossas vidas?

Tomar decisões é a competência de dirigir nossa energia vital para o que venha a fortalecer nossa conexão com a vida. Sentimos, tendências e valores constituem referenciais ao autoconhecimento, facilitando a superação dos obstáculos que intervenham em qualquer processo decisório, para assegurar a validade de nosso projeto de vida.

O enigma da criatividade se mantém sob uma aura de fascínio, e a coragem é essencial ao ato criativo.

A atração pela criatividade origina-se, no centro de nosso ser. Se a coragem é imprescindível para que o homem possa vir a ser, a coragem criativa refere-se à descoberta de novas formas, novos símbolos e novos padrões. A coragem criativa é sempre proporcional ao grau de mudança que pretendemos praticar.

As pessoas criativas, como nosso ilustre Professor Engenheiro, nosso novo Acadêmico Rogério Vargens, são combativas e perseverantes, ambivalentes, provocativas, polêmicas. E por que será que a criatividade, sempre, envolve confrontação?

A criatividade implica novas experiências, como um desfazer-se de formas anteriores que não mais sintonizam com as exigências do nosso tempo e dos nossos próprios anseios.

A capacidade de aperfeiçoamento do homem é ilimitada (Dante Alighieri)

O ser humano cumpre incessante evolução dirigindo-se para sua metas essencial – a auto-realização, uma descoberta do verdadeiro centro do ser, da verdadeira essência.

Dois princípios orientam o alcance dessa meta: o princípio da tendência realizadora e o princípio da tendência formativa.

O princípio da tendência realizadora busca a meta da auto-realização.

O princípio da tendência formativa ultrapassa os limites da individualidade, na busca do universal, conduzindo o ser a uma ordem de complexidade e inter-relação.

A auto-realização é, portanto, uma complexidade onde tudo se entrelaça e em cujos nexos encontra-se o significado. É na totalidade significativa que se descobre o sentido do viver.

Para o sábio hindu Krishnamurti (1895/1988) a realização relaciona-se com a autêntica educação *que é um processo de facilitar a compreensão do significado da vida como um*

todo, gerando entes humanos integrados e inteligente. Inteligência como a capacidade de perceber a essencial, o que é; despertar essa capacidade em si próprio e nos outros, eis em que se resume a educação.

Logo, a auto-realização inclui a elaboração dos significados da vida, para o que é preciso que nos lembremos que o potencial do universo está dentro de nós e de cada ser humano.

O significado e o sentido sobre o que fazemos na direção da auto-realização tem a ver com os valores que elegemos, na orientação de nossas vidas, esta é a razão pela qual todos aspiramos por significados. Eles constituem *uma das mais poderosas recompensas intrínsecas que falam à alma* (Secretan, 2002).

Nosso ilustre Acadêmico é um líder nato, consciente, competente, lúcido quanto aos desafios contundentes e impostos pelo natural exercício da liderança.

Alguns desafios, nessa direção, podemos assinalar, à guisa de convite à reflexão: o desafio cultural; o desafio sociológico e o desafio cívico, ao que acrescentamos o desafio dos desafios – a reforma do pensamento no sentido do qual precisamos, todos, dar as mãos.

O potencial de coragem, na identidade do ser que se é, na disposição para decidir, para criar e realizar-se, conquistou expressão nítida, no desempenho com que, nosso Confrade marcou seu estilo, no exercício da presidência do Conselho Estadual de Educação, quando implantou a informatização, substituiu mecanismos, ressignificou práticas. Adotou estratégias organizativas que favoreceram a otimização de espaços e tempo. E nos limites de sua humanidade, ao instituir modalidades inovadoras, gerou impasses, cometeu equívocos, provocou sustos e perplexidades.

Soube resistir e foi exitoso no seu plano de ação, concentrado seu olhar no horizonte do futuro.

Fiel ao senso realístico, que lhe é peculiar e na certeza de que toda inovação se circunscreve nos contextos, nas contradições sistêmicas e na história pedagógica das instituições, deu prosseguimento as intenções que o inspiraram.

Contudo, a marca distintiva em seu desempenho como Presidente do Conselho Estadual de Educação, a merecer registro na história da educação baiana, evidencia-se, sem dúvida alguma, na execução do Projeto com os Conselhos Municipais de Educação, inaugurando um regime de itinerância mobilizadora do regime

colaborativo que, embora legalmente previstos dependia de vontade política de sua liderança comprometida com a cidadania e a democracia, sempre mantendo a educação como mediadora.

Na orquestração de vozes, no estabelecimento de intercâmbios presenciais, o Projeto efetivou-se, sob inquestionável sucesso, nos municípios de Jequié, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista.

E este Professor Engenheiro que, nesta tarde solene, ingressa nesta Academia Baiana de Educação é erudito, competente para unificar a multiplicidade de talentos gerados pela compreensão do mundo, no referencial integrador de testemunho humanista.

Como humanista, tem sido capaz de superar a dicotomia entre o pensamento e a linguagem ultratécnica das ciências duras, trabalhadas pela sua engenharia, para render-se à sedução da literatura e da historiografia da Bahia. Assim, vem se demonstrando apto a dialogar sobre questões de ordem administrativa, política, cultural, possibilitando àqueles que com ele convivem identificar evidências de reconciliação com as polêmicas da pedagogia.

Ao comemorarmos os quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, em maio do ano 2000, o ilustre Acadêmico brindou os conselheiros e demais profissionais do Conselho Estadual de Educação, com a verve de autêntico humanista, quando pela via do conhecimento, da estética e da transcendência, com emocionante e entusiástica procedeu explanação sobre os episódios referenciados à História da Bahia.

Naquela manhã de outono, no azulino auditório deste palacete histórico, sob envelo, ouvimos do Prof. Dr. Rogério Vargens a glorificação ao achado das terras do Brasil, com destaque merecido ao achado do golfo que, a 1º de novembro de 1501, surpreendera a Américo Vespúcio, que o batizou como Baía de Todos os Santos, divulgada e comentada como a “formosa” baía, a que o Padre Antonio Vieira disse que de tão “formosa” deu nome à cidade a qual o tempo denominou de Baía com h.

Em sua impressionante fala, lembrou a Vila do Pereira que veio a distender-se pelos espaços, hoje registros como um conjunto de logradouros, conhecidos como bairro da Graça, onde agora estamos, Barra e demais locais circunjacentes.

Mencionou Diogo Álvares, o Caramuru e sua Catarina.

Mas, o que a todos suscitou encantamento foi a elegância das palavras, em cujo estilo poético exaltou a descrição da Baía de Todos os Santos.

E de tudo o que se nos tornou possível recordar assim foi dito... em suas águas tingidas de azuis verdes mostrando-se no movimento de ondas pontuadas de cintilantes estrelas, decifrava-se os códigos da eternidade.

O céu abriga as galáxias sugerindo meditação sobre os tempos, desdobrava-se como lençol translúcido, marcado pelo desenho de nuvens que fluíam seguindo o ritmo das brisas e dos impetuosos ventos...

E neste nicho ecológico de árvores centenárias, cujos troncos portentosos e ramos entrelaçados, erguidos ao céu e recurvados ao chão, como se estivessem exibindo aparências de convite ao acolhimento, como reverência à temporalidade, completado por gramados aveludados, cenários de “verde sombras e claridades verdes” (C. Meireles). Flores silvestres insinuam sua beleza singela aos nossos olhares, como transbordamentos sublime do que restou do paraíso sonhado pelo pensamento e pelo sentimento que gerou a criação.

Caríssimo Confrade José Rogério da Costa Vargens, neste solenidade em que se consagra sua posse na Cadeira n.º 34, nesta Academia Baiana de Educação, celebramos seu mérito e a esperança de bens compartilhados e auguramos-lhe felicidades imensas.

Nesta tarde de reinauguração da primavera faz-se para sua vida e para todos nós, a luz que brilha além de tudo sobre a terra, além do altíssimo céu, porque “Um destino maior o espera”.

A vida que idealiza viver irradia a luz que brilha na alma que o engrandece.

Discurso de Posse na Academia Baiana de Educação

José Rogério Costa Vargens*

Ao transpor os portais da Academia Baiana de Educação, agraciado pelo prestígio de conviver com tão seletto conjunto de valores, minhas primeiras palavras são de agradecimento.

Aos Acadêmicos, a partir de então confrades, pela generosidade de me concederem tão elevada honra.

À Maria Anália, em especial, que se dignou proferir a saudação de acolhida. Confesso que desejava mesmo me expor à sua crítica. Nos colegiados em que temos assento, gosto de provocá-la – justamente para lhe ouvir – ouvir e aprender. Habitualmente, sua análise resulta em uma longa, criteriosa e inteligentíssima síntese.

Desta vez, entretanto, me surpreendeu. Eu ainda não havia percebido que a amizade é capaz de transformar em elogio o mais banal dos gestos ou a mais compulsória das virtudes.

Desejo agradecer a todos que, igualmente por amizade, me distinguem com suas presenças.

Se o faço aos que aqui vieram, não de me permitir que agradeça, também, aos que aqui me trouxeram: **meus mestres!**

Foram tantos e tão bons, que peço licença para nomear, apenas, alguns poucos exemplos.

Primeiramente, o nome de quem me ensinou a ler, a escrever, a contar, a realizar as operações, ditas fundamentais, da matemática e a reconhecer as notas musicais.

Seu vulto jamais se apagará na minha saudade e na minha memória. **Regina**, minha mãe, de quem recebi, também, ao longo da vida, as lições mais eloqüentes de bem querer, de dignidade e de honradez.

Na educação básica, adolescente, tive a felicidade de conviver com a sabedoria dos beneditinos, quando cursei o Ginásio São Bento. Dessa fase, guardo a melhor lembrança de meu professor e diretor **Dom Norberto Santana**.

Todavia, desejo também reverenciar a memória de uma figura extraordinária, **Dom Willibaldo Hofmann**, tão culto quanto místico, que embora não integrasse o corpo docente, mas por estreitos laços de amizade com minha família, complementou-me a formação com os mais variados ensinamentos - numa latitude que ia da interpretação das encíclicas à fotografia, passando por um sem número de utilidades, muitas das quais, lamentavelmente, eu não soube aproveitar, como o violino e o alemão.

Do ensino superior, na minha querida Escola Politécnica, quero simbolizar a minha gratidão, mais uma vez, lembrando o meu Paraninfo, **Ruy Cajazeira Pires Ferreira** que, desde a graduação, orientou decisivamente a minha carreira e me conduziu à pós-graduação e à pesquisa.

Desejo, igualmente, registrar o meu reconhecimento ao ilustre Professor **Hernani Sávio Sobral**, que me fez ingressar no corpo docente daquela Escola e me levou a percorrer a minha trajetória na Universidade Federal da Bahia, por cuja porta eu acabei vindo visitar, ainda que cerimoniosamente, este mundo dos educadores.

Mundo povoado de tantos e tão grandes valores, como **Paulo Fábio Dantas**, ilustre Patrono da Cadeira que me cabe honrar.

Nascido em uma chácara do Matatu de Brotas, nesta Capital, a 31 de julho de 1900, filho de Clotildes e Pedro Joaquim Dantas, casou-se em 1924 com Maria Rosa de Almeida Gouveia e teve nove filhos: Judith, Raymundo, Milton, Noélia, Maria Luiza, Paulo, José Luiz, Alberto e Ana Maria. Quatro deles se dedicaram ao magistério.

Diplomou-se Professor pelo Instituto Normal da Bahia, onde, a partir de 1922, viria exercer o magistério por 38 anos, lecionando Ciências Físicas e Naturais e a matéria da qual tornou-se Catedrático, Matemática.

Foi Vice-Diretor na gestão do Professor Alfredo Nogueira Passos e, na gestão de seu grande amigo, Álvaro Augusto da Silva, foi parceiro indispensável durante todo o processo de construção e instalação da imponente sede do Barbalho, onde o Instituto ainda se encontra.

Lecionou, também, no Colégio Duque de Caxias, em alguns estabelecimentos da rede

* Professor aposentado e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia, Conselheiro e ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação.

privada e na Faculdade de Ciências Econômicas.

Como educador, por quatro décadas, marcou a memória de várias gerações de jovens baianos, seus alunos, com a bondosa mansidão de seu temperamento e o perfil de um ouvinte compreensivo, um observador confiante e um conselheiro eficaz.

Ao se aposentar, em 1960, deixou uma grande lacuna entre os colegas, os jovens alunos e consigo mesmo, já que ficou privado do convívio com todos aqueles, colegas e jovens do seu querido Instituto, a que tanto amou e serviu.

Se honrou a sua existência como mestre, também dignificou a Câmara Municipal de Salvador em três mandatos de vereador, de 51 a 55, 59 a 63 e 67 a 71.

O Professor Paulo Fábio viveu os seus últimos anos de vida circunscrito ao mundo de sua família e a um reduzido número de amigos, até que um infarto, na tarde de 5 de março de 1979, deu-lhe o descanso a que nunca se permitiu em vida.

Sua Cadeira foi inicialmente ocupada pelo ilustre Professor **Raymundo Nonato de Almeida Gouveia**, que se pode considerar seu cunhado, pois que Dona Rosinha, sua esposa e prima de Raymundo, por ter sido órfã ainda muito cedo, foi criada pelos pais deste, Maria Cecília e Hermano de Almeida Gouveia.

Nascido a 19 de outubro de 1907, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, nesta Capital, o Professor Raymundo Gouveia casou-se aos 22 anos e assim permaneceu por 65 anos, tendo quatro filhos: Maria Cecília, Celeste Hermana, Raymundo Nonato e Antônio Carlos.

Durante os seus 95 anos de vida, desenvolveu duas carreiras: como Médico e como Educador.

Formou-se em Medicina com apenas 20 anos, tendo sido um dos cinco melhores alunos da famosa turma de 1927, à qual pertenciam Antônio Simões, Bráulio Xavier Filho, Carlos Moraes, Diógenes Vinhaes, Jorge Valente, José Silveira, Hosannah de Oliveira, Otacílio Lopes, Luiz Rogerio de Souza e Thales de Azevedo.

Entre outros, teve como professores, no ensino básico, Isaías Alves e Américo Simas e, na Faculdade, Aristides Novis, Couto Maia, Estácio de Lima e Pirajá da Silva, os quais muito influenciaram a sua formação.

Durante os cinco primeiros anos de carreira, exerceu a medicina em diversas regiões do interior - do Nordeste, São Francisco e do Cacaú - retornando para Salvador em 1932 e, em 1936, foi aprovado em concurso para a docência de Clínica Obstétrica.

Foi Professor Catedrático de Higiene Geral e Escolar do Instituto Normal, Professor de Sociologia Geral do Colégio da Bahia e Professor Titular da Universidade Católica do Salvador. Lecionou, igualmente, nos Colégios São José, São Salvador, Educandário dos Perdões, Instituto Feminino e Liceu.

Entre as muitas atividades que exerceu, foi Diretor Técnico e Vice-Diretor da LBA e Diretor Geral do Departamento de Educação da Bahia.

Primeiro Presidente desta Academia e membro de diversas associações, sua vida foi marcada por uma intensa atividade intelectual, que se traduz por mais de vinte livros publicados e cerca de quatro centenas de palestras, artigos e publicações sobre temas ligados à Literatura, Poesia, Medicina e Educação.

Nesta Academia, foi sucedido pelo ilustre e saudoso professor **Fernando Floriano Rocha**, em 1º de dezembro de 1999, que, lamentavelmente, aqui permaneceu por pouco tempo, devido a seu desaparecimento, súbito, trágico e precoce, em 19 de maio de 2000.

Nascido em Castro Alves, a 15 de maio de 1941, adotou Cruz das Almas como seu berço natal e, ao que parece, seu domicílio preferido, onde cursou o ensino fundamental e, após um período de ausência, concluiu o Curso Normal, em 1963, no Colégio Estadual Alberto Torres.

Licenciou-se em Geografia pela UFBA, em 1969, e concluiu o Mestrado em Educação pela UNB, em 1979.

No ensino básico, exerceu o magistério no Colégio Estadual Alberto Torres e no Colégio Cruz das Almas, que ele próprio fundou, naquele Município, e no Colégio Sacramentinas, em Salvador.

No ensino superior, ensinou na UFBA, na Escola de Agronomia e na Faculdade de Educação, e na Faculdade de Educação da Bahia.

Foi membro do Conselho Estadual de Educação, no qual presidiu a Câmara de Educação Superior.

Em suas atividades como jornalista foi repórter esportivo do "Estado da Bahia", fundador e redator do semanário "Jornal do Planalto" e, no jornal "A Tarde", foi correspondente, de 1979 a 1980, e responsável pela coluna de Educação, a partir de 1996.

O seu espírito empreendedor e sua vocação para o ensino, levou-o a organizar e desenvolver uma série de projetos na área de capacitação e especialização de professores, que beneficiou muitos docentes do interior baiano. Empenhado justamente em um ambicioso

programa de interiorização do ensino superior, foi colhido por um acidente rodoviário fatal, deixando, nesta Academia, uma lacuna que será muito difícil preencher.

Educadores ilustres, devotados e persistentes, como os que acabei de me referir, fizeram com que a educação brasileira apresente alguns resultados muito positivos.

O analfabetismo foi sensivelmente reduzido e situa-se hoje, predominantemente, nas faixas etárias mais elevadas. O ensino fundamental encontra-se praticamente universalizado, com mais de 95% das crianças de 7 a 14 anos na escola, embora haja muito a fazer em relação à qualidade do ensino praticado. O processo de municipalização apresenta, afinal, incrementos significativos.

No ensino superior, verifica-se uma notável expansão das vagas oferecidas no nível da graduação - mais de 1 milhão e 200 mil vagas - embora se possa questionar o ritmo acelerado com que esta expansão esteja ocorrendo. Na pós-graduação o Brasil está diplomando o significativo número de cerca de 20 mil mestres e 6 mil doutores, cujo melhor aproveitamento, contudo, necessita de importantes providências.

A educação brasileira está sendo presidida por uma lei de diretrizes e bases que se pode elogiar e que promete bons resultados.

Todavia, esses bons resultados dizem respeito à educação escolar, de natureza da instrução, propriamente dita. O que já não se pode dizer da educação naquele sentido da formação integral do indivíduo, visando a sua plena realização como ser social.

Nesse sentido, a educação se encontra esgarçada por fortes tensores. Ainda que muitos componentes tenham incidência mundial, as questões se agravam em países com as condições ambientais, culturais e sócio-econômicas como as do Brasil.

A nossa sociedade, em particular, está afetada por quatro grandes crises: a Crise da Família, a Crise do Conhecimento, a Crise da República e o que se pode chamar como a Crise da Convivência.

A Segunda Guerra Mundial exerceu forte influência nas gerações que lhe estão sucedendo.

Por um lado, porque a Europa sempre foi e continua a ser o grande foro da elaboração do pensamento e do costume e, neste último meio século, tem tido os órfãos desse conflito como os condutores deste processo.

Por outro, porque essa guerra, diferenciando-se de todas as que lhe antecederam, foi marcada por três componentes

que, essenciais ao seu desfecho, teriam notável influência na vida posterior do mundo: a mobilidade, a informação e a eficiência.

São bastantes nítidos os reflexos desta realidade nas crises referidas.

A Instituição da Família, por exemplo, encontra-se bastante debilitada - seja por questões de natureza conceitual, ditadas pelos novos costumes, seja pela dinâmica da vida atual, que promoveu o descompasso dos horários e desfez a mesa como o grande ritual diário de encontro da família, permitindo, assim, que o individualismo invadisse os lares. Tudo isso, apresenta-se profundamente agravado quando há miséria e fome.

Certa está a nossa Constituição quando afirma que a educação é "*dever do Estado e da Família*".

De fato, por mais que educadores ou diretrizes pretendam imputar à escola atribuições que são inerentes à família, não há como substituí-la! Sobretudo na imensa tarefa de agregar valores morais e éticos!

No que diz respeito ao conhecimento, a sua construção passou a ter um novo ingrediente: a Tecnologia - que, embora tenha raízes na revolução industrial, experimentou um grande impulso a partir daquela guerra.

Já não se fala no conhecimento sem se referir à "*Ciência e Tecnologia*". A interposição da conjunção é perfeita - mas quase nunca se faz ou, ao menos, se tem em mente, a monumental diferença entre ambas.

A distinção que se deve fazer é semelhante àquela que existe entre o racionalismo europeu e o pragmatismo americano.

A ciência, representada por conhecimentos do universo objetivo, ungidos pela comprovação do método científico, com a exata compreensão dos fenômenos envolvidos, tem compromisso com a verdade.

Enquanto a tecnologia, que muito se serve da ciência e dela, aliás, não pode prescindir, tem compromisso apenas com o resultado, pois se serve também e, igualmente muito, de conhecimentos empíricos ou de qualquer outra natureza.

Daí porque a tecnologia se desenvolve com tanto desembaraço e rapidez - razão pela qual tem sido privilegiada do ponto de vista do financiamento e as pessoas julgam viver em momento de tanto esplendor!

Progressos verdadeiramente notáveis da medicina se devem muito mais ao monumental arsenal tecnológico que é colocado à disposição do diagnóstico, da cirurgia e de algumas terapias, do que propriamente do domínio do

conhecimento das respectivas patologias.

Até os educadores estão tão entusiasmados, que passaram a organizar os currículos dos seus cursos por meio de "competências e habilidades", isto é, segundo um perfil de resultados.

Entretanto, a desenvoltura da tecnologia tem resultados tão pródigos quanto efêmeros – isto é, a sua durabilidade está condicionada ao aparecimento do novo resultado, que substitui e sepulta o antecessor.

Por outro lado, em algumas áreas, verificam-se desequilíbrios flagrantes. Veja-se, como exemplo, a questão da energia. Recentemente, ocorreram situações de escassez de energia elétrica em países com características econômicas, estágios de desenvolvimento e coordenadas geográficas completamente diferentes, como o Brasil, os Estados Unidos e a Rússia.

Ocorre que se deu uma enorme proliferação das aplicações da eletricidade e da eletrônica, tanto na indústria, que passou a ter uma forte dependência, quanto em um mundo de utilidades colocadas à disposição do conforto e do lazer das pessoas. A arquitetura e o urbanismo, por exemplo, abandonando o acúmulo multissecular de experiências, têm optado pela acentuada artificialização dos ambientes.

Todavia, os progressos verificados na geração de energia ainda não são satisfatórios e no domínio da transmissão são, praticamente, inexistentes. Transporta-se hoje a energia elétrica da mesmíssima forma que se fazia no século XIX, quando foram instaladas as primeiras usinas geradoras – isto é, através de fios condutores.

Essas limitações impõem condições muito restritivas mesmo para as mais avançadas maravilhas tecnológicas da atualidade, independentemente de sua respectiva escala.

Um pequeno aparelho celular, que se tira do bolso e realiza a proeza de falar com o outro lado do mundo, tem parte substancial de seu peso ocupado por uma bateria cuja carga tem duração muito reduzida.

Da mesma forma, uma dessas modernas aeronaves, que realiza a façanha de cruzar o Atlântico em uma dezena de horas, necessita decolar com um peso de combustível mais de quatro vezes superior ao peso dos passageiros que transporta.

Tal grau de inconsistência e desequilíbrio, no imenso acervo de conhecimentos que alimenta o extraordinário volume de informações que, por sua vez, são repassadas ao educando, dentro ou fora do seu curso

formal de educação, pode causar grandes distorções no seu processo cognitivo.

Por outro lado, a banalização da informática, de indiscutível utilidade, inclusive no processo de ensino-aprendizagem, quando oferece possibilidades interativas de grande interesse, tem igualmente riscos.

Observe-se que o indivíduo ao manusear um computador, para o que necessita apenas de limitadíssimo conjunto de instruções operacionais, obtém, imediata e facilmente, as informações que quer ou os resultados do que manda fazer – mas não tem, de ordinário, a mínima noção das operações que foram realizadas e como o foram.

Isto é, ao apertar um botão ou dar um clique, obtém uma resposta prontíssima, mas não tem a menor idéia dos fenômenos que se processaram para a obtenção desta resposta. Da mesma forma, não tem nenhuma possibilidade de crítica, salvo se dominar o assunto que esteja na tela – o que não se pode esperar de um educando.

Violenta-se aí um dos mais preciosos instrumentos do desenvolvimento intelectual, pois a compreensão da fenomenologia dos processos é um requisito essencial da razão, que, por sua vez, tem na crítica a sua grande parceira.

Por outra parte, a educação é um bem, no entanto é um bem que não se transmite por hereditariedade. Pressupõe um processo de absorção que, para se completar, necessita da disposição e da vontade do educando – que terá, portanto, de visualizar a sua finalidade.

Enfim, o educando tem de reconhecer na sua própria educação um elemento essencial para sua realização social e, naturalmente, tem de crer e querer essa realização social. É justamente aí onde incidem, perversamente, as crises da República e da Convivência.

Estão fora de qualquer dúvida os avanços que se tem realizado em favor da consolidação da democracia. Agora mesmo, estamos às vésperas de um pleito eleitoral.

A democracia é essencial, indispensável, inegociável – mas não basta!

Na complexa organização social do mundo moderno, a democracia – essencial e indispensável, repito – só se completa com a República!

Esta sim, é que realiza, objetivamente, a soberania popular e o grande pacto nacional, que tem no homem, titular da cidadania, o centro de suas preocupações.

O Estado é o instrumento por meio do qual a República materializa o poder e a gestão, para cumprir sua finalidade. Entretanto, é

justamente no Estado, onde se configura, no Brasil, a crise da República. A cada dia, abre-se e aprofunda-se o fosso entre o Estado e a Nação.

O Brasil tem um das mais onerosas cargas tributárias e apresenta, também, uma das maiores desigualdades sociais do mundo. O que significa que o Estado, com toda voracidade tributária, tem consumido excessivamente esses recursos com a sua própria fisiologia.

Analisando apenas alguns poucos itens da produção agropecuária, verifica-se que o Brasil possui um rebanho bovino de 170 milhões de cabeças, isto é, um boi para cada brasileiro. Os suínos, caprinos e ovinos somam mais 56 milhões de cabeças. Produz 20 bilhões de litros de leite, o que corresponde a 1 litro de leite por dia para cada criança ou adolescente de 0 a 15 anos de idade.

Considerando apenas os produtos de origem vegetal que constituem a dieta trivial dos brasileiros, isto é, arroz, feijão, milho, trigo, batata e mandioca, são produzidas, anualmente, 74 milhões de toneladas, o que representa 1,2 kg desses alimentos por dia para cada brasileiro. Acrescentando a produção de cacau, café e soja que, embora não sejam integralmente consumidos aqui, suas presenças na pauta de exportações servem para compensar a insuficiência de outros, esse número eleva-se para quase 2 kg ou, mais precisamente, 1,8 kg de alimento por brasileiro e por dia, computando-se toda a população brasileira – ou seja, incluindo as crianças de colo e os idosos.

O que se vê, entretanto, é o quadro dantesco de adultos e crianças catando lixo! São 30 milhões de brasileiros com fome! Porque o Estado não tem sido capaz, sequer, de estabelecer a harmonia entre o que a nação produz e o estômago do seu povo!

Em nome do direito, da tranquilidade e da segurança das pessoas, é conferido ao Estado o poder de polícia, o poder de julgar e condenar as pessoas e o poder e a responsabilidade da custódia e do cárcere. No entanto, o que se tem visto, escancaradamente, são presidiários comandando o crime e a contravenção de dentro dos presídios!

Há poucos dias, altos dignitários do Estado - Governadores, Magistrados, Titulares de Pastas de Segurança e de Justiça, Presidentes de Tribunal e Comandantes Militares - vieram à televisão para declarar as suas respectivas dificuldades e impossibilidades com relação à custódia de um único preso!

Esse preso, por sua vez,

naturalmente também não confia na segurança do Estado, pois se move na prisão acompanhado sempre de outro preso, como seu segurança particular!

Esse episódio se constitui na afirmação mais aberta, mais triste e mais vergonhosa do reconhecimento da incapacidade do Estado.

A confluência dessas crises, agravada pela questão das drogas, da explosão demográfica que não foi contida, da proliferação das favelas que foi facilitada pelo clima tropical, da impunidade do crime, do crescimento da pobreza, resultaram na explosão da violência e na escassez de oportunidades. É essa a situação que gera a crise da Convivência.

A crise da convivência é configurada pelo medo e pela competição.

Medo da rua, do bairro, do beco e do parque. Medo do carro, do guarda e da porta. Medo de quem segue, quem passa e quem vem. Medo de si mesmo. Medo do dia, da noite e do amanhã!

A crise da Convivência agride e maltrata a mais essencial e a mais natural das vocações do ser humano: a de se relacionar e se associar.

Todavia, se a educação é vitimada por essas circunstâncias é, reconhecidamente, verdadeiro que se constitui em instrumento indispensável para a sua superação. Vê-se, pois, as proporções da tarefa a que os educadores estão convocados.

É necessário ter em conta de que essas crises são de natureza essencialmente conjuntural, subordinadas, assim, a caprichos mais persistentes da História.

A humanidade sempre foi capaz de superar as suas grandes dificuldades. Venceu as epidemias, as tormentas, as tiranias e as guerras.

A ciência, por seu turno, soube sempre dar respostas às demandas do desenvolvimento humano. Moveu-se sempre, aliás, sob a pressão dessas demandas.

A questão da energia, por exemplo, já não pode mais tardar. Provavelmente, ainda neste século, as ciências físicas darão, no particular, um dos mais importantes passos da história, o que irá permitir a desconcentração da produção, favorecendo o reencontro do homem com a natureza.

No que diz respeito ao Brasil, há condições especialmente favoráveis.

Registre-se, aliás, que se comemora neste ano o centenário de nascimento da figura extraordinária de **Juscelino Kubitschek** – que deu a mais eloqüente demonstração de que este País é absolutamente viável!

De todas as formas, a História tem, igualmente, demonstrado que um povo consegue sempre vencer suas dificuldades, na medida em que é capaz de se unir e na proporção da sua criatividade.

A unidade é um dos traços mais marcantes do Brasil.

A sociedade brasileira recebeu as mais diversas contribuições culturais e étnicas, entretanto, agregou-se em sólida unidade nacional.

Nenhum outro País, com a extensão territorial e a diversidade social e geográfica do Brasil, apresenta a unidade de língua de modo tão uniforme. É preciso ressaltar que esta unidade não se estabeleceu porque, há cinco séculos, as distâncias eram curtas e a comunicação era fácil. Muito ao contrário, até há pouco tempo, muitas distâncias eram intransponíveis e a comunicação quase impossível.

A unidade de língua, antes de ser um propósito, é um símbolo. Se firmou como a expressão de vocação nacional, desde os primeiros dias da História deste País.

No Brasil, a Pátria e Nação se confundem!

Quanto à criatividade, deve se considerar que dois terços da nossa população tem menos de trinta e cinco anos de idade. O Brasil é, portanto, um país de crianças, jovens e moços.

Devo confessar que os anos passados, denunciados por estes cabelos brancos, conseguiram me afastar apenas da minha própria mocidade.

Nos moços creio e confio – são eles e sempre serão os titulares da criatividade! Afinal, são sempre os moços que escrevem o futuro!

Por isso, é que me apresento à esta augusta Academia, consciente das adversidades do momento, mas otimista.

Seu lema, não obstante, me intimida: *Luceat Lux Vestra!* Eu não seria capaz, sequer, de fazer penumbra no mais escuro dos cômodos.

Chego, pois, de mãos vazias. Trago apenas um pequeno alforje, tão pequeno que cabe na minha própria mente. Todavia, como as caixinhas de jóia, julgo conter dois preciosíssimos bens – que, ao longo da vida, tanto me têm servido.

Senhor Presidente, senhores Acadêmicos, caros convidados, fui buscar nos céus essas duas preciosidades.

De contemplar o firmamento, encontrei, no equilíbrio dos astros, o **Princípio da Harmonia**, como uma das grandes lições

do universo sobre o homem!

E trago comigo, do fundo da alma, da vida e do ser, a **Esperança**, como um grande legado que o cristianismo me concedeu!

Muito obrigado!

Disciplina X Indisciplina : Por todos os séculos e séculos , assim será.

Lucila Rupp de Magalhães*

A jovem educadora demonstrava em sua fala, olhar e gestos todo o seu espanto e inquietude, decorrentes de um roteiro inesperado, numa história , da qual participara como uma das protagonistas.

Ainda confusa, ela passou a contar que na escola aonde trabalhava, um determinado aluno andava totalmente desligado nas aulas, não trazia o material solicitado pelos professores, não cumpria as tarefas, provocava seus colegas para o riso e a desordem, durante as atividades pedagógicas; e, ainda por cima, andava sujo. Era evidente: banho não fazia parte dos seus hábitos cotidianos. O mau cheiro que exalava conduzia a uma conclusão desse tipo. Podia-se dizer que era um aluno "indisciplinado", no que se refere à prática educativa e ao convívio social.

As queixas dos seus professores chegaram aos profissionais do Serviço de Orientação Psicopedagógica. Queixas uníssonas e coerentes. A cada dia um novo motivo as justificava. Conversas e conversas com o aluno em nada mudaram o quadro. Até que em um desses encontros, diante das indagações da Orientadora, seguiu-se um diálogo estarecedor:

— Por que você não trouxe o caderno?
— Eu não tenho caderno, respondeu ele.
— Por que você não trouxe o livro de exercícios? Insistiu a orientadora.
— Eu não tenho livro de exercícios.
— Você não tem mesmo o livro ou o que é que está acontecendo? Você sabe que os professores têm reclamado dos seus esquecimentos e de seu comportamento em sala de aula. Mesmo com todas as nossas conversas, em nada você tem se modificado. Desse jeito não temos outra solução que não seja a de chamar sua mãe para que nos ajude em seu acompanhamento.

— Professora, acontece que eu não tenho mãe.

Esta declaração deixou atônita a orientadora, a quem ele chamava de professora, que rapidamente olhou a ficha do aluno. Lá estava o nome da mãe do aluno. Mas, se ele dizia que não tinha mãe, o que teria acontecido? Teria morrido? Alguma falha nos registros da escola?

Com algum comentário de pouca consistência, a orientadora encerrou a entrevista e voltou para a sua equipe psicopedagógica, relatando a chocante informação obtida junto ao aluno. As reações se consubstanciaram em comentários:

— Meu Deus, como fomos precipitados. Que sentimento de culpa!

— O menino sofrendo porque sua mãe morreu e nós não nos demos conta de um problema maior!

— O que vamos fazer agora?

Checar as informações foi a primeira medida. Ele tinha mãe. Ela estava viva, era uma profissional liberal bem sucedida financeiramente, eles viviam na mesma casa e em família. O seu nível socioeconômico era considerado alto.

Chame-se, então, a mãe desse aluno. Ela compareceu, após algumas insistentes convocações. Suas respostas diante do relato da orientadora:

— Meu filho é independente, livre. Ele faz o que quer. Se ele quiser estudar, estuda. Se não quiser, não estuda. Se quiser tomar banho, toma. Se não quiser não precisa.

Isto tudo para explicitar que as questões relacionadas à disciplina estão intimamente relacionadas ao conceito de liberdade que cada ser humano ou grupo social considera como pertinente e correto.

Para a mãe desse aluno, ser livre significa fazer o que se quer, onde se quer e como se quer. Por que motivo será que ele afirmou que não tinha mãe?

Hipóteses não faltam.

Deixo para você, caro leitor, um bom motivo para infundáveis conjecturas. Coisa para muito tempo.

Talvez ,a afirmativa de Gramscy aqui se aplique, para atizar reflexões sobre esta incógnita. "Disciplinar-se é tornar-se independente e livre.

A água só é pura e livre quando corre entre as duas margens dum regato ou de um rio. Não quando é derramada caoticamente no solo ou, rarefeita, se propaga na atmosfera"

O conceito de liberdade, assim expresso, evidencia a ambigüidade que costuma acompanhar as discussões e elucubrações sobre o tema "ser livre", "ser independente".

Já dizia, há mais tempo, o filósofo

* Educadora e autora do livro *Aprendendo a lidar com Gente : Relações interpessoais no cotidiano*

Epicteto :

"Nenhum homem que não domine a si (mesmo) é livre."

O que comentar sobre isto e como estabelecer uma relação com as questões disciplinares?

O querer fazer sempre o que se quer, onde se quer e do jeito que se quer corresponde a tendência ao totalitarismo, que existe em cada ser humano. Essa tendência tem origem no egocentrismo (eu como centro), que caracteriza a espécie humana. O egocentrismo se manifesta, no comportamento humano, de maneira mais ou menos exacerbada, a depender de uma multiplicidade de fatores: características pessoais, culturas, processos educacionais etc. Como os grupos sociais são formados por indivíduos, a tendência ao totalitarismo emerge em diferentes organizações e regimes sociais, sob diferentes formas e roupagens e recebe tratamentos diversos; também, neste caso, dependendo de uma série de aspectos a serem considerados.

Como indivíduos, tendemos a ser escravos de nós mesmos, se nos deixarmos dominar por nosso egocentrismo. Por quê? Porque nos tornaremos reféns de nossas ambições, emoções e idiossincrasias. Por outro lado, como somos diferentes física, emocional, social, espiritual e culturalmente, cada um de nós conta com um particular patrimônio de experiências, conhecimentos, necessidades e peculiaridades pessoais.

A vida, a todo instante, exige que nos organizemos em grupos em função de circunstâncias e projetos existenciais. Todos diferentes, temos que fazer coisas juntos visando a objetivos estabelecidos. Isso vai acontecer na família, no trabalho, no lazer. Ora, se quisermos que só o nosso particular querer vingue sob o argumento da liberdade, desconsiderando os demais integrantes do grupo, possivelmente nos veremos seguidamente frustrados, ignorados, rejeitados ou fazendo uso de comportamentos destrutivos e autoritários.

Desse território das diferenças e da diversidade de anseios, aspirações e percepções correspondentes à variedade de histórias e contextos dos sujeitos que integram um grupo, surge a necessidade dos códigos, leis, convenções, regimentos e normas. Todos formulados em função da convivência e do bem comum. Daí decorre a grande dificuldade do legislador, uma vez que, inevitavelmente, jamais teremos todos os nossos anseios e expectativas atendidos plenamente, se pensarmos em relações democráticas e cidadãs. Por outro lado, fazendo parte de um grupo democrático, teremos

possibilidades de argumentar e de reivindicar, na medida em que nos sintamos prejudicados, por nos ser solicitado que abdicuemos totalmente de nossos pessoais quereres. O pensamento democrático pode ser sintetizado pela seguinte fórmula: nem só eu, nem só o outro, mas sim eu e o outro.

Partindo-se desse pressuposto, a disciplina passa a ser um pré-requisito para o exercício da cidadania. E afirmo sem temor: A democracia comporta uma exigência paradoxal: da tolerância à frustração.

A disciplina é um bem necessário e indispensável para o desenvolvimento pessoal e grupal. Ela nos ajudará na consecução de objetivos, na concretização de projetos, no planejamento de vida, na retomada de questões difíceis e adversas, na alternância de atividades, no aproveitamento de recursos naturais, econômicos, e muito mais. Ela pode se transformar em um bem supérfluo, caso sua prática não seja motivo de reflexão e análise contínuas, face às transformações pessoais, contextuais e conjunturais.

É preciso registrar ainda que a indisciplina deve ser sempre objeto de consideração reflexiva, porque ela não surge por geração espontânea. A indisciplina é um sintoma. As suas causas podem estar localizadas no âmbito pessoal, familiar, escolar ou da comunidade. Essas causas podem se consubstanciar em algum ou em alguns integrantes de determinado grupo. Os aspectos físicos, emocionais, familiares, escolares, culturais, sociais e econômicos devem ser considerados em sua abrangência e particularidades. Todos os participantes da proposta educativa de um aluno são possíveis provocadores de atitudes tidas como de indisciplina, e aí estão incluídos, além dele mesmo, pais, familiares, colegas, professores, orientadores, coordenadores e diretores, entre outros sujeitos. Da análise reflexiva podem, inclusive, resultar constatações sobre a necessidade de se ajustar, modificar ou atualizar conceitos relativos ao que se pretende estabelecer como normas disciplinares.

Para consolo de todos, informo que a questão não é nova; ao que parece, ela tem atingido outras gerações:

"Nossa juventude adora o luxo, é mal educada, caçoa da autoridade e não tem o menor respeito pelos mais velhos. Nossos filhos são verdadeiros tiranos" (Sócrates, 470- 399 A.C.)

Isto posto, não custa lembrar o que nos diz W. Blake:

"Esquecemo-nos freqüentemente, de que as pessoas com quem temos de conviver também têm de conviver conosco."

A Hora da Chamada

Lucila Rupp de Magalhães*

Soube pela mestra Hilda Jardim que havia sido publicado naquele dia, no Diário Oficial, o registro de meu contrato como professora substituta, para atuar na terceira série primária do curso supletivo e deveria apresentar-me, à noite, no Grupo Escolar Leite Ribeiro para iniciar minhas atividades. Fiquei radiante.

Cumpri o ritual, aprontei-me e lá fui eu. A diretora, Prof.^a Elvira, após passar-me as primeiras instruções sobre livro de ponto, horários, programas, livros adotados, etc. apresentou-me a alguns colegas na sala dos professores e levou-me para a sala de aula.

Lembro-me que fui submetida a uma escalada de emoções em um único dia. Nesse momento, diante dos alunos, meu coração atingiu o ápice da sua capacidade de disparar. Mais apresentações e, então, a Diretora, antes de retirar-se, disse-me:

- Entrego-lhe, agora, a sua turma...

E ali estávamos nós. Eu e eles. Eles e eu, naquele espaço que era a sala de aula.

E como iniciar? Em flashes de segundos, as idéias colidiam em minha mente. Eu não podia vacilar, tinha que demonstrar segurança. A decisão fez-se rápida pelo caminho histórico da reprodução e foi assim comunicada:

- Boa noite! Meu nome é Lucila, ficarei com vocês por três meses substituindo a Prof.^a M.^a Lúcia e, agora, para começar vamos fazer a chamada.

Como sempre vira acontecer, realizei o meu primeiro ato pedagógico em sala de aula. Um por um, eu os chamei em ordem alfabética, e as respostas correspondiam a pessoais "presente", ou, após rápida checagem, se faziam registrar em nome daqueles que não se encontravam, o veredicto "ausente", alguns acompanhados de justificativas e explicações, outros não. Entre um comentário e outro formalizaram-se, concomitantemente, as apresentações.

Frações: esse o conteúdo indicado como ponto de retomada. Obedientemente dei a partida. Como e o que ensinei, recordo-me vagamente, mas me senti dando conta do recado...

A minha primeira aula, para mim foi um sucesso. Gostei tanto que não via a hora de retomar no dia seguinte. Os sentimentos que predominaram entre os alunos e o que realmente aprenderam, acredito, hoje, que jamais saberei. Naquela época, se fosse questionada sobre isso, certamente teria respostas prontas e definitivas para essas questões.

Mas, vamos retomar a hora da chamada.

Eu reproduzi automaticamente, conforme o que aprendera até então, mediante observações do exercício pedagógico daqueles que tinham sido meus mestres nas escolas que integravam o meu modesto "curriculum vitae". Nomes presentes e nomes ausentes...

Mas, afinal, quem eram meus alunos? Adultos em Curso Supletivo. Trabalhadores braçais, pedreiros, garis, domésticas, padeiros, lavadeiras, ou exerciam ocupações similares que exigiam pouco no que se refere à escolaridade.

Lembro-me bem de uma aluna contando feliz o fato de haver deixado de trabalhar como doméstica para trabalhar em uma fábrica. Perguntei-lhe, então, o que fazia no atual emprego. Ela esclareceu:

- Descasco bananas.

Reparei, naquele momento, que suas mãos eram grossas e manchadas de nódoas escuras.

Devo declarar que a chamada e tudo aquilo que foi feito e dito não me dizia nada de mais importante. Eram dados, curiosidades para os quais eu, sinceramente, não identificava, ou sequer vislumbrava qualquer possível relação com o trabalho que deveria desenvolver como professora daquela turma. O que importava realmente era dar uma aula sobre frações, cumprindo o programa de acordo com as instruções de D. Elvira.

É claro que tenho um atenuante para tamanha inconseqüência e ignorância, afinal, naquela época eu tinha 15 anos de idade e acabara de ingressar no "Curso Normal" e, com isso, conquistara o direito de ser contratada como substituta para atuar na rede estadual de ensino do Estado do Rio. O que eu sabia sobre o quê, como, para quem e para que ensinar reduzia-se ao que aprendera nos primeiros meses de aulas do 1º.

* Mestre em Educação, Psicopedagoga, Mediadora Feurstein's Instrumental Enrichment, Especialista em Relações Interpessoais, Crescimento Pessoal, Ex-Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Consultora, dentre outras, das seguintes Instituições: Secretarias de Educação (BA, SC), CONSULTEC, SENAC, SESC, SINEPE, UNOESC, UESC, Fundação para Desenvolvimento da Ciência, Colégios: Adventista, Marista e C.E. Vitória Régia.

ano, do Curso Normal, somado ao que vira fazer meus professores em sala de aula e às brincadeiras de escolinha na infância.

O ano que isso ocorreu? 1961. A quantas andava o Mundo, o Brasil, o Estado do Rio, Niterói, o bairro do Fonseca e o lugar onde eu vivia e viviam meus alunos? Em que ponto estavam nossas histórias de vida? Como cada uma daquelas pessoas, reunidas naquela sala de aula, se faziam representar naquele momento? O que traziam consigo, quais as suas crenças, valores, aspirações, expectativas, objetivos e posições político - ideológicas? Qual a visão de mundo de cada um? Quais os conhecimentos que dispunham em seus particulares repertórios? O que desejavam aprender e ensinar - por quê e para quê?

Sim, porque, embora eu nem desconfiasse, naquela época, as respostas correspondentes a essas e outras indagações dessa natureza correspondiam a aspectos e características peculiares a cada um daqueles que integravam a "nossa sala de aula", cujo conhecimento era essencial para a compreensão do fenômeno diário que ali ocorria em nossas interações no ato que deveria ser recíproco, o de ensinar e aprender.

Recorro aqui a Piaget: afirma ele que conhecer é estabelecer relações para reconhecer que, dessa forma, eu começava o meu trabalho sem uma base de sustentação. Eu queria ensinar. Eles queriam aprender, mas eu não conhecia realmente a minha turma. Eu não estabelecia relações entre as suas representações, as minhas, o momento histórico, o conteúdo a ser ensinado / aprendido, e o contexto sócio / econômico e político em que exercitávamos nossa prática educativa.

Na verdade, eu não tinha consciência disso, mas lançava o que pretendia ensinar a esmo, era um autêntico jogo da lota, poderia acertar ou não. Com probabilidades acentuadamente improváveis de alcance dos objetivos a que me propunha, uma vez que eu ignorava dados indispensáveis para uma ação conjunta, e o pior era que esses dados não se referiam somente a questões ligadas ao contexto e aos alunos. Muitos dos dados desconhecidos reportavam-se a mim mesma. Eu me desconhecia como sujeito integrante e peça fundamental nesse ato interativo por meio do qual me propunha operacionalizar e desenvolver conhecimentos.

Aliás, somente muitos, muitos anos mais tarde, depois de incontáveis interações desse tipo, em salas de aula as mais diferenciadas que se possa supor, leituras, estudos, experiências e pesquisas é que passei a reconhecer

consistentemente a importância desse conhecimento como indispensável para qualquer ação educativa efetiva que fuja do costumeiro jogo de faz de conta, o qual, intencionalmente, ou não, permeia as relações professor / aluno na escola.

Encontram-se nesse percurso as raízes do Programa Qualidade em Educação que venho desenvolvendo com educadores desde 1993, que tem como um de seus princípios básicos o seguinte: ***Toda ação individual ou social perpassa antes de tudo por pessoas, ou seja - por cada um de nós.***

Assim, a ação conjunta de ensinar e aprender perpassa por todos aqueles que se encontram envolvidos nesse acontecimento e encontram-se reunidos em uma sala de aula, em um determinado tempo histórico vivencial.

Dessa forma, esse princípio abrange todas as representações contidas no momento em que acontecem, incluindo-se aí espaço físico e sujeitos envolvidos no fenômeno ensino / aprendizagem, inclusive aquelas que são decorrentes de suas trocas interativas.

O que desejo dizer é que nós estávamos ali, com toda nossa vida, história e momentos particulares e, por isso, qualquer que fosse a proposta de ação para esse grupo, deveríamos ser considerados individualmente e no conjunto de nossas representações com todo o aparato circunstancial e histórico que nos situa e concede identidade no tempo e no espaço.

E o que vêm a ser essas representações?

Representação é a reprodução daquilo que se pensa no sentido usual. Já no sentido filosófico é o conteúdo concreto aprendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento. Vamos agregar essas definições a fim de tentarmos entender o que aconteceu naquele dia, nos idos de 1961, no meu 1º. dia como professora em sala de aula.

Começamos por mim - o que representei naquela ocasião, o que evoquei e trouxe para amparar-me naquela desafiante situação? Evoquei o que sabia - quase nada sobre manejo de classe e jeito de ensinar, os conteúdos que dispunha sobre frações para sustentar toda a minha insegurança, ansiedade e desconhecimento face ao enfrentamento daquela solicitação: *dar uma aula*, que me era cobrada naquela noite. Esses sentimentos, e muitos outros, embora eu não me desse conta, se faziam também representar e influenciavam meus comportamentos simpáticos, sedutores, risonhos e defensivos naquela ocasião.

Se faziam representar, ainda:

- o meu desconhecimento político - ideológico sobre uma década que se iniciava revolucionária, em usos, costumes, avanços científicos e

tecnológicos, com conseqüências reacionárias ou mudanças sociais e culturais;

- as características próprias de uma adolescente, *crente que estava abafando* ao dar uma aula, para pessoas que, *com certeza*, sabiam menos que ela (a apresentação de trabalho para a própria turma de ginásio me fizera sofrer muito mais, a voz e as pernas chegaram a ficar trêmulas);

- os valores inculcados na formação de uma menina de classe média alta, educada em colégios religiosos femininos;

- o sabor da perspectiva de ganhar dinheiro valendo-se do próprio trabalho, em uma época em que os ventos haviam virado e as vacas andavam magras para comprar supérfluos irresistíveis aos quinze anos.

Poderia prosseguir e destrinchar infundáveis representações pessoais projetadas naquele evento, mas passemos para os alunos. Jamais poderei afirmar quais eram as representações daqueles estudantes. Dentre algumas hipóteses de possíveis conhecimentos reproduzidos e encharcados de uma multiplicidade de sentimentos, que poderiam se fazer representar naquele ato em comum, posso levantar: sonhos, felicidade por estarem freqüentando a escola, crença na possibilidade de ascensão social por meio do estudo; cansaço após um dia árduo de trabalho, descrédito em suas potencialidades para aprendizagem. Contudo, suponho apenas. Afinal, desperdicei uma excelente oportunidade de aprendizagem sobre eles e suas representações, ao mecanicamente identificá-los como nomes presentes, ausentes e considerar que minha tarefa, naquela ocasião, reduzia-se a ensinar-lhes frações. Reflexões sobre episódios semelhantes levaram-me a trabalhar e escrever sobre a ingenuidade do educador, analisando especialmente a questão do poder contido, representado e exercido, seguidas vezes, neste espaço - sala de aula -, de forma equivocada e comprometedor por ser ignorado, sub ou superestimado. Dentre outras considerações sobre o assunto, repito as que se seguem:

Superestimamos quando, quixotesca-mente, desconhecendo as intrincadas sutilezas do poder, nos lançamos a tudo mudar, a partir de nossa ação particular e fragmentada.

Subestimamos quando deixamos de considerar os níveis de relações mais próximos nos quais perdemos, verdadeiramente, possibilidades de oportunizar mudanças, crescimento pessoal e social.

Usando esse poder existente em nosso âmbito de atuação - sala de aula, tenho promovido, estimulado e divulgado mudanças a partir de rotinas aparentemente singelas e

inexpressivas como: a hora da chamada, que passa a ter significado de chamamento no sentido de despertar, estar atento, alerta para as pessoas como seres únicos em todos os aspectos biopsicossociais que os caracterizam naquele dia, naquela hora, naquele espaço para desencadear-se o fenômeno social de uma interação (ação entre) em sala de aula, que resulte em efetivo desenvolvimento individual e social. Sirvo-me de um segundo princípio para respaldar e orientar essa nova perspectiva e assim o expresso: **Tudo tem a ver com tudo.**

A hora da chamada a que me refiro não se destina somente aos alunos, ousaria dizer que ela comporta um primeiro nome ao qual devo estar vigilante - o meu próprio, como responsável pela condução dessa ação conjunta. Todos os questionamentos que permitiriam conhecer melhor os alunos e situá-los no tempo e no espaço se aplicam ao professor, no caso eu. E a concretização dessa atitude corresponde a um ato de coragem a tal ponto idiossincrática que me levam a declarar na publicação *Construindo*, ensinando e aprendendo no Senac, de forma enfática que: *a minha aula é a minha cara, a sua aula é a sua cara*. Se observarmos bem verificaremos que nossas aulas são quase autobiográficas.

Por outro lado, a hora em si mesma é indefinida em relação ao quando deve acontecer. No princípio, no meio, no fim? Acredito que no sentido de compreensão dos múltiplos aspectos que interagem, se interinfluenciam, surgem, se modificam nesse verdadeiro laboratório de acontecimentos entre seres humanos, que é uma sala de aula, a hora da chamada é uma constante enquanto dura esse evento.

Aliás, corrigindo, ela pode anteceder e estender-se muito além da aula propriamente dita. Aqui se aplica o terceiro princípio em que apoio meus projetos de trabalho com mestres / alunos e tomo por empréstimo de Dewey, quando afirma: **"Educação é vida"**, ou seja, tudo está lá representado, em nossa prosaica sala de aula.

Diante do exposto, e como as representações são múltiplas, constantes e dinâmicas, ao que tudo indica só existe uma forma de sobreviver-se como professor em sala de aula, que seria tornar-se pessoalmente um pesquisador diário, observando a tudo e a todos e transformar a sala de aula, em seu conjunto e componentes, num objeto de investigação intrigante, atraente a desafiar-nos sempre, ininterruptamente, para decifrá-la como se fosse um enigma. Como? Isto fica para o nosso próximo artigo, aguardem...

Referências Bibliográficas

- BLEGER, José. *Psicologia de la Conduta*. Buenos Aires: Editorial Paidós. SAICF, 1992.
- DEWEY, John. *Vida e Educação*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos. Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.
- DUARTE, Newton. *Individualidade Para Si*. Contribuição a uma teoria social da formação do indivíduo. Coleção Contemporânea. Campinas: Editora Autores Associados, 1993.
- GUNTHER, Zenita Cunha & COOMBS, Artur. *Educação de Pessoas*. Belo Horizonte: UCMG, 1980.
- HARGREAVES, David H. *Las Relaciones Interpersonales en La Educacion*. Artes Gráficas Benzal, 1979.
- MAGALHÃES, Lucila Rupp de. *A ingenuidade do Educador*. Blumenau: Blumenau em cadernos, T.32, n. 1, p. 2-3, Janeiro, 1991.
- _____. *Alguns enfoques sobre a Teoria de Jean Piaget*. Bahia: Senac, 1993. (mimeo).
- _____. *Consciência coletiva e engajamento individual*. In: *Educação Algumas Reflexões*. Salvador: Press Color, 1989.
- _____. *Construindo, ensinando e aprendendo no Senac*. Salvador: PAFES- Programa de aperfeiçoamento e formação de educadores do SENAC. Fascículo IX, 1997.
- MORAIS, Regis de. *Cultura brasileira e educação - Estudo histórico-filosófico*. São Paulo: Papirus, 1989.
- MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento Interpessoal: leituras e exercícios de treinamento em grupo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Equilíbrio das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- PICHON, Reviere E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ESTATUTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

(ADAPTADO À REFORMA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DE 16/05/1997)

Capítulo I

Natureza, Sede, Foro e Duração

Art. 1º - A Academia Baiana de Educação, fundada em 09 de setembro de 1982, associação cultural sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Salvador. Capital do Estado da Bahia e prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelas disposições deste Estatuto, normas regimentais que adotar e demais dispositivos legais aplicáveis.

Parágrafo Único - A Instituição, que funcionou regularmente desde a supracitada data, passa a ter personalidade jurídica a partir do registro deste Estatuto.

Capítulo II

Finalidade e Competência

Art. 2º - A Academia tem por finalidade estudo e pesquisa, definição e interpretação dos fatos, fenômenos e problemas da educação e ensino na sua acepção geral, competindo-lhe, como órgão de cooperação cultural, consultas, incentivos, promoções e realizações no campo educacional:

- I - manter intercâmbio com as congêneres nacionais e estrangeiras, demais instituições e órgãos culturais, oficiais e particulares, relacionados com a educação e o ensino;
- II - cultuar os fatos da educação e da memória, vida e obra de seus patronos, de titulares falecidos e de outras figuras e vultos da educação e do ensino;
- III - promover cursos próprios ou em convênio, de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização e especialização, sobre educação e ciências pedagógicas, nos seus vários graus ou níveis;
- IV - promover conferências, congressos e atividades outras que visem a elevar e melhorar nossos padrões culturais e de ensino;
- V - instituir prêmios a serem atribuídos a estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada e a profissionais de educação;
- VI - adotar iniciativas e realizações outras que signifiquem preparação pedagógica ativa para a vida social, inclusive de consultoria sobre assuntos de pedagogia e de educação.

Capítulo III

Constituição do quadro e provimento das cadeiras

Art. 3º - A Academia Baiana de Educação é constituída de

40 (quarenta) cadeiras, ocupadas por membros titulares, tendo cada uma delas um patrono, que tenha sido educador, professor ou estudioso de fatos e problemas da educação na Bahia.

§ 1º - Haverá um quadro especial de 5 (cinco) membros eméritos, a ser preenchido, com a prévia aquiescência dos indicados, por membros titulares que tenham mais de 70 (setenta) anos de idade e pertençam há mais de 10 (dez) anos à Academia, e que tenham colaborado ativamente para o desenvolvimento e o renome do sodalício, ficando vaga, com cada escolha, a correspondente cadeira de membro titular.

§ 2º - A Academia terá, ainda, as categorias de sócios beneméritos, benfeitores, honorários, colaboradores e correspondentes.

§ 3º - O provimento das diversas categorias de membros e sócios da Academia será feito na forma disposta no seu Regimento Interno.

§ 4º - Sem prejuízo do número de vagas estipulado no § 1º, são considerados membros eméritos "in memoriam" os sócios fundadores Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Antonino de Oliveira Dias e

Raymundo José da Matta, podendo a Academia conceder o mesmo título a outros membros titulares falecidos que se tenham destacado por especiais serviços prestados à instituição.

Art. 4º - São membros fundadores os que, em número de nove (9), criaram a Academia Baiana de Educação, constando da relação que se segue: Raymundo Nonato de Almeida Gouveia, Edivaldo Machado Boaventura, Antônio Pithon Pinto, José Newton Alves de Souza, Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Remy Pompílio de Souza, Adroaldo Ribeiro Costa, Antonino de Oliveira Dias e Raymundo José da Matta.

§ 1º - São membros da Academia os membros titulares e eméritos admitidos.

§ 2º - Será considerado renunciatário o membro da Academia que, sem motivo justificado, a juízo da Assembléia Geral, faltar a 2/3 (dois terços) da sessões durante 1 (um) ano ou deixar de pagar a anuidade por igual período, competindo à Diretoria dar eficácia ao disposto neste parágrafo.

Capítulo IV

Administração da Academia

Art. 5º - São órgãos da Academia:

- a) a Diretoria;
- b) a Assembléia Geral.

Art. 6º - A Diretoria é constituída dos seguintes membros.

- 1 . Presidente
- 2 . Vice - Presidente
- 3 . Primeiro Secretário
- 4 . Segundo Secretário
- 5 . Tesoureiro
- 6 . Diretor da Revista e da Biblioteca
- 7 . Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo

Art. 7º - A Diretoria será eleita por um período de dois (2) anos, podendo ser reeleita total ou parcialmente e exercerá o seu mandato gratuitamente.

§ 1º - As vagas ocorridas em cargos da Diretoria, no primeiro ano do mandato, serão preenchidas por eleição e as ocorridas no segundo serão preenchidas pela Diretoria.

§ 2º - A eleição da Diretoria será feita no penúltimo mês do seu mandato.

§ 3º - As atribuições e obrigações da Diretoria serão definidas no Regimento.

§ 4º - A diretoria apresentará relatório circunstanciado no início de cada ano.

Art. 8º - As sessões da Academia serão instaladas com o mínimo de 5 (cinco) membros presentes, entre titulares e eméritos, só podendo deliberar com o mínimo de 9 (nove) membros das referidas categorias.

Art. 9º - A Assembléia Geral será constituída pelos membros titulares e eméritos, só podendo deliberar com a presença, em primeira convocação, da maioria absoluta e, em segunda convocação, da maioria dos presentes, respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 10º - A Academia deverá manter-se, financeiramente, com a contribuição dos seus associados, doações, renda de cursos e de outras atividades e fontes de receita, sendo que, enquanto não tiver sede própria, fará as suas reuniões em locais condignos, cedidos ou alugados.

Parágrafo Único - A aplicação de suas rendas será para fins desta instituição no território nacional.

Capítulo V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 11º - A Diretoria é responsável pelas obrigações e resoluções tomadas por maioria, cabendo ao seu presidente representá-la, na forma do Regimento.

Art. 12º - Em caso de dissolução da Academia, os seus bens e valores serão entregues ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ou a entidade congênere.

Art. 13º - A Academia reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias, da Diretoria e da Assembléia, ou em sessões públicas, comemorativas e de posse, bem assim reservadas.

Parágrafo Único - Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro serão considerados de recesso, podendo haver convocação especial.

Art. 14º - O presente estatuto deverá ser regulamentado por um regimento, no prazo máximo de 6 (seis) meses, aprovado pela Assembléia Geral, e so-

mente poderá ser modificado pela maioria absoluta dos membros eméritos e titulares, por proposta da Diretoria ou da referida Assembléia.

Art. 15º - O extrato do presente Estatuto será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de registro em Cartório e demais providências pertinentes.

Art. 16º - Até o final do seu mandato, a Diretoria eleita para o biênio 1996/1998 permanecerá constituída pelos cargos para os quais foram eleitos os atuais ocupantes.

REGIMENTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

TÍTULO PRIMEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da Admissão de Acadêmicos

Art. 1º - A admissão de membro titular da Academia está sujeita às seguintes condições:

- a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, educador, professor ou especialista em educação, com experiência e amplos serviços prestados à causa, ter domicílio no Estado da Bahia e possuir idoneidade moral e científico-cultural;

- b) ser escolhido na forma de processo específico, composto das seguintes etapas:

- 1 - Decorridos 30 (trinta) dias da declaração de vacância da cadeira, a Academia reunir-se-á em sessão adremente convocada, com a presença mínima de 9 (nove) membros titulares e eméritos, quando será facultado a cada acadêmico indicar, em envelope fechado, o nome de sua preferência para preenchimento da vaga:

- 2 - Os membros titulares que se encontrarem impossibilitados de comparecer à sessão referida no item anterior poderão encaminhar as suas indicações ao Presidente da Academia, em envelopes fechados;

- 3 - Apuradas imediatamente as indicações, será organizada lista dos nomes que tiverem obtido pelo menos 3 (três) preferências, para fins de votação.

- 4 - Após 30 (trinta) dias da organização da lista, em sessão com a presença mínima de titulares e eméritos exigida pelo estatuto, proceder-se-á, através de voto secreto, à eleição do novo membro, em até 3 (três) escrutínios, sendo escolhido aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos dos acadêmicos presentes.

- 5 - Somente será feita a proclamação do nome eleito após sua aceitação, por escrito, ao receber comunicação feita pelo Presidente.

- 6 - Continuará vaga a cadeira, caso nenhum nome tenha alcançado, após os 3 (três) escrutínios, a

maioria absoluta dos votos, ou no caso de recusa pelo escolhido.

Capítulo II

Art. 2º - O membro emérito será escolhido pela Assembléia Geral, dentre os membros titulares, mediante a indicação de, pelo menos, dez (10) membros titulares e eméritos, atendido o disposto no parágrafo primeiro do art. 3º do Estatuto.

Parágrafo Único - O membro emérito manterá os mesmos direitos e prerrogativas do titular, estando dispensado, a seu critério, das anuidades e freqüência às sessões.

Art. 3º - Só poderão ser membros correspondentes personalidades de comprovado mérito, que residam e tenham domicílio fora de Salvador, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelo menos dez (10) titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 4º - Só poderão ser membros honorários educadores de notável saber em pedagogia e educação, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelo menos (20) vinte titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 5º - A particulares e instituições que fizerem donativos à Academia ou tenham prestado serviços de alta relevância à entidade, serão conferidos diplomas de benfeitores ou de beneméritos.

Das Atribuições da Diretoria

Art. 6º - Ao Presidente compete:

- a) zelar pelos interesses da Academia e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento e as resoluções da Diretoria;
- b) convocar e presidir as sessões da Academia, enunciando a ordem do dia e dirigindo os trabalhos;
- c) manter a disciplina nas discussões, não permitindo que os debates tomem caráter pessoal;
- d) representar a Academia em juízo e em qualquer ato ou solenidade, podendo fazer-se substituir por outro acadêmico que para esse fim designar;
- e) apresentar relatório anual das atividades da Academia;
- f) nomear e demitir o pessoal administrativo da Academia e, *ad referendum* da Assembléia Geral, resolver os casos urgentes não previstos no Estatuto;
- g) autorizar, de acordo com a Diretoria, o pagamento das despesas extraordinárias e ordenar as de caráter urgente;
- h) nomear, quando se fizer necessário, comissões especiais de acadêmicos;

- i) designar a secção a que irá pertencer o novo acadêmico, observada a sua formação, especialidade, vivência e experiência pedagógica;
- j) rubricar todos os livros e documentos da Academia, assinar as atas das sessões, os diplomas, representações, despachos e o expediente dirigido às autoridades e instituições;
- k) movimentar conjuntamente com o tesoureiro os fundos e as contas bancárias.

Parágrafo Único - Nas votações o Presidente terá o voto de qualidade, além do de membro titular, exceto para as de eleição dos cargos da Diretoria e de novos titulares.

Art. 7º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único - No exercício da Presidência, exercerá, o Vice-Presidente as prerrogativas e atribuições do Presidente.

Art. 8º - Ao Primeiro Secretário compete:

- a) manter e desenvolver as relações da Academia;
- b) promover a distribuição das publicações da Academia;
- c) auxiliar o Presidente nas providências de ordem administrativas, supervisionando o pessoal;

- d) expedir os diplomas dos membros da Academia, de qualquer categoria, subscrevendo-os, juntamente com o Presidente;
- e) assinar o expediente, comunicando aos interessados, em nome do Presidente, a realização das reuniões da Academia;
- f) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- g) organizar e manter em dia o quadro social, encaminhando para publicação na Revista a lista de todos os membros e indicando ao Presidente as vagas a preencher;
- h) fornecer ao Presidente os elementos para o relatório anual.

Art. 9º - Ao Segundo Secretário compete:

- a) apresentar e ler em sessão o expediente;
- b) ter sob sua responsabilidade os livros de atas e presenças;
- c) substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo em suas funções;
- d) redigir as atas de todas as sessões.

Art. 10º - Ao Tesoureiro compete:

- a) zelar pelo caixa e pelo patrimônio da Academia;
- b) cobrar e receber toda a renda da Academia, tendo sob sua guarda valores em moeda ou títulos e realizar despesas para o que for autorizado pelo Presidente;

- c) dar quitação dos valores, quando de direito;
- d) arquivar todos os documentos relativos às finanças e à contabilidade da Academia;
- e) mandar escriturar, em livros próprios, a receita e à despesa da Academia;
- f) apresentar à Diretoria balancetes anuais.

Art. 11º - Ao Diretor da Revista e da Biblioteca compete:

- a) coletar e organizar o material para a publicação da Revista e do Boletim da Academia, responsabilizando-se pela respectiva obediência aos critérios e normas pertinentes;
- b) organizar a biblioteca da Academia, que deverá conter, principalmente, trabalhos e documentos relacionados com a educação baiana;
- c) controlar as atividades da Biblioteca, inclusive o fichário;
- d) viabilizar a consulta do acervo da biblioteca aos membros da Academia, bem como a outras pessoas e instituições interessadas;
- e) contactar livrarias, editoras e outras instituições, visando a angariar publicações e doações para constituir o acervo da biblioteca.

Art. 12º - Ao Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo compete:

- a) Organizar o acervo museológico da Academia, coletando material pedagógico, documentos, objetos, fotografias, vídeos e publicações de importância histórico-educacional;

- b) Organizar a documentação e a nominata biográfica dos grandes educadores.

Capítulo III

Dos Direitos e Deveres

Art. 13º - São direitos dos membros titulares e eméritos:

- a) votar e ser votado, de acordo com o Estatuto e o Regimento;
- b) frequentar as sessões, apresentar trabalhos, participar dos debates em plenário e encaminhar para publicação na Revista trabalhos de interesse pedagógico obedecendo suas normas e critérios.

Art. 14º - São deveres dos membros titulares e eméritos:

- a) respeitar e fazer respeitar o Estatuto e o Regimento, prestigiar a Diretoria e zelar pelo bom nome da Academia;
- b) desempenhar os encargos e funções para os quais forem designado pela Presidência;
- c) frequentar com assiduidade as sessões da Academia, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º deste Regimento;
- d) contribuir financeiramente para custeio das atividades da Academia.

Art. 15º - É direito do membro correspondente e honorário frequentar e corresponder-se com a Academia.

Art. 16º - É dever dos membros, correspondentes e honorários contribuir, por todos os modos, para o progresso e engrandecimento da Academia.

Art. 17º - Os membros, correspondentes e honorários, não terão direito a voto, nem podem ser votados.

TÍTULO SEGUNDO

Das Sessões da Academia

Art. 18º - A Academia Baiana de Educação realizará sessões ordinárias e extraordinárias, públicas e reservadas.

§ 1º - As sessões ordinárias serão realizadas 1 (uma) vez por mês, em dia, hora e local previamente determinados, observado o estabelecido nos Arts. 8º e 9º do Estatuto:

- a) não havendo número legal, a mesa tomará conhecimento dos assuntos urgentes e o Secretário registrará o ocorrido;
- b) havendo número legal, o Presidente abrirá a sessão, que constará de leitura, votação e aprovação da ata da sessão anterior, de expediente e ordem do dia;
- c) os apartes serão concedidos desde que o orador permita;

d) os que falarem no expediente poderão usar da palavra uma vez e durante 5 (cinco) minutos, no máximo;

e) as moções serão apresentadas ao plenário assinadas pelo menos por 10 (dez) acadêmicos.

§ 2º - As sessões extraordinárias, que se realizarão por motivo de ordem superior ou para a eleição da Diretoria, serão convocadas pelo Presidente, observado o disposto nos Artigos 8º e 9º do Estatuto.

§ 3º - As sessões públicas serão realizadas:

- a) no dia 9 de setembro de cada ano, para celebrar a data de criação da Academia;
- b) na posse de novos acadêmicos;
- c) no elogio dos acadêmicos falecidos;
- d) quando a conveniência indicar, a juízo do Presidente.

§ 4º - Nas sessões solenes, deverá ser usado traje adequado à natureza do evento.

§ 5º - Quando a natureza do assunto o exigir, a Academia reunir-se-á em sessões reservadas tomando parte apenas os membros titulares.

TÍTULO TERCEIRO

DA CONSTITUIÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da votação, Eleição e Posse

Art. 19^o - As votações serão por escrutínio secreto.

Art. 20^o - Para a eleição de novo membro titular, observado o disposto no Art. 1^o deste regimento, a votação será por escrutínio secreto, cumprindo-se as seguintes determinações:

- a) o direito de voto será privativo dos membros titulares e eméritos;
- b) será permitido o voto por procuração;
- c) a posse de novo membro titular dar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias após a eleição, salvo motivo de força maior, a juízo da Diretoria, cabendo-lhe escolher entre seus pares aquele que fará o discurso de recepção;
- a) ao ser empossado pelo Presidente, o novo membro titular fará o panegírico do respectivo patrono e dos seus antecessores e prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento e as resoluções desta Academia e trabalhar quanto em mim couber por seu engrandecimento e bom nome";

b) esgotado o prazo concedido na alínea "c" deste artigo, sem que o eleito tome posse, será declarada vaga a cadeira, com realização de nova eleição, na forma regimental, aplicando-se tal determinação a todos os casos em que o eleito não tenha tomado posse até a presente data, salvo motivo justificado, a critério da Diretoria.

Art. 21^o - A eleição dos membros da Diretoria far-se-á por escrutínio secreto:

- a) só poderão concorrer aos cargos da Diretoria os membros titulares e eméritos em pleno gozo de seus direitos;
- b) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no penúltimo mês do seu mandato;
- c) a posse da Diretoria será na sessão solene de 09 de setembro, no ano em que a mesma for eleita;
- d) as vagas que ocorrerem durante o biênio que se seguir à eleição da Diretoria serão preenchidas por eleição, salvo se faltar menos de 1 (um) ano para o término do mesmo biênio, devendo neste caso o Presidente designar o titular que deverá preencher a vaga até às próximas eleições;
- e) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas 30 (trinta) dias antes do dia previsto para sua posse, em sessão extraordinária;

- f) nenhum membro titular poderá exercer cumulativamente dois cargos na Diretoria;
- g) a votação deverá estender-se por 1 (uma) hora, e em seguida será processada a apuração, para o que o Presidente designará, entre os acadêmicos, escrutinadores para a contagem dos votos, que deverão coincidir com o número de votantes, consignados em lista para este fim;
- h) o estatuído na linha acima só será aplicado à eleição dos membros titulares e eméritos e da Diretoria.

Capítulo II

Dos Patronos

Art. 22º - São considerados patronos da Academia, de acordo com o Art. 3º do Estatuto, 40 (quarenta) nomes de grandes vultos já desaparecidos da educação baiana, ou a ela intimamente relacionados, que passaram à posteridade como modelos de educadores ou de homens de notório saber pedagógico.

Parágrafo Único - As cadeiras serão numeradas cronologicamente de 1 a 40, conforme relação em anexo.

Capítulo III

Do Patrimônio

Art. 23º - O patrimônio da Academia será constituído de bens imóveis, devidamente avaliados, doações, títulos e contribuições, rendas de cursos e demais atividades, bem assim de outras receitas

Capítulo IV

Dos Prêmios

Art. 24º - A Academia, de acordo com o Art. 2º, inciso V, do Estatuto, concederá prêmios aos autores de trabalhos de real mérito sobre Pedagogia, Psicologia de Aprendizagem, Filosofia da Educação e outras ciências correlatas.

§ 1º - Os prêmios a que se refere o artigo acima constarão do louvor acadêmico e de auxílio para publicação dos trabalhos premiados, ou de valores, especificamente, para esse fim destinados por doações.

§ 2º - Poderão concorrer aos prêmios da Academia educadores, professores e especialistas estudiosos e instituições de educação.

§ 3º - O julgamento dos trabalhos a prêmio competirá uma Comissão, designada pelo Presidente da

Academia, nos termos do Art. 2º, inciso V do Estatuto.

§ 4º - A Diretoria regulamentará a inscrição e a concessão desses prêmios.

TÍTULO QUARTO

Disposições Gerais

Art. 25º - A Diretoria exercerá suas funções gratuitamente.

Parágrafo Único - A Academia terá um quadro de funcionários, cujo número e vencimentos serão fixados pela Diretoria.

Art. 26º - A Academia poderá convidar pessoas estranhas ao seu quadro a fim de realizar conferências, sempre que tal convite envolver verdadeiro interesse científico e cultural, devendo tal proposta ser aprovada pela Diretoria.

Art. 27º - A Academia entrará em recesso durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período em que haverá apenas reuniões da Diretoria, se esta assim deliberar.

Art. 28º - A Academia adota como lema LUCEAT LUX VESTRA (Luza vossa luz), inserido nas suas insígnias.

Art. 29º - O Estatuto e este Regimento somente poderão ser reformados mediante proposta assinada pela maioria absoluta dos membros titulares e eméritos ou da Diretoria,

Parágrafo Único - Proposta a reforma, o Presidente designará uma comissão composta de 4 (quatro) membros, escolhidos entre os titulares e eméritos, para, sob sua presidência, emitir "parecer", que deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

Art. 30º - A Academia manterá intercâmbio com instituições co-irmãs, no campo das letras, das artes e das ciências, internacionais, nacionais, estaduais ou municipais, para o que serão organizados os devidos assentamentos.

Art. 31º - A partir da publicação e registro do Estatuto serão adotadas providências para:

- I - reconhecimento de utilidade pública nas esferas dos poderes federal, estadual e municipal;
- II - criação de subsidiárias em até 3 (três) municípios de grande porte no interior do Estado e,
- III - aquisição de sede própria.

Art. 32º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 33º - Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação.

**PATRONOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO
E ACADÊMICOS TITULARES**

Nº	PATRONO	VIDA	ACADÊMICO TITULAR
1	Abílio César Borges	1824- 1891	Ruy Simões - 1º José Simões e Silva Júnior - 2º
2	Alfredo Brito	1876-	Jair de Oliveira Santos
3	Alfredo Ferreira Magalhães	1873- 1943	Carlos Alberto Pedreira de Cerqueira-1º
4	Alípio Correia Franca	1871- 1957	José Francisco de Sá Teles
5	Alvaro Augusto da Silva	1890- 1977	Edivaldo Machado Boaventura
6	Amélia do Sacramento Rodrigues	1861- 1926	Germano Dias Machado
7	Anfrisia Santiago	1894- 1970	Remy Pompilio Fernandes de Souza
8	Anísio Spínola Teixeira	1900- 1971	Hermano José de Almeida Gouveia - 1º Maria Anália Costa Moura - 2º
9	Antonio Borges dos Reis	1859- 1952	Guiomar de Andrade Florence - 1º Alfrio Barboza Fernandes de Souza - 2º
10	Antonio de Castro Alves	1847- 1871	Consuelo Pondé de Senna
11	Antonio Pacífico Pereira	1846- 1902	Ângelo Lyrio Alves de Almeida
12	Arlindo Costa		Adroaldo Ribeiro Costa - 1º Bárbara Vasconcelos de Carvalho - 2º
13	Arthur de Salles	1879- 1952	Raul de Souza da Costa e Sá - 1º Elsior Moreira Alves - 2º
14	Augusto Alexandre Machado	1896- 1947	Enock Sena Souza
15	Cosme de Farias	1875- 1972	João Eurico Matta
16	Diógenes Gomes da Costa Vinhaes		Rolsle Alaor Metzker Coutinho - 1º
17	Egas Moniz Barreto de Aragão	1870- 1924	Maria Augusta de Carvalho Cruz Abdon
18	Ernesto Carneiro de Ribeiro	1839- 1920	José Newton Alves de Souza - 1º Maria Luígia Magnavita Galeffi - 2º
19	Francisco da Conceição Menezes	1896- 1959	Cid José Cavalcante Teixeira
20	Gelásio de Abreu Farias	1882-	Hermano Augusto Palmeira Machado
21	Helvécio Carneiro Ribeiro	1880- 1969	Pedro Julio Barbuda - 1º Milton Almeida Rabelo - 2º
22	Henriqueta Martins Catarino	1886- 1968	Zilma Gomes Parente de Barros
23	Hugo Balthazar da Silveira	1888-	Rômulo Galvão de Carvalho - 1º Eraldo Tinoco - 2º

Nº	PATRONO	VIDA	ACADÊMICO TITULAR
24	Isaias Alves de Almeida	1888-1968	Antonio Pithon Pinto - 1º Joselice Macedo Barreira - 2º
25	João Alves Portela		Cícero Pessoa da Silva
26	João Florêncio Gomes	1846-1925	Astor de Castro Pessoa
27	José Olímpio de Azevedo	1843-1920	Thales Olímpio Góes de Azevedo - 1º Antônio Jesuíno dos Santos Netto - 2º
28	Júlio Afrânio Peixoto	1876-1947	Oldegar Franco Vieira
29	Luiz da França Pinto de Carvalho		Luiz Fernando Seixas de M. Costa - 1º Hermes Teixeira de Mello - 2º
30	Luiz Gonzaga Cabral	1853-	Luiz Augusto F. Navarro de Brito - 1º Luis Henrique dias Tavares - 2º
31	Manoel Carlos Devoto	1853-	Adelmo Soares Pessoa
32	Maria Luiza de Souza Alves	1860-	Angelina Rocha de Assis - 1º Leda Jesuino dos Santos - 2º
33	Maria Romana Calmon de Bittencourt		Jorge Calmon Moniz de Bittencourt - 1º José Corgozinho Carvalho Filho - 2º
34	Paulo Fábio Dantas	1900-	Raymundo Nonato de Almeida Gouveia - 1º Fernando Floriano da Rocha - 2º José Rogério da Costa Vargens - 3º
35	Pedro Júlio Barbuda	1837-	Cassilandro Everaldo Barbuda - 1º João Fernandes da Cunha - 2º
36	Pedro Tenório de Albuquerque	1906-1982	Yeda Barradas Carneiro
37	Possidonio Dias Coelho		Francisco Pinheiro Lima Junior
38	Roberto Correia	1876-1941	Olga Pereira Mettig - 1º Marcelo Rocha - 2º
39	Rui Barbosa de Oliveira	1849-1923	Raimundo José da Matta - 1º Lafayette de Azevedo Pondé - 2º
40	Sátiro de Oliveira Dias	1844-1913	Antonino de Oliveira Dias - 1º Hildérico Pinheiro de Oliveira - 2º José Nilton Carvalho Pereira - 3º

**MEMBROS EMÉRITOS
DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO**

Bárbara Carvalho
Jorge Calmon
José Newton Alves de Souza
Oldegar Franco Vieira
Olga Pereira Mettig
Raymundo Nonato de Almeida Gouveia

EDEREÇOS DOS ACADÊMICOS TITULARES

ADELMO PESSOA

RUA BARÃO DE LORETO, N.º 38
GRAÇA - 40150-270
SALVADOR-BA
FONE: 247-2744

ALÍRIO FERNANDO BARBOSA DE SOUZA

RUA EDITE GAMA E ABREU, N.º 545
APT. 202 - ITAIGARA
40815-040 SALVADOR-BA
FONE: 358-5758 - T 242-7033

ANTÔNIO JESUÍNO DOS SANTOS NETO

RUA VISCONDE DE ITAMBORAÍ, N.º 109
AMARALINA - 41900-000
SALVADOR-BA
FONE: 248-0115 / FAX: 240-0461

ASTOR DE CASTRO PESSOA

RUA CAETANO MOURA, N.º 39
FEDERAÇÃO - 40210-350
SALVADOR-BA
FONE: 247-3832

BÁRBARA CARVALHO

RUA PRAIA DE ORANGE, QC17, LOTE 22
VILAS DO ATLÂNTICO - 42700-000
LAURO DE FREITA-BA
FONE: 891-3887

CÍCERO PESSOA DA SILVA

PRAÇA PADRE ANCHIETA, N.º 126
PITUBA - 41830-380
SALVADOR-BA
FONE: 242-0994

CID TEIXEIRA

RUA DAS VIOLETAS, N.º 85
PQ. NOSSA SENHORA DA LUZ
PITUBA - 41810-080
SALVADOR-BA
FONE: 358-1089

CONSUELO PONDÉ DE SENA

AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 288
ED. MANSÃO PRINCESA LEOPOLDINA - APT. 301
GRAÇA - 40150-121
SALVADOR-BA
FONE: 336-6205

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA

RUA DR. JOSÉ CARLOS, 99
EDF. PARQ. DAS MANGUEIRAS, APT. 801
ACUPE DE BROTAS - 40290-040
SALVADOR-BA
FONE: 276-1242 / 8818-6199

ELSIOR MOREIRA ALVES

AV. EUCLIDES DA CUNHA, N.º 116
EDF. MANSÃO DA GRAÇA
GRAÇA - 40150-121
SALVADOR-BA
FONE: 245-7806

ENOCK SENA DE SOUZA

RUA EDITE GAMA E ABREU, N.º 53
EDF. PRIMO - APT. 1002
ITAIGARA - 41840-320
SALVADOR-BA
FONE: 358-5615 / 358-4750 / 358-5673

ERALDO TINOCO MELO

RUA VALDEMAR FALCÃO, 1821
EDF. TWENTY TOWER, APT. 901
BROTAS - 40295-001
SALVADOR-BA

FRANCISCO PINHEIRO LIMA JÚNIOR

RUA COMENDADOR HORÁCIO URPIA, N.º 4
GRAÇA - 40150-250
SALVADOR-BA
FONE: 247-0956

GERMANO DIAS MACHADO

RUA MANOEL BARRETO, N.º 688
EDF. CIDADE LARANJEIRA, APT. 102
Cep. 40150-360
SALVADOR-BA
FONE: 237-6909

GERMANO TABACOFF

AV. OCEÂNICA, N.º 2400
ONDINA APART HOTEL - APT. 107
ONDINA - 40170-010
SALVADOR-BA
FONE: 203-8351

HERMANO AUGUSTO PALMEIRA MACHADO

RUA GENERAL LABATUT, N.º 285 - APT. 1001
BARRIS - 40070-100
SALVADOR-BA
FONE: 243-2167

HERMES TEIXEIRA DE MELO
RUA PLÍNIO MOSCOSO, N.º 955
EDF. DANIEL – APT. 301
APIPEMA - 40155-020
SALVADOR-BA
FONE: 247-4338

JAIR DE OLIVEIRA SANTOS
RUA RIO DE JANEIRO, N.º 679
PITUBA - 41830-000
SALVADOR-BA
FONE: 345-4382

JOÃO EURICO MATTA
RUA PROF. EDGAR MATA, N.º 4
ONDINA - 40170-140
SALVADOR-BA

JOÃO FERNANDES DA CUNHA
FUNDAÇÃO JOÃO FERNANDES DA CUNHA
LARGO DO CAMPO GRANDE, N.º 8
CAMPO GRANDE - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 329-5740 (FUNDAÇÃO) / 329-0541
RESIDÊNCIA 336-3497 / FAX: 329-5740

JORGE CALMON
RUA RUBENS CHAVES, N.º 561 – 9.º ANDAR
BARRA / APIPEMA - 40004-620
SALVADOR-BA
FONE: 245-1453

JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA
RUA DES. BALDUÍNO DE ANDRADE, N.º 79
EDF. MANSÃO GREEN PARK – APT. 1101
CHAME-CHAME - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 342-7503 / 7504

JOSÉ CARVALHO
FERBASA – FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO
ESTRADA DE SANTIAGO S/N - POJUCA
POJUCA-BA – 48120-000
FONE: 845-8163

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
RUA RENATO DE MENEZES BERENGUER, 177
APT. 1302 LOT. VELA BRANCA
PITUBA - 41830-310
SALVADOR-BA
FONE: 359-8187 / (75) 621-6353 CRUZ DAS ALMAS

JOSELICE MACEDO DE BARREIROS
RUA QUINTINO DE CARVALHO, N.º 84
EDF. VILA FLORA – APT. 1703
JARDIM APIPEMA - 40155-280
SALVADOR-BA
FONE: 245-7758

JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUZA
ALAMEDA CAPIMIRIM N.º 2 – APT. 22
GRAÇA - 40150-070
SALVADOR-BA
FONE: 336-5832

JOSÉ NILTON CARVALHO PEREIRA
CONDOMÍNIO VALE DO JAGUARIPE
RUA C, CASA 162
PIATÁ - 41610-100
SALVADOR-BA
FONE: 367-5922

JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS
AV. MAGALHÃES NETO, N.º 81 – APT. 402
PITUBA - 41820-011
SALVADOR-BA
FONE: 248-7409

JOSÉ SIMÕES SILVA JÚNIOR
AV. MARQUÊS DE LEÃO, N.º 46
EDF. OCEANIA – APT. 66 BARRA
BARRA - 40140-230
SALVADOR-BA

LAFAYETTE PONDÉ
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 270
EDF. PRINCESA ISABEL, APT. 101
BARRA AVENIDA – 40.000-000
SALVADOR-BA
FONE: 247-9159

LEDA JESUÍNO DOS SANTOS
RUA VISCONDE DE ITAMBORAÍ, N.º 109
AMARALINA - 41170-140
SALVADOR-BA
FONE: 248-0115 / FAX: 240-0461

LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 21 – APT. 1003
GRAÇA - 40150-080
SALVADOR-BA

MARCELO AUGUSTO CARVALHO ROCHA
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, 124
EDF. VILA DA GRAÇA, APT. 801
GRAÇA - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 245-8699 / 243-8826

REMY DE SOUZA
CONDOMÍNIO COLINA DA FRONTEIRA
RUA B (ALBERTO VITA) Qd. B - LOTE 2
ITAPUÁ - 41.630-74
SALVADOR-BA
FONE: 249-7969

MARIA ANÁLIA COSTA MOURA
RUA DA MANGUEIRA, N.º 55
EDF. IMPÉRIO - APT. 302
NAZARÉ - 40040-400
SALVADOR-BA
FONE: 243-8502

YEDA BARRADAS CARNEIRO
ALAMEDA DOS SOMBREIROS, N.º 100
CAMINHO DAS ÁRVORES - 41820-420
SALVADOR-BA

MARIA AUGUSTA DA CRUZ ABDON
AV. SETE DE SETEMBRO, N.º 1736
EDF. VITÓRIA RÉGIA - APT. 504
VITÓRIA - 40080-001
SALVADOR-BA
FONE: 337-0032

ZILMA PARENTE DE BARROS
RUA DA FLÓRIDA, N.º 211
ED. EL PRADO, ATP. 203
GRAÇA - 40055-000
SALVADOR-BA
FONE: 336-7583

MARIA LUIGIA MAGNAVITA GALEFFI (GINA MAGNAVITA GALEFFI)
TRAVESSA DOS BARRIS, N.º 87
EDF. SOLAR MAGNAVITAS - APT. 201
BARRIS - 40070-070
SALVADOR-BA
FONE: 328-2585

MILTON DE ALMEIDA RABELO
RUA NESTOR RIBEIRO, N.º 436
CENTRO - 45200-000
JEQUIÉ-BA
FONE: (73) 525-2248

OLDEGAR FRANCO VIEIRA
RUA BENJOIM, N.º 866
ED. RECANTO TROPICAL
CAMINHO DAS ÁRVORES - 41810-000
SALVADOR-BA
FONE: 451-5422

OLGA PEREIRA METTIG
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 124
EDF. VILA DA GRAÇA - APT. 801
GRAÇA - 40150-080
SALVADOR-BA
FONE: 245-8640